

---

# conjuntura brasileira

ano 1 - numero 5 - maio 1975 - 6 ff

---

## INDICE

luta dos presos e repressão	pags. 2 a 8
estudantes	pags. 9 a 10
notícias diversas	pags. 11 a 14
força de trabalho, mov.sind. e salários	pags. 15 a 18
economia	pags. 19 a 36
política nacional	pags. 37 a 41
internacional	pag. 42

---

## publicações consultadas para este número

jornal o estado de são paulo	revista exame
jornal do brasil	revista banas
jornal o globo	revista indústria e desenvolvimento
jornais argentinos	revista conjuntura economica
revista veja	revista dirigente industrial
revista visão	revista dirigente rural

---

ASSINATURAS - 6 meses : U\$ 5  
- 1 ano : U\$10  
DE APOIO - 6 meses : U\$ 8  
- 1 ano : U\$15

ENDEREÇO : conjuntura brasileira  
c/o Michel THERY  
29, rue Meslay  
Paris 75003 - France

CB é vendido em Paris : Librairie Portugaise - 33, rue Gay Lussac - 5ème.  
Librairie Joie de Lire - rue St. Séverin - 5ème.  
em Portugal : Livraria Opinião - rua Nova Trindade, 24 - Lisboa  
Assírio & Alvin - Passos Manuel, 77 - Lisboa  
na Suíça : Librairie Que Faire - 1, Place des Grottes- Genève

---

40 P 8821

---

## INDICE

luta dos presos e repressão	pags. 2 a 8
estudantes	pags. 9 a 10
notícias diversas	pags. 11 a 14
força de trabalho, mov.sind. e salários	pags. 15 a 18
economia	pags. 19 a 36
política nacional	pags. 37 a 41
internacional	pag. 42

---

## publicações consultadas para este número

jornal o estado de são paulo	revista exame
jornal do brasil	revista banas
jornal o globo	revista indústria e desenvolvimento
jornais argentinos	revista conjuntura economica
revista veja	revista dirigente industrial
revista visão	revista dirigente rural

---

ASSINATURAS - 6 meses : U\$ 5  
- 1 ano : U\$10  
DE APOIO - 6 meses : U\$ 8  
- 1 ano : U\$15

ENDEREÇO : conjuntura brasileira  
c/o Michel THERY  
29, rue Meslay  
Paris 75003 - France

CB é vendido em Paris : Librairie Portugaise - 33, rue Gay Lussac - 5ème.  
Librairie Joie de Lire - rue St. Séverin - 5ème.  
em Portugal : Livraria Opinião - rua Nova Trindade, 24 - Lisboa  
Assírio & Alvin - Passos Manuel, 77 - Lisboa  
na Suíça : Librairie Que Faire - 1, Place des Grottes - Genève

---

Exmos. Srs. Senadores e Deputados Federais representantes do Estado do Rio de Janeiro no Congresso Nacional.  
Brasília - Distrito Federal.

Nós, presos políticos, abaixo-assinados e atualmente cumprindo penas no Instituto Penal Cândido Mendes (Ilha Grande), resolvemos encaminhar este documento a V.Excias. para expor os motivos pelos quais objetivamos nossa transferência para a Cidade do Rio de Janeiro. Compreendendo ser o nosso movimento motivo de interesse e preocupação da parte de todos aqueles que se batem pela defesa dos direitos humanos e que nossa reivindicação extrapola o âmbito estadual, gostaríamos que V.Excias. levassem este documento ao conhecimento das autoridades responsáveis por nosso encarceramento e ao povo brasileiro.

Os fatos relatados a seguir só poderão ser entendidos levando-se em conta o terrível significado deste longo período no cárcere, marcado pelas violências e maus tratos que sofremos e pela precariedade material das prisões por onde passamos. Este duro aprendizado demonstrou que estes áspersos anos constituem um prolongamento das torturas sofridas após nosso aprisionamento. A perspectiva de sermos assassinados é uma companheira permanente, haja vista os inúmeros casos de torturas, assassinatos e desaparecimentos de presos políticos ocorridos no Brasil durante os últimos anos.

Neste quadro geral, o Presídio da Ilha Grande ocupa um lugar especial, pois as brutalidades praticadas contra presos políticos e comuns acerca de meio século lhe garantiram a fama de presídio castigo e tornaram este local conhecido como "Ilha do Diabo".

O presídio encontra-se num estado de colapso estrutural devido ao abandono a que sempre foram relegadas suas instalações, de há muito obsoletas. A falta d'água, o entupimento constante dos esgotos, acrescidos pela superlotação tornam os cubículos inabitáveis. Não é fornecido nenhum material de higiene e limpeza. A alimentação é de péssima qualidade, não suprimindo nossas necessidades básicas. Quanto à assistência médico-odontológica o panorama é aterrador. O dentista só aparece na época das férias escolares e o único médico, que serve aos mais de mil internos e à toda população da ilha, não conta com instrumentos e instalações mesmo para atender os casos mais simples. Decorre daí que os atendimentos de maior gravidade e urgência sejam feitos no continente e isto esbarra não só nas tramitações burocráticas, como nos empecilhos impostos pela distância e limitação dos transportes, implicando em sérios riscos para nossas vidas. Tal situação fica patente no caso do Coronel do Exército Brasileiro, Jefferson Cardim de Alencar Osório, recentemente enviado para cá, sofrendo de disritmia e apoplexia, necessitando cuidados médicos especializados e sujeito a frequentes ataques, o que caracteriza um atentado contra sua vida.

O isolamento social e geográfico desta ilha restringe a superação de tais problemas, tanto é que já ouvimos inúmeras promessas e o que constatamos foi um processo de contínuo agravamento.

No entanto, existe uma outra categoria de problemas, cuja causa fundamental é o próprio isolamento deste presídio e que nos atinge com maior intensidade. Um de seus aspectos diz respeito às nossas visitas, que se limitam a duas por mês, quando a própria lei as prevê semanais. Nossos familiares têm de emprender uma longa viagem, utilizando-ônibus, barcas de pescadores alugadas e caminhões, gastando cerca de vinte horas, no percurso de ida e volta, para permanecer conosco somente três horas. Isto configura uma punição às nossas famílias e uma pena acessória para nós. A questão persistiria, mesmo que autorizadas sem visitas semanais, uma vez que a dureza da viagem e os gastos econômicos impediriam que as famílias se beneficiassem deste direito. Deve-se também a este fator que fiquemos privados de assistência jurídica, tanto é que, até hoje, nenhum advogado pôde visitar-nos. Contudo, o aspecto mais grave deste isolamento liga-se ao fato de favorecer enormemente a prática de violências e arbitrariedades contra presos políticos e comuns. Ainda no início do mês passado, os jornais divulgaram a notícia do assassinato de dois internos deste presídio, vítimas dos espancamentos que sofreram nas mãos de guardas e policiais militares.

A este relato poderíamos acrescentar incontáveis outros. Esta realidade particular, entendida dentro de uma envolvente mais ampla; isto é, das constantes violações dos direitos humanos dos presos políticos brasileiros, levou-nos a concluir que nossa permanência aqui significa a perspectiva de um aniquilamento lento, ou então, uma saída mais rápida, configurada em nosso mas sacre.

Diante deste risco ampliado que pesa sobre nossas vidas e por sabermos que as principais dificuldades que enfrentamos são determinadas pelo isolamento deste presídio, não tendo, portanto, soluções locais e ainda considerando que a maioria dos prisioneiros políticos existentes no país sempre esteve encarcerada em unidades prisionais dentro dos principais centros urbanos, inclusive na cidade do Rio de Janeiro, onde existiam e existem presos políticos, passamos a solicitar nossa transferência para essa cidade.

Inúmeras tentativas foram feitas neste sentido. Há um ano, encaminhamos extenso documento ao Senhor Ministro da Justiça denunciando as péssimas condições carcerárias que enfrentávamos e solicitando nossa transferência para o Rio. Mais recentemente, em março deste ano, enviamos um memorial do mesmo teor aos Senhores Deputados da Assembleia Constituinte do Estado do Rio de Janeiro (cuja cópia encontra-se anexa). Em função disto, no dia 21 de março, uma comissão de deputados estaduais foi recebida em audiência pelo Senhor Secretário de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, ocasião em que entregaram cópia do memorial e pediram que fosse dado provimento à nossa reivindicação. No dia 26 de março o Senhor Diretor do Departamento do Sistema Penitenciário - DESIPE - do Estado do Rio de Janeiro esteve aqui e manteve contato conosco, quando aproveitamos para fazer uma exposição sobre nossos problemas, frisando que considerávamos ser a transferência a única solução. No dia 4 de abril "O Estado de São Paulo" publicou declarações desta autoridade afirmando que deveríamos ser transferidos, a curto prazo, para o Rio de Janeiro. Notícias semelhantes foram divulgadas por outros jornais e por emissoras de rádio, deixando entrever uma solução satisfatória.

Entretanto, a chegada de nove presos políticos, entre eles o Coronel Jefferson Cardim de Alencar Osório, vindos do Presídio do Exército (Fortaleza de Santa Cruz), no dia 12 de abril, levou-nos a duvidar dessas informações, principalmente porque isto acarretou o agravamento de nossas condições carcerárias, gerando superlotação dos cubículos. Nossas suspeitas confirmaram-se no dia 23 de abril, quando mantivemos contato com os senhores Diretor do DESIPE e Secretário de Justiça, que estavam em visita a este estabelecimento. Nesta ocasião fomos informados que não havia nada de definido quanto nossa transferência e que deveríamos aqui ficar.

Não aceitamos mais esta protelação, visto que representa uma reafirmação do tratamento policial-repressivo a que vimos sendo submetidos, orientado tão somente para nossa destruição física e psicológica, o que é amplamente facilitado pelo isolamento geográfico-social da Ilha Grande.

Conscientes desta ameaça e vendo esgotadas todas as outras formas de conseguir nossa justa reivindicação, fomos impelidos a entrar em GREVE DE FOME a partir de hoje, até que seja definida nossa transferência para a cidade do Rio de Janeiro, em um local onde nos sejam garantidos os direitos fundamentais e respeitada nossa dignidade de PRESOS POLÍTICOS.

Ilha Grande, 5 de maio de 1975

(assinaturas também no verso)

Faqueiro José Bento  
 Paulo Roberto  
 José Amador  
 José Amador

Nilson Francisco  
 José Roberto  
 Ottoni S. Ferraz  
 Paulo Henrique C. da Silva  
 Fernando Palha Fiu

Manoel Bourique Ferraz  
Carlos Alberto Sales  
Jélio da Silva

João Maria Magalhães  
Alexandre Buzza

Paulo Roberto  
Antonio Carlos de Souza Jr.

Joaquim Aurélio de Oliveira  
Célia de Souza Magalhães  
Francisco Pereira da Silva Medeiros

Guilherme S. Santana  
José Ruyman de J.

José Carlos Marques  
- Hélio de Freitas

José André Borges  
Francisco de Paula

Júlio Torres de Silva  
Jorge Santos Vieira

Hernando Machado Neto  
Cecílio Gomes da Silva

Guilherme Cardim de Almeida  
Romulo Honório de A.

Amorim Fernandes  
Eduardo Machado da Silva

# Presos iniciam greve

E.S.P. 6/05/75

Os presos políticos da Ilha Grande enviaram documentos aos deputados federais e senadores do Estado do Rio de Janeiro informando que iniciaram ontem uma greve de fome, depois de "esgotadas todas as outras formas de conseguir sua transferência para um presídio urbano", devendo manter-se nessa posição até que "lhes sejam garantidos os direitos fundamentais e respeitada sua dignidade". O documento está subscrito por trinta e três detentos.

Após descrever as vicissitudes que têm sofrido na "Ilha do Diabo" — alinhando brutalidade, falta de higiene, má alimentação, ausência de médicos e isolamento social e geográfico — e de historiar as tentativas que fizeram desde há um ano para sensibilizar as autoridades no sentido de serem removidos, os presos informam que passaram a descreditar nas promessas de transferência quando o secretário de Justiça do Rio de Janeiro visitou a Ilha em 23 de abril, dizendo que não havia nada definido. Assim sendo — escreveram — "não aceitamos mais esta protelação, visto que representa uma reafirmação do tratamento policial-repressivo a que vimos sendo submetidos, orientado tão somente para nossa destruição física e psicológica".

## Aos Presos Políticos da Ilha Grande e às suas Famílias

Na qualidade de membros de famílias de presos políticos de São Paulo, sentimos no dever de estabelecer uma comunicação imediata com os companheiros de nossos parentes presos e suas famílias, colocando-nos em atitude da mais irrestrita solidariedade frente ao problema que ora vivem.

As notícias que nos chegam pelos jornais sobre as condições do Presídio Cândido Mendes, Ilha Grande, denotam a situação infra humana em que são colocados os presos políticos, assim como os presos comuns. Concluímos pelas citadas notícias que, nesse presídio não são respeitados os direitos dos presos políticos, previstos em lei e, mais do que isto, tem sido eles sujeitos a tratamento degradante, caracterizado pela falta de assistência médico-dentária, de alimentos, de vestuário, de condições de higiene nas celas; as agressões físicas frequentes, as torturas, a distância dos familiares e advogados, determinada pelo isolamento em relação ao continente, põem evidentemente em risco constante suas vidas.

Nossa preocupação se acentua e ainda mais nos identificamos com a aflição que ora vivem, porquanto já enfrentamos situações semelhantes em 1972 e em outubro de 1974. Nossos filhos, esposos, irmãos chegaram também a sofrer tal ordem de arbitrariedades e lançaram mão da greve de fome como último recurso para garantia da própria sobrevivência.

Não é preciso descrever o que sofremos nessas condições. Entretanto foi nelas que descobrimos a importância do apoio mútuo, da solidariedade ainda mais profunda aos nossos presos. Isto entretanto não seria suficiente. O que a nosso ver contribuiu efetivamente para a superação do problema foi o espírito de luta que nos animou e que concretamente se cetera envolveu em gestões de grupos de familiares junto às autoridades da Justiça, à Parlamentares, à Imprensa, às Autoridades religiosas. Estas experiências reforçaram a importância da união permanente das famílias. Atualmente nossas preocupações não se restringem ao nível individual de um membro preso de uma família, mas à luta do conjunto de todos os presos políticos na defesa dos Direitos Humanos. Como famílias, encetamos um trabalho em prol da anistia incondicional e irrestrita e procuramos nos associar ao esforço de todos os que lutam pela justiça e pela liberdade.

Desejando que os presos políticos do Estado do Rio e suas famílias, particularmente os do Presídio da Ilha Grande consigam vencer esse impasse, colocamo-nos à disposição para qualquer colaboração que lhes pareça útil.

São Paulo, 10 de maio de 1975.

ASSINADO POR 42 PESSOAS

## GOVERNO RECUA PARCIALMENTE

5.B. - 17-05-75

Os presos políticos que estão em greve há 13 dias na Ilha Grande começarão a ser transferidos para o continente até o meio da semana que vem, segundo informaram ontem fontes do Governo federal. Na Ilha Grande só deverão permanecer os presos que forem considerados de "alta periculosidade".

O Governador Faria Lima recebeu ontem, no Salão de Despachos, uma comissão de parentes dos presos políticos da Ilha Grande, confirmando que o Estado adota neste instante medidas destinadas a melhorar as condições do presídio, mas nada garantiu quanto a uma possível transferência para o continente.

# A VITORIA DOS PRESOS DA ILHA GRANDE

J.B. 21/5/75

A Secretaria de Justiça anunciou ontem, oficialmente a transferência dos 33 presos políticos da Ilha Grande para o continente. O dia exato da vinda ainda não foi fixado, mas os presos concordaram em suspender a greve de fome que mantinham há 16 dias e ontem à noite começaram a se alimentar de purê de batatas.

Foi o diretor do Departamento do Sistema Penitenciário — Desip — Sr Augusto Thompson, quem

comunicou oficialmente a transferência dos presos políticos. Ontem ele esteve na Ilha Grande e anunciou a decisão do Governo aos 33 presos, mas deixou claro que não poderia fixar um prazo devido às providências para o alojamento.

## ESTADO DE SAUDE

Junto com o diretor do Desip foi o chefe do Serviço Médico, Dr Fábio Soares Maciel, que constatou o estado de saúde dos presos diagnosticando que, embora

debilitados, todos estão bem clinicamente. Como passaram 15 dias alimentando-se apenas de água com açúcar, terão que comer apenas no início pastas, principalmente purês de batata e cenoura.

O Sr Augusto Thompson comunicou aos presos que a transferência poderia demorar de duas a seis semanas, mas informações extra-oficiais da área federal davam conta ontem de que eles poderiam vir para o

Rio até o final dessa semana. Tudo depende, no entanto, de se conseguir alojamentos adequados em unidades da Polícia Militar do Estado, o que deverá começar a ser feito ainda hoje.

Ainda de acordo com o diretor do Desip, todos os 33 presos políticos serão transferidos para o continente, inclusive os cinco — não foram revelados os nomes — que são considerados de "alta periculosidade."

## Instalada CPI de presídios

JB-21/05/75

Brasília — Com a presença de apenas seis membros efetivos (cinco arenistas faltaram) foi instalada ontem a Comissão Parlamentar de Inquérito que investigará a situação dos presídios do país. Com os votos dos suplentes, os Deputados José Bonifácio (MDB-RJ) e Teodoro Mendes (MDB-SP) foram eleitos, pela ordem, para a presidência e vice-presidência da Comissão. O prazo inicial da CPI é de 120 dias, prorrogáveis por mais 60.

Constituída por iniciativa do Deputado Ademar Ghisi (Arena-SC), que não compareceu mas ficou como sub-relator, a CPI já recebeu algumas sugestões. O Deputado Lisaneas Maciel (MDB-RJ) pediu que os depoimentos não sejam tomados apenas das autoridades judiciais, mas também de membros da Igreja, empenhados na defesa dos direitos humanos dos presos políticos.

### Manobra política

Também sobre os presos políticos o Deputado Luis Henrique (MDB-SC) sugeriu ao Sr José Bonifácio que "já que vamos examinar a situação dos presi-

dios e presidiários, é bom que possamos realizar um exame da situação dos presos políticos".

Já o Senador Ulisses Guimarães tem preocupações mais amplas, acreditando que a CPI não pode deixar de executar um trabalho de profundidade, examinando *in loco* não apenas as condições materiais das prisões, mas principalmente o tratamento dispensado aos presos.

— Segundo os romanos — disse — o réu é uma coisa sagrada e o indivíduo recolhido à prisão não pode deixar de receber tratamento humano, seja qual for o seu crime. Caso contrário, seria uma vingança da sociedade contra ele.

A ausência de cinco dos sete deputados arenistas que integram a Comissão reafirmou, para a Oposição, a tese de que mesmo sendo uma CPI instaurada por iniciativa do Partido do Governo, a Arena somente liberou a sua constituição para impedir que o MDB o fizesse, configurando assim uma manobra política para afastar a Oposição da investigação de assuntos considerados desaconselháveis para o momento político.

## Presidente do STM pede informações sobre presos

JB-30/5/75

Porto Alegre — O Presidente do Superior Tribunal Militar, Tenente-Brigadeiro Carlos Alberto Huet de Oliveira Sampaio, informou ontem que deverá pedir a todas as auditorias militares do país levantamentos semelhantes aos realizados no Rio de Janeiro, para obter um quadro nacional da situação dos presos políticos no Brasil.

O Presidente do STM chegou ontem para inspecionar as auditorias de Porto Alegre, Bagé e Santa Maria, devendo no dia 4 viajar para Curitiba. O Presidente do STM foi recepcionado pelos Juizes Auditores Dorvalino Tonin e Larry Ribeiro Alves e pelo Comandante do III Exército, General Oscar Luis da Silva, entre outras autoridades civis e militares.

### PREOCUPAÇÃO COM JOVENS

Na entrevista que concedeu na sala das autoridades do Aeroporto Salgado Filho, o Tenente-Brigadeiro Carlos Alberto Huet de Oliveira Sampaio reafirmou que todos os presos, políticos ou não, devem ser tratados com humanidade, mas que não devem ser esquecidos os familiares das vítimas dos terroristas e criminosos, "que sofrem na pele uma perda irreparável."

### REFORMAS

Disse que a visita ao Rio Grande do Sul faz parte do plano de reformulação das instalações da Justiça Militar no país, para o que está verificando pessoalmente as deficiências de material e pessoal.

— Na auditoria de Belém falta preencher 14 vagas, enquanto outras estão mal instaladas em imóveis alugados.

Anunciou para este ano a construção de prédios para as auditorias militares de Campo Grande, no Mato Grosso, e Santa Maria, no Rio Grande do Sul, com uma verba já liberada de Cr\$ 2 milhões 700 mil.

— Pretendemos — disse — obter verbas para a construção da Auditoria Militar de Salvador. Já autorizamos a aquisição de terreno para a Auditoria de Manaus e prosseguimento nas obras do prédio em Belém.

## DENUNCIADO TRATAMENTO A PRESOS

PERNAMBUCO

ESP-17/04/75

O deputado Marcus Cunha, do MDB, denunciou ontem na Assembleia Legislativa de Pernambuco o "pessimo tratamento que estão tendo os presos políticos" na penitenciária Barreto Campelo, na ilha de Itamaracá, no litoral Norte do Estado. O deputado exibiu um memorial dos presos, cujo original foi enviado ao ministro Armando Falcão, e que contém uma série de queixas sobre o tratamento dispensado.

A primeira delas é que os presos políticos não podem, a exemplo dos outros presos, receber as visitas conjugais extraordinárias. Além disso, no memorial, os presos políticos reclamam da alimentação e da falta de atendimento médico. Segundo afirmam não existem um medico de plantão, viatura

para o transporte dos casos de emergencia e remedios e nem assistencia psiquiatrica.

Os presos políticos falam ainda da ocorrência de espancamentos, praticados contra os detidos por delito comum. "Sem se referir a nós diretamente — diz o memorial —, não deixa de nos abalar o estado psiquico e se constituir numa carga adicional sobreposta à dureza da prisão".

Depois da leitura do memorial, ao fazer apelo para a anistia geral, Marcus Cunha afirmou que, "se o presidente Geisel pretende redemocratizar o País, o pressuposto desse projeto de distensão é, sem duvida alguma, a liberdade". E concluiu: "Não pode haver distensão com presos políticos sendo tratados de maneira que fo-

re todos os principios e tratados do direito da pessoa humana".

### Depoimento

Refutando de maneira categórica a afirmativa de que o crime tivesse outros motivos que não fossem políticos, o arcebispo de Olinda e Recife, d. Helder Camara, prestou depoimento ontem, na Delegacia de Homicídios do Recife sobre o assassinato do padre Anto-

nio Henrique Pereira Neto, ocorrido há seis anos. Em seu depoimento, d. Helder chamou atenção para a atuação do grupo Comando de Caça aos Comunistas, que o tearia ameaçado com a "perda" de outros padres de sua arquidiocese. O padre Antonio foi assassinado na madrugada de 27 de maio de 1969 e seu corpo apresentava ferimentos provocados por faca, tiros de revolver e enforcamento.

# CARTA DENUNCIA TORTURAS E DESAPARECIMENTO

ESP-26/4/75

Nadir Almeida de Moraes entregou, ontem, ao senador Franco Montoro, cópia de carta que encaminhou ao presidente da República sobre a prisão de seu companheiro, o ex-deputado e ex-líder sindical de Santos, Osvaldo Pacheco da Silva, aos líderes do MDB e aos presidentes da Câmara e do Senado, na qual pede que cesse a incomunicabilidade do preso e sejam evitadas novas torturas físicas.

A íntegra da carta é a seguinte:

Sr. presidente, meu marido foi deputado federal constituinte em 1945, presidente da Federação Nacional dos Estivadores de 1960/1964, secretário-geral da Central Geral de Trabalhadores entre 1962/1964, secretário-geral do Sindicato dos Estivadores de Santos de 1945/1947, além do que é sócio benemérito dos Sindicatos dos Estivadores de Salvador, Bahia, Vitória, Espírito Santo, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Guanabara e Recife, Pernambuco. Entretanto, trata-se de um patriota, que sempre dedicou sua vida a seu país e à sua gente.

Em razão dos acontecimentos de 1964, asilou-se na Embaixada do México. Após vários anos de vida no exílio, devido a imensa saudade que sentamos de nossa terra e, também, por acreditarmos já estarem superados os problemas daquele período, retornamos ao país, a fim de construirmos vida nova.

Ocorre, sr. presidente, que no dia 14 de fevereiro último, quando retornei ao meu lar,

por volta de 22 horas — vindo da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, onde curso o terceiro ano de Geografia —, encontrei a minha casa invadida e devassada por cinco agentes do DOI-CODI — II Exército e por vários policiais-militares, estando meu filho, assim como seu colega de estudos, Elcio Ricardo Telles de Oliveira, com apenas 15 anos de idade, encostados na parede, sob a mira de metralhadoras. Imediatamente, fui colocada na mesma posição. Indagando sobre o que ocorria, vim a saber que meu companheiro havia sido preso à tarde e que a vizinhança, vendo a minha casa invadida por pessoas trajadas civilmente, chamara a Polícia Militar.

Eu, meu filho e seu colega fomos conduzidos para as dependências do DOI-CODI-II Exército sendo, lá, encapuçados. Ali, o menor Elcio permaneceu dois dias, enquanto nós — eu e meu filho — permanecemos quatro. Durante o período em que ali estive, recebi algumas bofetadas. Choques elétricos em ambas as mãos, fui ameaçada de ser colocada no "pau-de-arara", bem como de ser levada em helicóptero e atirada em alto mar, juntamente com meu filho e meu companheiro. A bem da verdade, sr. presidente, devo dizer-lhe que meu filho e seu coleguinha não sofreram nenhuma violência física.

Pois bem, sr. presidente, no terceiro dia de prisão, eu e meu filho fomos acareados com Osvaldo e pudemos constatar seu precaríssimo estado físico: mãos e ouvidos queimados de choques elétricos, pés inchados, dentes arrancados.

Dali sai e nenhuma providência tomei, em razão do meu estado de pânico. Até que no dia 20 de fevereiro, por volta de 23 a 30, compareceram em minha residência três agentes daquele mesmo destacamento e me conduziram novamente à presença de meu companheiro. Quando lá cheguei, encontrei-o todo ensanguentado, com um enorme hematoma no hemisfério direito do tórax, dando-me a impressão de que houvera perdido a visão, vez que embora me encarasse, não me reconhecia. Embora a voz lhe sumisse, sussurrou-me: "não duro mais minutos. Eles vão matar nós três".

Estarrecida com o que vira, pernoitei naquele destacamento, sendo dispensada no dia imediatamente seguinte, por volta de 10:00 horas, quando, mais uma vez, estive com Osvaldo, o qual apresentava as mesmas sequelas de violência acima descritas.

Após recuperar-me do choque que sofrera, passei a comparecer, quase que diariamente, ao quartel-general do II Exército, a fim de obter informações sobre meu marido. Para meu espanto, sua prisão era sempre negada, até que, em 20 de março, foi-me permitido visitá-lo. Observei que, embora conservasse vestígios de servícias, seu estado já era melhor. Novamente, em 27 daquele mês, eu e meu filho tornamos a visitar Osvaldo e notamos que se encontrava em franca recuperação.

Acontece, sr. Presidente, que a visita de 3 do mês em curso não foi permitida. Dali, só voltei a vê-lo nos dois últimos domingos, 13 e 20 do presente mês, quando notamos — eu

e meu filho — que Osvaldo voltara a ser torturado, vez que seu estado físico e psicológico tivera piorado.

Por esta razão, sr. presidente, contratei advogado, o qual informou da impossibilidade jurídica da impetração de "habeas corpus", aconselhando-me a apelar às autoridades constituidas da Nação, o que faço pela presente.

Por seu turno, o advogado contratado — dr. Julio Fernandes Toledo Teixeira, com escritório em São Paulo, à ladeira da Memória n.º 46, cj. 64. centro —, em 15 do mês em curso, requereu aos M.M. juizes auditores das 1.ª e 2.ª Auditorias da 2.ª CJM, a regulamentação da custódia de Osvaldo. Acontece que até hoje, passada mais de uma semana, não obtive, sequer, a confirmação da prisão, o que aumenta, mais ainda, nossa apreensão.

Sr. presidente, rogo-lhe, como cidadão, como mulher e como mãe, que interfira em nosso favor — de Osvaldo, de meu filho querido e de mim mesma —, dando-nos garantias de vida, estudo e trabalho. Quanto ao meu companheiro, não lhe peço a restituição da liberdade, porque sei não depender de V. Excia. Rogo-lhe, isto sim, que interceda a fim de garantir sua integridade física, com o cessamento das torturas, bem como sua própria vida.

Certa do pronto atendimento do presente apelo, subscrevo-me na esperança de que não está longe o dia em que os direitos humanos, dos presos brasileiros, serão intangíveis.

Respeitosamente,  
Nadir Almeida de Moraes".

## BRASILEIROS PRESOS NA ARGENTINA

Paris, 5 Juin 1975 - Nous venons d'apprendre l'arrestation en Argentine du jeune intellectuel brésilien PAULO PARANAGUA. Quelques uns parmi nous ont connu PARANAGUA pendant son séjour à Paris comme étudiant en sociologie aux universités de Nanterre et Vincennes et Vincennes ou comme artiste (poète et cinéaste) du mouvement surréaliste.

PARANAGUA, accusé par les autorités de "complot international subversif" est actuellement soumis à la torture par la police avec ses 11 camarades brésiliens et argentins arrêtés en même temps que lui.

Nous élevons notre protestation la plus énergique contre cette violation des Droits de l'Homme et exigeons la libération immédiate du jeune artiste PAULO PARANAGUA, de sa compagne MARIA REGINA PILLA (brésilienne) et leurs camarades FLAVIO KOUTZI (brésilien), MANUEL RALLIS, CARLOS ALVAREZ, SUSANA LOBOSCO, NORMA ESPINDOLA, JULIA VENACILIO MARIA MENDEZ, JULIO RANOS, RAUL RODRIGUEZ et INGRID RORRÉ

SIGNATURES : Jean BENOIT, Simone de BEAUVOIR, Henri CARTIER BRESSON, François CHATELET, Marguerite DURAS, Gabriel GARCIA MARQUEZ, Daniel GUERIN, Pierre KAST, Alain LABROUSSE, Maria Antonietta MACCHIOCHI, Pierre NAVILLE, Nikos POUIANTZAS, Jean Paul SARTRE, Laurent SCHWARTZ, Alain TOURAINE, Jacques VALLIER, Pierre VIDAL NAQUET et d'autres.

RIKSDAGEN

LI PARLEMENT DE SUÉDI

Ill parlamentsledamöterna i Movimento Democrático Brasileiro:

Nós, abaixo assinados, parlamentares suecos, vimos através desta carta deixar pública nossa solidariedade e apoio ao trabalho pela democracia e respeito aos direitos do homem no Brasil que os Srs. estão desenvolvendo. Esperamos especialmente que vosso trabalho possa influir positivamente na investigação e respeito do tratamento aos prisioneiros políticos nos cárceres do país e o desaparecimento de algumas pessoas presas por motivo político durante os últimos meses.

Nome (Nome)

*M. H. H.*

*L. H. H.*

*[Handwritten signatures]*

**E MAIS 30 ASSINATURAS**

# CARTA DENUNCIA CENSURA

Rio de Janeiro, 3 de fevereiro de 1975

Ilmo. Sr.  
Presidente da  
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA  
Rio de Janeiro - 5B

Prezado Senhor:

Quase um ano após a posse do General Ernesto Geisel na Presidência da República e, em vista das frequentes notícias a respeito de uma liberalização e mesmo desaparecimento da censura à imprensa no Brasil, achamos ser nossa obrigação apresentar à opinião pública, através da Associação que V.S. dirige, um relato das exatas condições em que é obrigado a funcionar o Jornal OPINIÃO.

## 1) Quanto às condições em que é feita a censura:

Nosso Jornal continua sendo censurado exatamente através do mesmo processo a que tem sido submetido desde a primeira metade de 1973:

- somos obrigados a enviar todos os nossos textos, fotos, desenhos, capas e anúncios na segunda-feira à noite para Brasília, a fim de que eles estejam em poder da censura às 8 horas da manhã de terça-feira;
- a censura nos devolve os originais no mesmo dia, como já o fazia antes;
- a Polícia Federal do Rio continua fiscalizando a obediência à censura de Brasília, comparecendo à gráfica onde o jornal é impresso.

Nesse processo burocrático que, repetimos, é essencialmente o mesmo há quase dois anos, se nota entretanto uma melhora em sua eficiência e, em alguns casos, uma menor rigidez das pessoas encarregadas de aplicar a censura. Assim:

- a censura está devolvendo o material com mais pontualidade. Antigamente a devolução dos originais chegava a se atrasar de até 24 horas;
- os censores do Rio, que fiscalizam a aplicação da censura, fazem a conferência dos originais com maior rapidez;
- os censores de Brasília tem aceito receber na quarta-feira, ou seja, um dia depois do prazo oficial da censura, com alguma relutância e insistindo no caráter excepcional da medida, modificações e notas de atualização do Jornal que sai nas bancas.

## 2) Quanto aos critérios da censura:

Desde o início do ano passado, pouco tempo antes da posse da administração Geisel, se nota uma ampliação da faixa de assuntos que nos é permitido noticiar e/ou comentar. No governo Médici, no período de censura mais feroz, que identificamos como tendo ocorrido na segunda metade de 1973 e no começo de 1974, as limitações ao direito de livre informação e análise eram tais, que muitas vezes cogitamos do fechamento do Jornal como uma forma de denúncia da situação vigente.

Em não poucas ocasiões, o Jornal havia sido então acusado de estar legitimando uma situação de arbítrio quase total. Nós não podíamos publicar, no campo internacional, por exemplo, quaisquer notícias (geralmente do *Le Monde*, do *Guardian* ou do *Washington Post*) sobre a situação dos países sob regime comunista ou sobre a situação dos países sob regime ditatorial (na época, Grécia, Coreia do Sul, Portugal, Vietnã do Sul, Espanha, Paraguai, Chile, entre outros).

No campo cultural, além de uma evidente má vontade e de proibições generalizadas em relação à divulgação de várias tendências do pensamento atual, tínhamos, por exemplo, uma espécie de relação de "nomes malditos", pessoas sobre as quais não se podia divulgar uma só palavra. O exemplo mais típico é aquele em que um censor cortou o nome do compositor Chico Buarque de Holanda de uma frase onde se dizia que determinada letra de uma música era de autoria de "Francis Hime e Chico Buarque de Holanda".

Na área da política e economia nacionais estavam as maiores proibições: além dos temas definitivamente proibidos e que passavam a não ser sequer cogitados pela redação, tais como - censura, torturas a presos políticos e o comportamento de pessoas, em crises da área militar e seus casos de corrupção - tínhamos, sistematicamente e em abundância, cortes totais ou parciais tanto em artigos políticos como em textos sobre futebol. Não nos permitiam dizer, sequer, que na seleção brasileira havia jogadores de comportamento infantil, como os que cortavam estofamentos de cadeiras de hotel com gilete. Na área econômica, onde as limitações não eram as maiores, durante o fim de 1973, foi a censura que manteve a inflação e a dívida externa brasileira sob controle em nosso Jornal, proibindo até a divulgação de listas de preços de gêneros alimentícios.

Para apreciar as mudanças havidas nesse panorama - especialmente nos últimos meses desse primeiro ano do governo Geisel - poderíamos, arriscando-nos à temerária tarefa de ordenar os sombrios desígnios da censura, dividi-la em dois tipos:

- uma censura caótica, aparentemente sem sentido algum, atingindo qualquer manifestação que contivesse críticas, mes-

mo por analogia, tanto a aspectos secundários do regime vigente como a aspectos do que parecia ser um esdrúxulo padrão de pensamento cultural, econômico e político dos órgãos de repressão;

- uma censura previsível, que impedia tanto uma posição de crítica aberta a certos atos do governo no campo econômico, político e cultural, como quaisquer críticas aos mecanismos estruturais de funcionamento do regime, o AI-5, o decreto 477, a política salarial, a política de favorecimento ao capital estrangeiro, a institucionalização do autoritarismo militar e, evidentemente, a censura, as torturas e outros atos de arbítrio.

De um modo geral, podemos dizer que nestes últimos meses do Governo Geisel se nota uma tendência clara ao desaparecimento do primeiro tipo de censura, a do tipo caótico, hoje bastante reduzido de sua força inicial. Para nós, é claro que, mesmo este tipo de censura não desapareceu. Na semana em que escrevemos este ofício - a da nossa edição nº 117 - tivemos cortados dezenas de trechos de vários artigos de política internacional, além de todos os desenhos com as alternativas de capa que tínhamos e mesmo um esboço de uma caricatura do sitarista indiano Ravi Shankar (ver os anexos 1 a 5).

Quanto à censura de tipo previsível, as melhorias, quando existem, são tímidas. No campo econômico, onde o noticiário e a crítica já eram menos cerceados que em outros, se notam, em vários pontos, as mesmas e graves restrições. Não pudemos, na edição desta semana, por exemplo, (ver anexo 6), discutir os conceitos emitidos em entrevista recente pelo atual embaixador em Paris e ex-ministro Delfim Netto. Em edições anteriores foram vetados vários artigos sobre a política salarial do governo escritos por economistas conhecidos. Na área política, onde se verificou uma certa liberalização após as eleições, não pudemos, por exemplo, na semana passada, citar as palavras de um deputado da Arena que dizia ter sido obrigado "a engolir o prato feito" da indicação do deputado Célio Borja para a Presidência da Câmara.

Continuaram sendo vetadas as notícias sobre violações de direitos humanos, sobre censura à imprensa (embora tenha havido uma relativa liberdade para se discutir aspectos da censura às artes e espetáculos, após a visita do Presidente Geisel ao Teatro Amazonas) e as discussões em torno do papel dos militares, do AI-5, do decreto 477, das relações entre Igreja-Estado, da situação dos sindicatos. Continua sendo proibida também uma atitude firme e editorial de oposição a certos aspectos da política do governo, como se este não admitisse a existência de uma imprensa que, além de noticiar honestamente os fatos, também adotasse uma posição editorial de oposição. No nosso caso, por exemplo, não conseguimos ter uma página de editoriais, apesar de havê-lo tentado por algumas vezes.

## Conclusões:

É evidente, portanto, que não existe liberdade de imprensa no país e que as melhorias verificadas no Governo Geisel em relação às prevalescentes no Governo Médici são tímidas e, segundo o que sabemos da situação de outras publicações, discriminatórias. Note o prezado presidente da ABI que, enquanto foi suspensa a censura a "O Estado de São Paulo" prosseguiu a censura a outros jornais e revistas, como *Veja*, *O Pasquim*, *Tribuna da Imprensa* e *O São Paulo*. Além disso, OPINIÃO não conseguiu que sua censura fosse efetuada em prazos e locais menos absurdos que os atuais. Continuamos sendo um jornal do Rio de Janeiro censurado a mais de mil quilômetros da redação - um jornal que não pode funcionar se os aviões Rio-Brasília não decolam com os malotes que ele envia para a censura. E um semanário que foi obrigado a sair às sextas-feiras, que não é o dia mais indicado - ao invés de às segundas-feiras - porque a censura o obriga a entregar todo seu material às terças-feiras e não aceita recebê-lo em mais de uma etapa, e em nenhum outro dia.

Mais importante do que tudo isso: a imprensa brasileira, de um modo geral, não está sequer na situação em que estava no início do governo Médici (\*), quando já não vivia dias de liberdade. Compulsando recentemente os jornais e revistas da época das eleições de 1970 - que hoje muitos reconhecem não terem sido livres - notamos que a imprensa daquele período tinha muito mais liberdade e tratava de temas que hoje não são mais cogitados nas redações.

Agradecendo a oportunidade desta exposição, subscrevemo-nos

Atenciosamente

Fernando Gasparian  
Diretor

(\*) É oportuno reler hoje duas edições de *Veja*, do início do governo Médici, uma com a chamada "O Presidente não admite torturas" e outra com a chamada "Torturas". É educativo reler também os grandes diários do Rio e de São Paulo da mesma época, onde o assunto torturas, hoje tabu, era amplamente tratado, para se ver que, em data recente - atualmente considerada ruim - a situação da imprensa era melhor. (Anexo 7).



# CRIADO EM PORTUGAL COMITÊ PRO AMNISTIA GERAL NO BRASIL

JORNAL PORT. "EXPRESSO" - MAIO 75

«Uma das tarefas em curso do processo revolucionário em Portugal é apoiar as lutas dos antifascistas brasileiros», afirmou Pietira Santos no lançamento do Comitê Pró-Amnistia Geral do Brasil que conta com o apoio de diferentes forças políticas portuguesas.

Na sede da Comissão Nacional de Apoio dos Refugiados Anti-Fascistas, na sexta-feira à tarde, o Comitê reuniu pela primeira vez, com a imprensa e declarou-se empenhado numa campanha democrática em apoio de esforços, como e onde quer que surjam pedidos de libertação dos presos políticos brasileiros sem discriminação ideológica.

Pietira Santos, ladeado por Miguel Urbano Rodrigues, padre Feliciano Alves, Eugénia Moura, César de Oliveira, David Baptista e major Pedros Marques, disse que o Brasil não é apenas uma figura de retórica que tem servido para tudo o que é bom e mau. Pela característica do seu regime actual, análoga com

o que Portugal viveu até pouco tempo atrás, os portugueses tem uma dívida de grande solidariedade e consciência revolucionária para com aquela nação.

Esta solidariedade revolucionária pode ser traduzida, inicialmente, pela formação deste Comitê e, assim, sensibilizar o povo português para a violenta repressão de que é vítima o povo brasileiro.

Numa primeira declaração, o Comitê Pró-Amnistia divulgou um texto onde afirma que «exactamente há trinta anos um dos primeiros actos da jovem democracia brasileira de então foi empenhar a sua solidariedade aos democratas portugueses, particularmente aqueles que sofriam as torturas e as bárbaras condições das penitenciárias da ditadura salazarista. Hoje, ao termo de um longo pesadelo, quando a jovem democracia portuguesa se consolida, não podemos fechar os olhos ao terror policial que, desenhando os mais elementares direitos do homem, impera no Brasil desde 1964. Pelas prisões do norte e do sul do Brasil, já são dezenas de milhares os que passaram, incluindo alguns portugueses e muitos filhos de emigrantes portugue-

ses.»

César de Oliveira acredita que a formação deste comitê é uma das formas possíveis de apoio à luta anti-imperialista, que começa em Portugal estendendo-se ao continente latino-americano. Miguel Urbano Rodrigues, historiador, por sua vez o apoio dado por outros povos da América Latina aos portugueses, durante a ditadura, quando muitas vezes, fugidos dos seus próprios países de origem, organizavam formas de luta constante em prol dos portugueses.

No plano da descolonização, Pietira Santos referiu que o Brasil, hoje marginalizado pelos acontecimentos desencadeados pelo novo regime português, pode constituir num futuro (quando for uma nação libertada) junto com Portugal, uma reserva anti-imperialista muito importante para a África e para a América Latina.

O padre Felicidade Alves lembrou que os movimentos de contestação surgidos entre os cristãos, são hoje difíceis de abafar pelas estruturas sacralizantes da Igreja. Na sua opinião, o cristianismo está enraizado na vida política e todos os fermentos existentes devem ser aproveitados como um factor dinamizador e re-

volucionário.

Também na sede da Comissão Nacional de Apoio dos Refugiados Anti-Fascistas foi recebido um telegrama de Rui Luís Gomes, que, impossibilitado de comparecer (deveria presidir o lançamento do Comitê), reiterou seu entusiástico apoio à iniciativa, afirmando estar à «disposição para ulteriores trabalhos que considero nossa obrigação de portugueses, dado o apoio e carinho constante dispensado pelos antifascistas brasileiros aos antifascistas portugueses».

Diversos partidos políticos portugueses, entre os quais, todos os da coligação, dão o seu apoio à iniciativa.

Apesar de mais essa sofisticação no que diz respeito a métodos repressivos, têm sido inúmeras as formas de resistência ao regime constituído a partir do golpe de 1964. Não só através de organizações populares mas até mesmo dentro das prisões, onde são desencadeadas greves de fome e, ao nível da Oposição permitida, são várias as manifestações que procuram barrar os passos à escalada de desrespeito aos mínimos direitos do homem.

5) Companheiros de viagens ou aliados — São elementos não-comunistas, algumas vezes mesmo de objetivos contrários aos dos comunistas, mas que se aliam a estes para a conquista de determinados objetivos comuns. No terceiro dia de reuniões, as recepcionistas distribuíram, entre todos os congressistas, um artigo de Gustavo Corção — Em Defesa da Civilização — que dizia: "Sejam corajosamente anticomunistas e gabemo-nos patrioticamente de ser um país civilizado que defende a civilização contra a barbárie num mundo inebriado e suicida que espalhou coisa pior do que o comunismo; que é o anticomunismo." Todos os congressistas brasileiros foram unânimes em afirmar que o artigo de Corção era uma obra-prima de lucidez e espírito democrático. Enquanto isso, rumores e boatos. Um jornal carioca estampava em primeira página que agentes do DOPS e Polícia Federal haviam vasculhado todos os 550 apartamentos do hotel onde se hospedavam os congressistas, atendendo a denúncia anônima sobre a existência de uma bomba num dos quartos. Mais tarde, comprovou-se que tanto o telefonema quanto a revista não passaram de fruto da imaginação policial da repórter — que terminou sua matéria dizendo: "Até o momento em que fechávamos esta edição, os agentes não tinham encontrado (felizmente) qualquer sinal de explosivos." No mesmo dia, corria pelos corredores do hotel a informação de que uma das recepcionistas havia sido detida quando se mostrava em atitude suspeita (portava uma arma) diante dos aposentos do Dr. Ku Cheng, presidente honorário da liga. Logo se espalhou a hipótese de que a moça seria uma agente de Moscou; mas, como no episódio da bomba, tudo não passou de um boato sobre um boato.

As quatro comissões — social, política, econômica e educacional — que permaneceram três dias discutindo dezenas de moções a portas fechadas chegaram a algumas conclusões: a Liga Mundial Anticomunista admite que "o sucesso do imperialismo comunista é devido a duas fontes: ações que são planejadas e realizadas a partir da União Soviética e da China continental ou por alguns de seus satélites e erros que existem em nossas próprias sociedades, cuja posição de desinteresse pela sobrevivência de valores espirituais, que supõem irrelevantes, é o dado básico que torna possíveis as infiltrações". Também foi reconhecido que existe "um esforço pacífico e continuado de infiltração nos meios de comunicação de massas e nos centros de irradiação de prestígio cultural, como nas colunas de crítica literária, artística, de teatro e cinema, assim como na cátedra e nas lideranças religiosas".

FAZENDO um balanço do VIII Congresso, Barbieri Filho dizia, entusiasmado, que as expectativas tinham sido superadas. Além de Jesus de particulares, várias personalidades públicas haviam demonstrado simpatia pela causa anticomunista, como o próprio Ministro da Justiça Armando Falcão — "o comunismo é a lepra do século XX", disse ele na sessão de encerramento do Congresso —, o governador do Rio, Almirante Faria Lima, e o Prefeito Marcos Tamayo, além de militares e deputados do Rio, São Paulo e Pernambuco.

## REALIZADO NO RIO DE JANEIRO VIII CONGRESSO DA LIGA MUNDIAL ANTICOMUNISTA

REVISTA MANCHETE ABRIL 75

INSTALADO em uma suíte do Hotel Intercontinental, no Rio, Carlos Barbieri Filho, advogado, economista, empresário e presidente do VIII Congresso Internacional da Liga Mundial Anticomunista, estava muito feliz na manhã do sábado: junto com as primeiras informações sobre as eleições portuguesas — e a derrota do Partido Comunista —, chegaram dezenas de cartas e telegramas, de diversas partes do Brasil, hipotecando solidariedade aos objetivos do congresso, encerrado no dia anterior. "O povo brasileiro está muito preocupado com a infiltração comunista em todos os setores de atividades — dizia Barbieri Filho. — O congresso veio canalizar essa ansiedade e mostrar a todos que o comunismo só pode crescer diante da acomodação e da omissão." Taipé, Saigon, Bancoc, Tóquio, Quezon (nas Filipinas), México e Washington foram as sedes dos congressos anteriores. A Liga Mundial Anticomunista, fundada em 1966, em Seul, Coreia, congrega dezenas de organizações empenhadas "na defesa da dignidade humana, da paz e da democracia, combatendo por isso os esforços comunistas tendentes a escravizar a humanidade". Este ano, chegou a vez do Rio de Janeiro, a cidade brasileira mais conhecida no exterior e um "oásis de tranquilidade", segundo os

organizadores do congresso. Cerca de 150 brasileiros, vindos de 17 estados, e mais de 400 delegados estrangeiros, de 64 países, estiveram reunidos durante três dias, arquitetando novas formas de combate à ideologia marxista. Na entrada do salão de reuniões, um poster de Chiang Kai-shek com os dizeres: "Lamentamos profundamente o desaparecimento de nosso grande líder, o generalíssimo defensor da liberdade." Sobre um balcão, diversos livros de Gustavo Corção e folhetins publicados por organizações americanas, inclusive um sobre as "tendências esquerdistas" do ex-Presidente Richard Nixon. Uma das figuras mais atuantes do congresso foi o português Vasco Cabral, ex-assistente da gerência do Hotel Nacional de Brasília, e um dos organizadores do movimento Viva Portugal, fundado em fevereiro deste ano, e que diz falar "em nome da história de Portugal, que conta com oito séculos de missionarismo a favor da Cristandade". Cabral, parente longínquo — 14 gerações — do navegador português, está no Brasil há seis anos, mas tem inúmeros parentes e amigos em Portugal, "gente que tem muitos bens e está arriscada a perdê-los por causa dos titeres de Moscou". Cabral revelou que tem um plano positivo para salvar Portugal dessa "minoría fanática ardilosa, treinada para a fria mentira, para o sofisma e

para a maldade". Mas confessou ter receio de avançar neste tema, "pois acredito que entre nós poderão, eventualmente, estar observadores das esquerdas".

UM dos documentos apresentados pela Sociedade de Estudos Políticos Econômicos e Sociais, entidade brasileira promotora do VIII Congresso, enumerava as diversas categorias de auxiliares do PC: 1) Criptocomunistas — São comunistas não-confessos, por medo ou conveniências. Entre estes encontram-se, por exemplo, os membros de certos setores secretos do PC, como o militar e o jurídico. 2) Simpatizantes — São pessoas que, ainda não comunistas, são condescendentes ou parcialmente adeptas da causa comunista. Cooperam nas campanhas do PC com trabalho ou ajuda financeira. Participam de reuniões com comunistas. Assinam memoriais e manifestos. Enfim, vêem o comunismo com bons olhos, embora não sejam comunistas. 3) Oportunistas — São os indivíduos que, por interesse pessoal ou receio, associam-se à ação partidária e procuram obter vantagens. São os políticos profissionais que se aliam aos comunistas para obter mais votos. 4) Inocentes Úteis — Essa categoria abrange os indivíduos que se prestam às manipulações dos comunistas por vaidade, desconhecimento ou inconsciência.

## GREVE NA ESCOLA DE COMUNICAÇÕES-USP

Ao contrário do que chegou a se supor, a mobilização dos alunos da Escola de Comunicações e Artes da USP, depois de mais de uma semana de paralisação de aulas, aumentou: na assembleia de ontem, estiveram presentes 226 estudantes, contra 197 da anterior. Embora frisando que o principal objetivo da paralisação continua sendo a renúncia do diretor Nunes Dias, a assembleia também decidiu considerar a formação de uma Congregação como uma "preocupação básica".

Paralelamente, os estudantes aprovaram o encaminhamento, por meio da representação discente, de um pedido de inquérito administrativo para apurar as arbitrariedades do diretor. Terminada a assembleia, seus participantes — obedecendo à proposta aprovada durante sua realização — tomaram as dependências do

Centro Acadêmico "Lupe Cotrim", efetivando uma outra decisão tomada na assembleia anterior, a destituição da diretoria do Centro.

Compareceram à assembleia ainda dois professores da ECA: José Ferreira Carratto, coordenador do Curso de Turismo, e Neusa Dias Macedo, vice-coordenadora do Curso de Biblioteconomia. Depois de se apresentar como "o professor mais velho da casa" e esclarecer alguns problemas do seu curso, Carratto declarou-se "velho amigo do diretor e também da juventude" e propôs a construção de "uma ponte entre os dois lados em luta para salvar a posição dos alunos e a do diretor".

Recusando essa proposta, um dos alunos contrapôs alguns argumentos, aplaudidos pela assembleia: "desde 1968, a política do movimento estudantil tem se baseado nesses moldes

e se demonstrado incorreta. E não é agora que os estudantes partem para outras formas de atuação, que se dará um passo atrás".

Além do inquérito administrativo sobre as arbitrariedades do diretor e da formação da Congregação — já existe uma comissão estudando o problema — a assembleia também aprovou outras propostas, como a manutenção da paralisação das aulas.

### Contra o 477

Aproximadamente 95% dos estudantes que votaram no plebiscito promovido pelos centros acadêmicos da USP a respeito do decreto-lei 477 são favoráveis à sua revogação. Os resultados de 11 mil votos apurados — que não incluem ainda as faculdades do Interior — foram divulgados ontem pelos alunos.

ESP-26/4/75

## PROTESTO CONTRA JUBILAÇÃO

ESP-11/1/75

Distribuindo cartazes e boletins afirmando "não podemos nos expressar, não podemos nos organizar, mas podemos ser jubilados", estudantes da Universidade Federal de Minas Gerais iniciaram ontem em seu Diretório Central — em Belo Horizonte, uma campanha contra a possibilidade de implantação do jubileamento na escola. A norma, afirmam, estaria sendo estudada pela Reitoria, como uma maneira de acabar com os altos índices de repetência e de mau aproveitamento verificado entre seus alunos nos cursos de graduação desde 1970.

Segundo o Diretório Central dos Estudantes, a UFMG deveria, antes de pensar em medidas visando a eliminação do "mau" aluno de seus cursos, promover debates e estudos sobre as condições atuais de ensino, "tais como a escassez de verbas, a impossibilidade de os estudantes desenvolverem pesquisas na universidade, as deficiências qualitativas e quantitativas de professores, a impossibilidade de participação dos estudantes em sua própria formação, a falta de liberdade na universidade e outros problemas".

Em um dos boletins distribuídos, o DCE afirma que cabe as seguintes perguntas, em relação ao problema: "a solução dos problemas da Universidade estaria em julgar um mau aluno ou em discutir as condições que provocam o mau rendimento dos estudantes? E seria a solução mais correta propor um segundo vestibular dentro da universidade, selecionando os já selecionados?".

## DEZ CURSOS FAZEM GREVE DE APOIO A COMUNICAÇÕES

ESP-9/5/75

Aproximadamente mil e quinhentos estudantes participaram ontem de uma assembleia, dirigindo-se depois à Reitoria, onde voltaram a pedir a demissão do diretor da Escola de Comunicações. Dez faculdades foram paralisadas, embora somente os alunos da ECA continuem em greve hoje. O diretor garante que não pedirá sua demissão.

Dez cursos foram paralisados e em outras seis escolas apenas algumas classes entraram em aula ontem, dia marcado pelos Centros Acadêmicos para que os alunos de toda a Universidade deixassem suas atividades em solidariedade aos estudantes da Escola de Comunicações, em greve há 23 dias. Cerca de mil e quinhentos estudantes participaram de uma assembleia, que entre outras propostas aprovou a formação de comissões de apoio à ECA em todas as escolas e a criação de uma imprensa universitária que mantenha os estudantes informados da continuidade do movimento pela renúncia do diretor Manuel Nunes Dias. Também estabeleceu-se o prazo de uma semana para que seja realizada uma nova assembleia geral na Universidade, caso o professor não deixe o cargo.

Estavam paralisados os cursos de Psicologia, Filosofia, Ciências Sociais, Geologia, Economia, Física, Matemática, Geografia, História e Arquitetura, além de Comunicações. Nas faculdades de Medicina, Politécnica, Educação e nos cursos de Letras, Biologia e Química, entretanto, apenas algumas classes deixaram de comparecer. Os trabalhos da assembleia,

iniciada às dez horas — foram prolongados até às 13, quando os estudantes se encaminharam à Reitoria. Participavam da mesa coordenadora alunos da ECA e representantes dos centros acadêmicos da USP e de outras escolas, como a Getúlio Vargas e a Fundação Armando Álvares Penteado, que apoiam o movimento da ECA.

A formação de comissões de apoio à greve da ECA em todas as escolas, a criação de uma imprensa universitária e de um centro de artes e debates engrossado por alunos e professores de outras faculdades, a elaboração de um abaixo assinado de todos os alunos da Universidade pela renúncia do diretor da ECA foram as propostas aprovadas. Os estudantes não concordaram em promover manifestações de repúdio aos centros acadêmicos que não participaram da assembleia nem aos 41 estudantes da ECA que retornaram as aulas.

A última proposta aceita visava a que os alunos se dirigissem ao reitor e entregassem uma carta solicitando pronunciamiento sobre a situação da escola, e uma posição da Reitoria a respeito das intimidades feitas aos alunos da ECA

para que prestem esclarecimentos ao DEOPS.

Chegando à Reitoria os estudantes permaneceram no pátio enquanto uma comissão procurava o reitor, sendo informada de que ele não estava. Depois de esperar uma hora, os alunos se dispersaram, comunicando aos assessores da Reitoria que voltariam após a assembleia da noite, além de deixar um convite para que o reitor comparecesse a ela.

### O DIRETOR

O professor Manuel Nunes Dias reafirmou ontem a sua intenção de não renunciar ao cargo, apesar das pressões que estão sendo feitas pelos alunos: "Eu continuo firme na minha posição, porque eu acho que no momento em que elementos diversos procuram abrir rimbos no barco — e todos nós estamos no mesmo barco — não cabe ao capitão desertar, quando o navio está querendo ir a pique, conforme o desejo de terceiros". O diretor afirmou que só deixará o cargo se o Conselho Técnico Administrativo, que o elegeu, "ou um poder mais alto", decidirem demiti-lo.

Oito estudantes da Escola de Comunicações da Usp, acompanhados de seus pais, estiveram ontem a tarde no Deops paulista para prestar declarações a respeito da crise naquela faculdade. Depois de ouvidos pelo delegado titular da Delegacia Especializada de Política, foram liberados.

## ELEIÇÕES DA UNB

ESP-26/4

Com grandes concentrações em que se debatia principalmente a participação do estudante na vida universitária, a revogação do decreto-lei 477 e a formação de diretório central, os alunos da Universidade de Brasília elegeram ontem as representações acadêmicas da escola.

Em todos os programas apresentados há uma preocupação principal: procurar fórmulas eficientes para mobilizar os estudantes da UNB, levando-os a participar das representações, com o objetivo de obter um órgão de base através do qual os alunos possam defender seus interesses. Segundo alguns candidatos a representantes, incentivar o debate nos departamentos é imprescindível para formar uma consciência universitária crítica, o que afirmam não existir atualmente na UNB.

## GREVE NA ARQUITETURA

ESP-3/5/75

A nomeação do professor José Eduardo de Assis Lefebvre para o cargo de diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São José dos Campos é considerada o primeiro passo de importância para a normalização da escola, cujas aulas estão paralisadas há quase um mês. O novo diretor, que substitui o engenheiro Aroldo Diniz, é um dos poucos membros do antigo corpo docente que permanece no estabelecimento.

Uma das principais reivindicações dos estudantes, que tomaram a iniciativa de boicotar as aulas, consiste exatamente no retorno dos professores

afastados com a posse de Aroldo Diniz. Além disso, eles pedem o restabelecimento da estrutura didática e administrativa anterior. Por esse motivo, a designação do novo diretor pelo presidente da Fundação Valeparaibana de Ensino, Clemente Fagundes Gomes, foi bem recebida pelos alunos.

Os estudantes continuam a frequentar diariamente a faculdade, embora não participem das atividades didáticas. De qualquer maneira, as aulas foram agora também suspensas, pois demitiram-se quase todos os professores contratados durante a gestão do engenheiro Diniz.

## RECURSO CONTRA PUNIÇÕES

ESP-3/5/75

Inconformado com as punições determinadas pela direção da Faculdade de Ciências Médicas de Santos, que variam de advertência a todos os alunos até a suspensão de alguns e a paralisação do Diretório Acadêmico, mais de 400 estudantes da escola entraram esta semana com recurso contra a portaria 29/75, que fixou as medidas disciplinares.

As punições foram determinadas em virtude de uma as-

sembléia permanente realizada pelos alunos durante o mês de março, com duração de 12 dias e que segundo a direção da faculdade serviu apenas para dissimular uma greve. No recurso impetrado os alunos alegam que "dado o volume de reivindicações e elevado número de participantes da reunião, esta teve o seu tempo de duração dilatado, não permitindo a sequência das aulas".

## PROJETO REVOGA 477

ESP-24/4/75

Nos meios políticos de Brasília tem-se como certo que o destino do projeto, cuja aprovação no momento é considerada inviável, estará ligado ao desenvolvimento da política de distensão preconizada pelo governo. Sabe-se que o general Geisel, antes mesmo de assumir a presidência, debateu com parlamentares a possibilidade da criação de um "estatuto do estudante" que, sem vulnerar a segurança do Estado, tornasse mais flexíveis os preceitos punitivos constantes do decreto-lei 477.

Segundo dirigentes opositivos, não convém ao MDB precipitar a tramitação do projeto, deixando, ao contrário, que este siga o ritmo normal, e lento, dos projetos oriundos do Poder Legislativo. Isto porque suas possibilidades de êxito estarão ligadas a uma de-

cisão política que dificilmente será tomada no momento. Conviria ao MDB, segundo as mesmas fontes, que numa primeira etapa fosse votado o projeto Nelson Carneiro, já em adiantada fase de tramitação.

O deputado Odacir Klein, do MDB gaúcho, apresentou ontem, com o apoio de 25 outros deputados opositivos, projeto que revoga o decreto-lei 477, que define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de escolas públicas ou particulares. Esta é a quarta tentativa feita pela oposição para revogar ou, pelo menos, alterar o decreto-lei 477, desde sua edição, a 26 de fevereiro de 1969, dois meses e meio após ser baixado o AI-5, a 13 de dezembro do ano anterior. Mas considera-se pouco provável o êxito da proposta.

## Arena Jovem de São Paulo reclama de Geisel maior autonomia para a mocidade

JB-27/5/75

Brasília — A Arena jovem de São Paulo declarou, ontem, perante o Presidente Geisel, autonomia para sua tomada de posições, a fim de poder canalizar a opinião dos jovens, e sugeriu a criação do Departamento de Juventude Nacional e de departamentos idênticos em todos os Diretórios distritais nas cidades com mais de 1 milhão de habitantes e nos Diretórios municipais de cidades com mais de 30 mil habitantes.

Os estudantes e o Presidente conversaram durante cerca de 30 minutos. O Chefe do Governo teve oportunidade de reafirmar aos jovens a declaração que tem feito, no sentido de que a política deve ser por eles exercitada dentro dos Partidos e nunca no recesso das universidades.

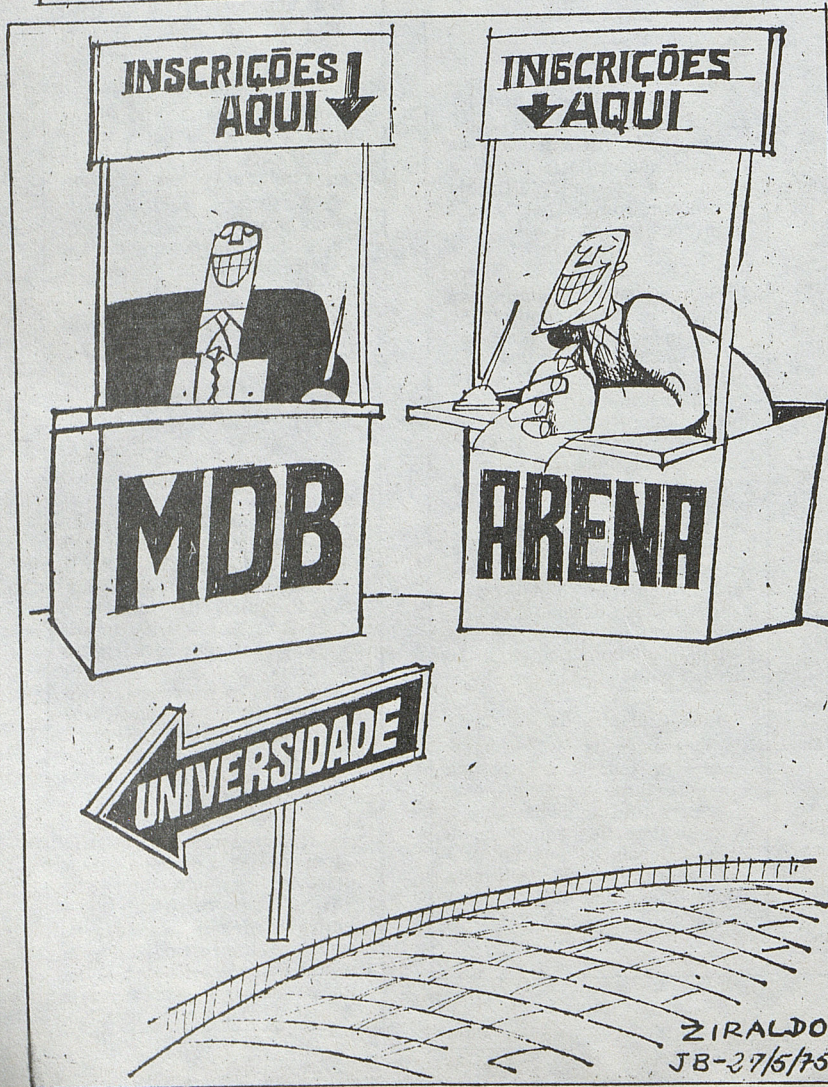
### MEMORIAL

Os estudantes paulistas deixaram com o Presidente memorial em que registram o desagrado da classe com "um estranho universo político em que não viam qualquer ponto de apoio." Dizem eles que este desagrado "cresceu no decorrer do último ano eleitoral, em consequência menos dos méritos do MDB e mais das posições assumidas pela Arena em relação aos problemas socioeconômicos que estavam sendo debatidos."

"A falta de uma palavra orientadora — diz o memorial — a inexistência de uma brecha por onde se pudesse penetrar no Partido acirrou os ânimos e fomentou a incerteza. A insegurança, a insatisfação e o descontentamento explo-

diram finalmente nas eleições de 15 de novembro, quando os jovens proporcionaram retumbante quantidade de votos à Oposição."

"Frente a esses resultados acentuou-se a imperiosa necessidade de se estabelecer, a curto prazo, uma ponte que possibilitasse à Arena comunicar-se com a juventude, pois constatou-se que não havia, como realmente não há, nomes políticos de jovens de projeção nacional capazes de se identificarem com os moços e de sensibilizá-los. Além disso, percebeu-se que, se não fosse implementada, de modo objetivo, uma política de aproximação e chamamento, os números dos próximos pleitos seriam muito diversos dos esperados e desejados por nós arenistas."



# No NE, 50% de analfabetos

ESP-21/4/75

Mais de 50 por cento da população nordestina com idade acima de seis anos é analfabeta. E apenas 109 mil universitários haviam sido diplomados, até 1970 na região. Além disso, uma pesquisa paralela demonstrou que, em todo o País, de cada 100 adolescentes que abandonam os estudos, tanto no primeiro como no segundo grau, 75 o fazem por não suportar a escola.

Essas são algumas das conclusões a que chegou o professor Fernando Antonio Gonçalves, presidente da Cordene (Coordenação Regional para o Desenvolvimento do Ensino Superior do Norte e Nordeste) e diretor do Departamento de Educação da Universidade Ca-

tólica de Pernambuco.

Esses aspectos do ensino no Brasil serão discutidos durante o encontro de educadores que começa na segunda-feira no Rio de Janeiro, sob a coordenação do Departamento de Assuntos Universitários do MEC e de sua Comissão de Ensino da Área de Educação.

As causas do grande índice de analfabetismo na região Norte-Nordeste devem-se, segundo Fernando Gonçalves, principalmente à desatualização do sistema de ensino. Segundo o professor, "as instituições educacionais são, por natureza, estabilizadoras e a própria atividade de ensino tende para uma acomodação prejudicial".

Além disso — afirma Fernan-

do Gonçalves — percebe-se com facilidade que essas instituições se ressentem da falta de uma criatividade mais ajustada à décadas que antecedem o século XXI, para proporcionar uma produção de diplomados compatível com as necessidades e a capacidade de absorção do sistema econômico.

## A seca progride no Nordeste

ESP-26/4/75

A Secretaria de Segurança do Rio Grande do Norte revelou, ontem, em Natal, que existem mais de 15 mil retirantes, em 11 municípios das regiões do Agreste e Trairi, atingidas pela falta de chuvas no Estado. Segundo a Secretaria, o número de pessoas que sofrem as consequências da seca já atinge cerca de 70 mil.

As secretarias de Segurança, do Interior e da Justiça, em trabalho conjunto com a Sudene, haviam, até ontem, distribuído 10 mil toneladas de alimentos aos agricultores desempregados e famintos. Hoje, novos caminhões serão enviados para o interior do Estado carregando nove mil toneladas de alimentos — farinha de mandioca, feijão e rapadura — comprados à Cibrazem. Prevendo um prosseguimento prolongado da estiagem, o governo estadual e a Sudene já fizeram uma requisição de 140 mil toneladas de alimentos para estocagem, em Natal, de onde serão enviados quando houver constatação de necessidade premente.

Mas, os agricultores acham que essas providências já deveriam ter sido adotadas desde março, quando ocorreram os primeiros sinais de estiagem. Além disso, criticam a desatenção do governo do Estado em não ter providenciado a formação de frentes de serviços para a construção e recuperação de estradas municipais e vicinais.

## A POBREZA DE SERGIPE

ESP-24/4/74

O plano de ação do governo do Estado de Sergipe para 1975 revelou que o Estado está cada vez mais pobre. O governador José Rollemberg divulgou ontem esse plano, que contém a análise dos problemas do Estado, inclusive um diagnóstico de sua economia. A característica principal é a evidência da disfunção da economia sergipana, com o crescimento industrial menor que o dos setores agrícola e de serviços. Por sua vez, o setor agrícola é que apresenta o maior número de problemas, quase insolúveis. Comprova-se o minifúndio se ampliando e a dedicação à cultura de subsistência, mantendo o agricultor às margens do mercado.

# SALVADOR: 72% DE SUBNUTRIDOS

ESP-26/4/75

Um estudo encomendado ao economista Paul Singer e sua equipe, pelo Conselho de Desenvolvimento do Recôncavo — órgão da Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia — e que foi concluído recentemente, indicou que 72% do total de 1,3 milhão de habitantes da região metropolitana de Salvador são subnutridos, sofrendo de carência de calorias em proporção crescente à medida em que se desce nos níveis de renda da população dos oito municípios que formam a Grande Salvador.

A pesquisa, encomendada, com o objetivo de permitir um conhecimento mais realista do esquema produção-distribuição-consumo na principal área de industrialização do Nordeste, diz que 30% da população da área é deficiente em calorias, sendo a causa mais importante dessa subnutrição crônica a elevada concentração da renda agravada pelos hábitos alimentares distorcidos.

Embora elaborando várias hipóteses para 1980 e 1990, tomando como base a modificação do processo concentrador da renda ou sua manutenção aos níveis atuais, o estudo, denominado "Abastecimento Alimentar da Região Metropolitana de Salvador", levanta a impossibilidade de solucionar o problema da desnutrição nos próximos 10 anos, mesmo se ocorrer "uma desconcentração mais profunda da renda que aquela que o quadro institucional vigente permite esperar", e cujo limite máximo é estipulado em 14 por cento.

Desde que a causa principal da carência de proteínas e calorias dos habitantes da Grande Salvador é "a falta de capacidade aquisitiva nas camadas pobres da população, oriunda de uma estrutura bastante concentrada na repartição de renda e que tendeu a se concentrar ainda mais nos últimos anos", o estudo aponta, como primeira estratégia para resolver o problema, a "desconcentração da renda", acompanhada de uma ação específica sobre a oferta dos 15 alimentos básicos da "cesta de consumo" do balano da Capital, visando a diminuir o preço do pão, farinha de mandioca, feijão e carne (básica-mente).

Para 1980, a hipótese de permanência dos atuais níveis de distribuição de renda, indica que, dos 1,8 milhões de habitantes da área estimados para aquele ano, cerca de 1,3 milhão (73 por cento) sofrerão de carência de calorias e 648 mil (36 por cento) de deficiências proteicas, enquanto em 1990 o número de subnutridos calóricos subirá para 1,5 milhão (74 por cento) e os carentes de proteínas serão 860 mil (40 por cento), numa população de 2,2 milhões.

# RENDA FAMILIAR E MENINGITE

ESP-20/4/75

Por que as longas filas que se formavam nos hospitais, durante o pico da epidemia de meningite, eram constituídas principalmente por pessoas simples, moradores de periferia? Uma pesquisa realizada pelo Departamento Regional de Saúde da Grande São Paulo mostrou que isso não acontece por mero acaso: existe uma relação direta entre renda familiar e casos da doença.

Uma equipe de assistentes sociais visitou as famílias de 500 doentes internados nos hospitais da Grande São Paulo, distribuídas por 12 bairros. E verificou-se que a meningite atinge principalmente crianças de baixa renda e que moram em casas onde a aglomeração intradomiciliar é muito elevada.

Dos 500 casos pesquisados, 30 por cento eram de crianças entre zero e seis anos e 13,2 por cento tinham entre sete e 14 anos. Embora os especialistas concordem que as maiores vítimas da epidemia eram as crianças de baixa idade, a partir do segundo semestre do ano passado esse comportamento foi alterado. Segundo os epidemiologistas, houve um deslocamento da incidência da epidemia para as faixas etárias mais elevadas.

E as assistentes sociais constataram ainda que desses 500 doentes 61,8 por cento eram homens e 38,4 por cento, mulheres. Quase 60 por cento das famílias pesquisadas viviam em casas com apenas um dormitório, enquanto 25,2 por cento tinham dois quartos e 16,4 por cento três ou mais.

O levantamento comprovou que a aglomeração intradomiciliar é o principal fator de transmissão da doença: 22 por cento dos doentes dormiam em quartos com mais sete e até 15 pessoas. E em apenas 18 por cento dos casos o número mé-

dio de pessoas por quarto era de três.

Esse precário nível de condições de vida está diretamente relacionado com a renda familiar. Das famílias visitadas, 5,8 por cento ganhavam menos de um salário mínimo por mês; 14,2 por cento, um salário mínimo; 27 por cento, dois salários mínimos; e 42,2 por cento, acima de três salários-mínimos.

Os dados mostram que é principalmente sobre as famílias de baixa renda que recai a tragédia da epidemia. Como têm uma renda pequena e insuficiente são obrigadas a morar em casas de poucos cômodos e a dormir todos juntos. O contato próximo, durante muitas horas seguidas, é o principal e mais eficiente meio de disseminação do meningococo.

E, além disso, são também as famílias pobres que possuem maior número de filhos de baixa idade, mais facilmente atingíveis pela meningite. Segundo uma pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisas Econômicas da USP, o número de crianças entre seis meses e cinco anos é maior nas famílias de baixa renda e diminui à medida em que melhora o padrão socio-econômico: 24 por cento dos pré-escolares da Capital pertencem a famílias com renda entre zero e meio salário-mínimo per capita; 15,8 por cento entre meio e um salário-mínimo per capita; 11,4 por cento entre um e meio e meio salário mínimo per capita; 7,2 por cento, entre um e meio e dois e meio salários mínimos per capita; e 7,2 por cento acima de dois e meio salário mínimos per capita.

Essas crianças, mal alimentadas, ingerem quantidades insuficientes de calorias, proteínas e vitamina A. E, embora ainda se desconheça a influência da desnutrição no desenvolvimento da doença, e sua atuação, depois que o meningococo chega às meninges, já é comprovada. Como ela debilita o organismo da criança, o doente tem menos condições,

# A VIOLENCIA DO DESPEJO DE 150 FAMILIAS

**ESP. - 3/5/75**

O despejo dos invasores da fazenda Vitória, na colônia Cielito, em Cascavel, está paralisado desde ontem por causa das chuvas que tem caído nos últimos dias, no oeste do Paraná. Somente 200 pessoas, totalizando cerca de 30 famílias, foram despejadas até o momento, continuando na fazenda aproximadamente 120 famílias ou cerca de 400 pessoas, segundo Octacílio Ribeiro da Silva, advogado dos proprietários.

A Polícia acredita que, se não chover a partir desta segunda-feira, o despejo estará concluído dentro de mais três dias. A ação consta da leitura da sentença do juiz na casa de cada invasor, seguida da retirada da mudança, que é colocada em caminhões da fazenda e transportada para alguma das cidades ou lugarejos próximos, indicados pelo invasor. Depois disto, os empregados da fazenda derrubam as casas, que, na verdade, são ranchos com paredes de tronco de palmito, cobertos com latas e tábuas de caixotes. A leitura e o despejo são executados por dois oficiais de justiça de Cascavel, que contam com a cobertura de 60 policiais civis e militares comandados pelo delegado Durval Teixeira, da delegacia de Cascavel, e dois oficiais da Polícia Militar do Paraná.

**ESP. - 6/5/75**

Mesmo chovendo, continuou ontem o despejo de 150 famílias de agricultores que ocupavam 880 dos 1.300 alqueires da Fazenda Vitória, no município de Cascavel, no Oeste do Paraná. Enquanto eram retirados da terra por 43 policiais-militares, 9 policiais civis e 10 empregados da fazenda, os agricultores reclamavam que não têm lugar para ir. Alguns se dirigem ao povado de Bom Jesus do Rio da Paz, mas se acredita que a grande maioria invadirá outras propriedades à procura de terra para plantar.

A invasão da Fazenda Vitória começou há um ano. Segundo se informou, os posseiros foram atraídos pela notícia de que ela seria desapropriada pelo presidente da República e que os lavradores que a estivessem ocupando receberiam as terras. Mas uma gleba em frente à Vitória é que seria desapropriada. Imediatamente, proprietários da fazenda entraram com a ação de despejo e, enquanto ela tramitava na Justiça, aumentava o número de lavradores na propriedade.

O despejo, feito em partes, transcorre sem violên-

cia, mas há notícias de mortes. Dois corpos já foram encontrados no rio e, segundo os agricultores, outros ainda serão encontrados. Gervásio Prado, um dos posseiros, assegura que há outros mortos. "Onde anda o Zé Capanema? Ninguém viu ele. Outras famílias também desapareceram". Miguel Ribeiro da Silva afirma que testemunhou uma morte: "Os jagunços pegaram um posseiro, colocaram ele dentro de um carro e o mataram na estrada. Depois jogaram o corpo na beira do mato". A fazenda, contudo, alega que não tem jagunços, pistoleiros contratados para expulsar invasores de terra.

De qualquer forma, a notícia dessas mortes assustou os posseiros a tal ponto que alguns nem esperavam os policiais: apanhavam as coisas, reuniam a família e desapareciam. Em Santa Lucia, Distrito de Capitão Leônidas Marques, apareceu um homem despido, que fugiu desesperadamente mata adentro quando soube que os posseiros estavam sendo liquidados.

Enquanto a polícia sustenta o que todos foram avisados do despejo, e que não se cometeu violências, sequer espancamentos, Aristotelino Borges, posseiro, garante que houve crimes e promete ir a Curitiba, enquanto Mario Glote diz que procurou o quartel do Exército em Cascavel, fez a denúncia, mas foi informado que os militares nada podiam fazer.

Adão Pereira, 39 anos, seis filhos, foi o único posseiro despejado formalmente, ontem, pela polícia. Os policiais trafegaram por uma picada de cinco quilômetros para chegar à sua posse, que seria de três alqueires comprados a um grileiro. Mas não passava de uma clareira de 100 metros quadrados, uma roça, a casa coberta com encerado e cercada por palmeiras. Enquanto arrumavam as "tralhas" (o que seria a mobília e roupas e utensílios), o delegado Durval Teixeira revelava-se contrariado. Maria, mulher de Adão, chorava desesperadamente, com dois filhos pequenos agarrados ao pescoço. Os mais velhos a estimulavam diante do fotógrafo: "Pelo menos fica um pouco mais alegre na fotografia, mãe".

Adão e a família vieram de Minas, atraídos pela "corrida" ao Oeste do Paraná. Já foram despejados da fazenda Apareldinha e despedidos, por um fazendeiro, de

outra gleba. Como declarou. Interessado em acabar com "essa vida de errante", juntou o que tinha e comprou 3 alqueires na fazenda Vitória, a Cr\$ 400 cada um. Ali plantou mandioca, arroz e reuniu algumas galinhas, mas o entusiasmo acabou ao descobrir que o vendedor dos 3 alqueires era um grileiro, e não o proprietário legal da terra.

Depois de conduzir a família de Adão numa camioneta até a estrada, o delegado ainda deu buscas nas imediações, tentando localizar outras casas, mas a chuva o fez desistir. Ele começou esse trabalho na segunda-feira e estima que, se fizer Sol, em três ou quatro dias o encerrará. Depois desse, ele deverá realizar "mais quatro ou cinco" despejos nas próximas semanas, o maior deles em Matelandia, numa região de acesso difícil e marcada pela violência no campo.

Até agora, cerca de 30 famílias já foram despejadas, restando 120. As que saíram constituem um quadro desolador: com inúmeras crianças, algumas famintas, improvisaram barracas de encerados para se protegerem da chuva. Das oito famílias que foram levadas para Bom Jesus do Rio da Paz, duas ainda estavam lá ontem à tarde, alegando que não tinha para onde ir.

**ESP. - 7/5/75**

Cento e dez famílias — cerca de 220 pessoas — foram afastadas da mata da Fazenda Vitória, que vinham invadindo desde dezembro, na maior operação de despejo realizada nos últimos anos no Oeste paranaense. No início da operação, terminada ontem, acreditava-se que a região estivesse ocupada por 150 famílias de posseiros, representando um total de 600 pessoas. Muitas delas, entretanto, fugiram logo que souberam que contingentes policiais estavam na fazenda para fazer o despejo e, por isso, das 77 casas e barracos desocupados, 26 já estavam abandonados.

No último dia, os policiais ocuparam-se principalmente com o rescaldo na região, pois acreditava-se que, após despejados, os posseiros retornassem ao local, o que acabou não ocorrendo. As autoridades, porém, temem

que as invasões possam se repetir em outras áreas ainda inexploradas.

O problema é que os despejados não têm para onde ir. Eles foram deixados por um caminho da fazenda num povoado onde não há qualquer estrutura para recebê-los. Começaram improvisando barracões em que se alojaram e cozinham os últimos alimentos que conseguiram levar. Agora, começam a pensar em como sobreviver, pois, nos últimos anos, só o que fizeram foi andar de fazenda em fazenda, sempre despejados, pois compram terras de grileiros que não possuem documentos legais de propriedade.

A operação foi encerrada às 14 e 30 de ontem, mas, se não fosse a chuva dos últimos dias, a Polícia diz que poderia ter concluído o serviço em apenas dois ou três dias. No rescaldo feito em toda a fazenda, os policiais vasculharam todas as áreas próximas e, num ponto estratégico da mata, foi descoberta uma tocaia, preparada pelos posseiros. Como havia chovido, os policiais não puderam calcular há quanto tempo ela havia sido preparada.

Nesse local, as buscas foram intensificadas, mas nada mais se descobriu. A equipe que fez o rescaldo, ontem, contava com 43 policiais militares, chefiados pelos tenentes Fonseca e Sarraf, nove policiais civis e dez empregados da Fazenda Vitória. Todos estavam fortemente armados, pois esperava-se algum confronto com os posseiros, alguns deles considerados perigosos. Os posseiros, porém, reclamaram de que não foram avisados da operação e que, se isso tivesse ocorrido, teriam abandonado a área por iniciativa própria. Mas os oficiais de Justiça, que faziam a reintegração de posse, desmentiram essa versão, dizendo que todos foram devidamente avisados.

As últimas famílias despejadas foram abrigadas, provisoriamente, num barraco existente fora da fazenda, na estrada para Bom Je-

## SECA

**ESP. - 7/5/75**

Pelo menos 16 mil pessoas sofrem fome e sede no Agravado do Rio Grande do Norte, uma região situada a 100 quilômetros a sudoeste de Natal, onde não chove desde fevereiro último. Sem trabalho porque a seca paralisou as atividades agrícolas, aquelas pessoas se reúnem nas cidades e ameaçam saquear as feiras livres à procura de comida. No último fim-de-semana, três mil flagelados só não praticaram o assalto porque o governo providenciou logo a distribuição de alimentos entre eles.

## BNH - 20% DOS CONJUNTOS ESTÃO VAZIOS

ESP-22/4/75

Vinte por cento dos conjuntos habitacionais construídos pelo BNH jamais chegaram a ser ocupados. Esta revelação foi feita pelo presidente do Banco Nacional de Habitação, Maurício Schulmann, aos governadores do Nordeste, propondo a venda das unidades residenciais a juros simbólicos, para pagar, segundo sua declaração, uma política que constituiu uma 'mácula' dentro do sistema habitacional do País.

Schulmann disse ainda que, no caso do Nordeste, o percentual aumenta para quase 50%. E estes dados, segundo ele, demonstram uma política habitacional que agia fora da realidade na esperança de formar novos polos de ocupação em áreas onde não existia demanda por habitações.

Estas habitações atualmente, de acordo com suas afirmações, constituem, além de ônus financeiro para o Banco, um ônus político, e pediu a cooperação dos governadores para a recuperação destes conjuntos, uma vez que o BNH está disposto a vendê-los a juros simbólicos.

Maurício Schulmann adiantou aos governado-

res que serão destinados 14 bilhões para a região Nordeste, principalmente em habitações para as faixas de menor renda, e saneamento, dentro da política de desenvolvimento social traçada pelo presidente da República.

Comparando os recursos aplicados no Nordeste — Cr\$ 6,5 bilhões nos últimos 10 anos — com a programação para os próximos cinco anos — Cr\$ 14 bilhões — o presidente do BNH ressaltou que o Banco concentrou esforços para, na metade do tempo, duplicar os recursos alocados à região.

Do total destinado agora ao Nordeste, o BNH reservou 33,2%, ou seja, Cr\$ 4,7 bilhões, para serem empregados em habitações, dos quais mais da metade serão para o financiamento de habitações populares, destinadas às famílias com renda abaixo de cinco salários-mínimos.

Para saneamento, a parcela destinada é de Cr\$ 2,3 bilhões, que deverão, na opinião de Maurício Schulman, "mudar a face da região do Nordeste, quanto ao problema de saneamento básico, principalmente relativo ao abastecimento de água".

## SO ESTAVEIS PODERÃO USAR FGTS PARA BNH

ESP-9/5/75

Apenas os trabalhadores estáveis poderão utilizar a conta vinculada do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço — FGTS — para reduzir as dívidas contraídas com a compra de casa própria. Essa revelação foi feita, ontem, pelo presidente do Banco Nacional de Habitação, Maurício Schulmann, em exposição no Clube dos Engenheiros, no Rio, sobre as principais metas do programa habitacional do governo federal.

Segundo Schulman, a regulamentação que permitirá a movimentação dos recursos do FGTS, para abater a dívida com a aquisição da casa própria, está em fase final de estudos pela diretoria do BNH. A ideia é de permitir que, de cinco em cinco anos, os empregados optantes possam sacar seu saldo, total ou parcialmente, para reduzir ou liquidar débitos assumidos com

agentes financeiros do BNH. No entanto, essa vantagem deverá excluir os empregados que, pelas características do emprego, sejam obrigados frequentemente a recorrer aos depósitos na conta vinculada do FGTS. Desse modo, o benefício deverá ser aplicado em relação aos assalariados que sejam estáveis em seus empregos e cujos saques não venham a prejudicá-los, posteriormente, com a rescisão do contrato de trabalho.

Por isso, atualmente, a diretoria do BNH está preocupada em fazer estudos referentes aos cálculos sobre a situação das contas vinculadas do FGTS, com a movimentação que será permitida. Os técnicos do BNH estão fazendo projeções sobre a liquidez do sistema para verificar, até que ponto a liberação dos recursos não irá prejudicar o equilíbrio das contas.

## DUAS MIL FAMILIAS DESPEJADAS

ESP-19/4/75

O despejo de cerca de duas mil famílias, que residem em quatro conjuntos habitacionais localizados em Belo Horizonte, determinou a convocação de uma reunião, sexta-feira, no Rio de Janeiro, entre o ministro do Interior, Rangel Reis, o presidente do BNH, Maurício Schulmann, o deputado federal Flávio Fonseca e o deputado estadual Sérgio Ferrara.

O deputado Sérgio Ferrara, também do MDB, vem fazendo críticas, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, à atuação do BNH. Adiantou que hoje voltará à tribuna para denunciar que o delegado daquele estabelecimento no Estado, quando chamado a se pronunciar sobre o problema dos despejos, "fala como um defensor das financeiras e não como uma pessoa que deveria entender a situação dos mutuários".

O parlamentar está interessado em apurar informações de que o endurecimento em relação aos mutuários em atraso "que sequer têm como discutir o parcelamento de seus débitos", se deve "ao interesse manifestado por grandes empresas em comprar os conjuntos inteiros para neles abrigarem seus técnicos e operários". Vai sugerir o parlamentar ao ministro Rangel Reis a alteração da lei que criou o BNH no ponto em que impede que o banco empreste diretamente ao mutuário, eis que "a exigência de intermediários, financeiras, apenas serve para encarecer o custo do financiamento ao comprador".

Era prometida a construção de escolas, praças de esportes, rede de esgotos e água tratada, o que não se confirmou. Os mutuários tiveram gastos não previstos com a construção de cisternas, igrejas improvisadas e com o transporte de seus filhos para estudar em bairros distantes. Nos quatro conjuntos há casos de mutuários que compraram suas casas em 1969 por cerca de 25 mil cruzeiros e, hoje, o débito, com juros e correção monetária, está em torno de 100 mil cruzeiros.

Os representantes dos conjuntos que estão sendo despejados, Nações Unidas, Ribeirão de Abreu, Riacho das Pedras e Monte Castelo — neste residem oficiais e graduados da Polícia Militar — vão sugerir ao ministro do Interior a alteração da Lei 5741, no ponto em que condiciona a aceitação da contestação, nas ações de despejo, ao prévio depósito em juízo do valor total do débito.

Os mutuários em despejo não têm condições para depositar os valores cobrados — cerca de 100 mil cruzeiros de cada um deles. Argumenta, ainda, que o débito não reflete a valorização dos imóveis.

## DA FAVELA PARA O CONJUNTO

ESP-6/5/75

Cerca de 680 famílias da favela de Inhauma, localizada próxima à avenida Brasil na estrada de acesso à Cidade Universitária, começaram, ontem, a ser removidas, por funcionários do governo do Estado, para a região de Antares, em Santa Cruz, um local bem afastado e sem infra-estrutura. A favela registra atualmente o maior índice de casos de meningite e está localizada sobre um mangue.

Embora morando agora em casas mais limpas — quarto e sala —, a maioria das famílias transferidas está insatisfeita: o local não possui escola, armazéns, farmácias e condução barata, além do fornecimento de água e luz ser precário. Mas o principal motivo para o descontentamento é a distância da vila para os pontos centrais do Rio de Janeiro: muitos dos moradores para irem até a cidade e voltar precisam gastar cerca de sete cruzeiros, o que significa um total mensal de 210 cruzeiros para pessoas que geralmente ganham salário mínimo. Para algumas mulheres, que trabalham como domésticas na zona Sul, a situação é mais grave: serão obrigadas a gastar cerca de 300 cruzeiros em condução, quando recebem ordenados de no máximo, 400 cruzeiros por mês.

A remoção dos favelados prosseguirá hoje com a transferência de 120 famílias e poderão surgir alguns problemas em razão da resistência de muitas pessoas para concordar com a mudança. A própria diretora da Escola Bahia, Graça da Silva, onde estuda a maioria das crianças da favela de Inhauma, está preocupada: "Aqui pelo menos as crianças da favela comiam e estudavam, embora levassem uma vida sem higiene em casa. Lá, no conjunto Antares, nem escola existe".

A Escola Bahia registrou, nos meses de janeiro e fevereiro, dez casos de meningite, mas, entre a população da favela, a hepatite e a tuberculose são doenças comuns. Enquanto o ambiente em Inhauma era tenso, no conjunto habitacional de Antares, os primeiros ocupantes das casas construídas pela Cohab procuravam arrumar os móveis nos pequenos comedores. Muitas pessoas mostravam-se resignadas e até dispostas a procurar novos empregos em regiões mais próximas. Mas a principal preocupação era a de saber a importância exata da mensalidade que pagará cada família. Segundo alguns, essa mensalidade será de 40 cruzeiros.

Sem infra-estrutura social, a única melhoria que recebeu o conjunto habitacional Antares, recentemente, foi a instalação provisória de um destacamento policial. O cabo Gilson Araújo da Silva, chefe do destacamento e pastor protestante em Campo Grande, tem um programa social para aplicar em Antares.

## CRIADA EMPRESA PARA MATERIAL BELICO

ESP-25/4/75

O presidente da República encaminhou ao Congresso, ontem, projeto de lei dispondo sobre a constituição, pelo Executivo, da empresa pública "Indústria de Material Bélico do Brasil - Embel", com sede em Brasília e vinculada ao Ministério do Exército, para desenvolver atividades no setor de material bélico, "com estrita observância das políticas, planos e programas do governo federal e das diretrizes fixadas pelo ministro do Exército". O projeto especifica os objetivos da Embel, que são colaborar no planejamento e fabricação de material bélico pela transferência de tecnologia, incentivo à implantação de novas indústrias e prestação de assistência técnica e financeira; promover junto à iniciativa privada a implantação e desenvolvimento da indústria de material bélico de interesse do Exército; administrar, industrial e comercialmente, seu próprio parque de material bélico por força da contingência de pioneirismo, conveniência administrativa ou no interesse da segurança nacional; e promover o desenvolvimento e a execução de outras atividades no setor bélico.

O Executivo fica autorizado pelo projeto a abrir um crédito especial até o valor de 25 milhões de cruzeiros para as despesas com a implantação e início de operações da Embel, cujo capital inicial será representado pelo valor da incorporação dos bens móveis e imóveis dos estabelecimentos fabris de material bélico do Exército e direitos a eles relativos. Sempre que possível, e desde que exista na área iniciativa privada capaz de executar os encargos, as atividades da empresa ou de suas subsidiárias serão desenvolvidas indiretamente.

Em seus 17 artigos e parágrafos, o projeto estabelece a área de atuação da Embel e determina que o Ministério do Exército, todos os órgãos e entidades da administração direta ou indireta federal, estadual, municipal e do Distrito Federal darão prioridade à utilização dos produtos e serviços da nova empresa. E exige do pessoal dela, ou do próprio, que será regido pela legislação trabalhista, a observar sigilo absoluto quanto aos trabalhos, tarefas e assuntos que cheguem ao conhecimento de cada um, em razão de sua atividade na empresa. Quanto aos oficiais engenheiros das Forças Armadas, requisitados pela Embel, serão considerados em serviço de natureza militar.

### EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Esta é a íntegra da exposição de motivos do ministro Sílvio Frota:

"A busca do aumento das taxas de crescimento industrial, pela adoção de uma política voltada para a configuração definitiva do perfil industrial brasileiro, parece recomendar a articulação de campos pioneiros existentes no País para encontrar soluções e caminhos inexplorados, que permitam novas opções para investimentos, diversificação da pauta de exportação e facilidades para a importação de bens de capital.

A forma de administração direta na qual foi criada e até hoje mantida a indústria pioneira de material bélico no País propiciou, em função da rigidez de procedimentos, o surgimento de um complexo de problemas em que avulta a desarticulação do parque fabril militar e do seu dimensionamento.

Verifica-se desta forma que, para modernizar o Exército brasileiro e equipá-lo com material de tecnologia avançada, temos sido levados a importar, procedimento este oneroso e de pequena significação para o desenvolvimento do País. Parece-nos, pois, oportuna a opção do fortalecimento da iniciativa privada, orientado no sentido de harmonizar e equilibrar seus esforços com a fabricação militar e, a curto prazo, estabelecer uma infraestrutura industrial capaz de atender às necessidades de segurança, gerada pelo crescente desenvolvimento do País.

A indústria de material bélico, no entanto, por suas características inerentes, exige, além dos mecanismos normais de incentivo, uma orientação especial do governo que poderia ser dada através de uma empresa, capaz de instalar, impulsionar e racionalizar um moderno parque fabril, conduzindo-o, harmonizando-o, fortalecendo-o e articulando com o já existente no País. E, em condições de superar restrições tecnológicas, pressões internas e externas e cooperar em outros campos técnicos de pesquisa. Dentro do quadro institucional brasileiro, a realização deste objetivo poder-se-ia fazer pela criação de uma empresa pública, nos moldes previstos no decreto-lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967, valendo-se o governo da sua larga experiência neste tipo de empresa. Nestas condições, tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o incluso projeto de lei que consubstancia a providência justificada nesta exposição de motivos".

## MARINHA QUER FIM DA DEPENDENCIA

ESP-27/04/75

"A Marinha não aceita o conceito de que o seu crescimento significa apenas mais navios, mais helicópteros, mais construções, mas veículos de combate e armas, e maiores efetivos". Foi o que explicou o ministro Azevedo Henning, ao comentar a participação da Marinha no 2.º Plano Nacional de Desenvolvimento. Frisou que "o conceito de crescimento está vinculado essencialmente à nossa liberação de dependências externas e ao aumento da eficiência operativa, e tudo o que não contribua para isso é secundário, e desse modo deve ser tratado".

Disse Azevedo Henning que a presença da Marinha no 2.º PND corresponde à participação do poder naval brasileiro na defesa e na segurança do País, "binômio este sobre o qual se deve estar cada vez mais vigilante, na medida em que o Brasil se projeta no cenário mundial". Acentuou, a seguir, que em futuro próximo, só poderemos manter o clima de tranquila segurança contra qualquer ameaça externa se, através de eficaz poder militar, desestimularmos agressões, mesmo indiretas, às nos-

sas riquezas. "Essa eficácia — continuou o ministro — implica, entre outros fatores, aumento da autonomia das forças navais brasileiras, visto que a disponibilidade de seus meios não pode ficar sujeito a fluxos de abastecimento alienígenas, que oscilam sob condicionantes que fogem ao controle nacional".

Mais adiante, depois de explicar o que pensa a Marinha sobre o conceito de crescimento, o ministro notou que segundo a orientação de meios flutuantes terá um caráter ainda mais nacionalizante, "que vise sobretudo nos libertar de uma dependência externa, por todos os motivos inaceitável".

Pretende a Marinha, acrescentou, nas futuras construções de embarcações de guerra no Brasil, hoje a cargo do Arsenal de Marinha, o apoio na indústria privada envolvendo, obrigatoriamente, índices crescentes de nacionalização, através da integração de esforços "aonde for necessário para que os empreendimentos possam ser economicamente viáveis" e importando sempre que possível, tecnologia e "know-how", em vez de equipamentos.

## SISTEMA AVANÇADO DE COMUNICAÇÃO

Uma das principais razões que levariam a ITT a decidir-se pela venda da maioria das ações de sua subsidiária brasileira Standard Elétrica a capitais nacionais (privados ou estatais) decorre da política do Ministério das Comunicações de conceder preferências a empresas com maioria de capital nacional, para fabricação e fornecimento dos equipamentos telefônicos da nova geração.

A decisão de março último estaria assim relacionada com o interesse da empresa no sentido de introduzir no país novos sistemas avançados de comunicação, principalmente o Metaconta. Este sistema, que abrange uma nova geração de centrais telefônicas semi-eletrônicas, apresenta as seguintes características:

- Permite ligações telefônicas de até oito usuários, reunindo em uma mesma comunicação oito telefones diferentes, existindo a possibilidade de algumas das oito ligações serem interurbanas.
- Possibilita interromper uma ligação normal para avisar que a mesma linha está sendo solicitada por outra chamada.
- Dispõe de serviço "despertar automático", isto é, pela discagem de determinado número o usuário registrará no sistema a hora em que deseja ser chamado.
- Evita que um assinante efetue discagens sucessivas para um aparelho que se encontra ocupado, sendo capaz de estabelecer automaticamente a comunicação no instante em que

ambos os usuários estiverem livres; para tanto, é necessário somente que o assinante que está chamando solicite esse serviço do sistema, através de uma discagem conveniente.

- Torna possível chamar um outro aparelho no decorrer de uma conversação, sendo mantida a primeira comunicação e, se for o caso, transferir a comunicação para este outro aparelho.

- Pode ser equipado com *hot-lines* através das quais há possibilidade de uma comunicação ser estabelecida diretamente a um número predeterminado, no instante em que o fone é retirado do gancho, sem que seja efetuada a discagem de qualquer número.

- Permite também chamadas por "discagem abreviada", que consiste na possibilidade de atingir dez números diferentes pela teclagem abreviada de um prefixo, seguido de um dígito indicativo do número desejado.

- Pode dispor de um serviço especial de transmissão de dados, para que os usuários tenham acesso a um centro de computação.

- É dotado de um serviço de interceptação, podendo reencaminhar chamadas para um determinado circuito, associado a uma máquina anunciadora ou a um telefonista que informará a condição de não disponibilidade da linha chamada.

- É capaz de transferir ligações, reencaminhando automaticamente, para um aparelho predeterminado, todas as chamadas dirigidas a um assinante que tenha previamente solicitado esse serviço.

- Fornece meios para detecção de chamadas maliciosas e dispõe de um sistema sofisticado de tarifação, sendo capaz de fornecer ao usuário o valor da tarifa imediatamente após a comunicação interurbana.

# Subemprego

ESP-1/05/75

O subemprego é um problema que, apesar de sério, ainda não foi devidamente estudado.

Existem algumas poucas pesquisas isoladas, como a que foi feita na região metropolitana de Belo Horizonte. Avalia-se em pelo menos 26% o subemprego na área da Capital mineira, com base em estudos feitos em 1972 pelo Plano de Desenvolvimento de Belo Horizonte (Plambel) e que nunca menos de 26% da mão-de-obra ganham abaixo do salário mínimo legal. Apurou-se ainda, que em todos os setores, metade da população recebia menos que dois salários mínimos legais, sendo a situação mais dramática no setor de serviços pessoais, com 50% da mão-de-obra percebendo menos que meio salário mínimo.

Com base em dados do censo de 1970, Leonardo Guimarães Neto, um dos técnicos do Conselho de Desenvolvimento de Pernambuco — CONDEPE — afirma que há cinco anos era de 22 mil o número de pessoas em situação de desemprego e de 166 mil o de subempregados na Grande Recife, o que representava mais de um quarto da força de trabalho existente. Das 73 mil pessoas que se dedicavam ao comércio, 33 mil eram vendedores ambulantes.

No Rio Grande do Sul, pelo menos 400 mil pessoas não têm emprego fixo, participando do grupo dos biscateiros, conforme são chamados em Porto Alegre e em grande parte do

Estado, ou safristas, na região de Pelotas, e changadores, termo empregado na fronteira e zona da pecuária gaúcha. Além disso, calcula-se em 500 mil o número de menores abandonados no Rio Grande do Sul, que sobrevivem graças à mendicância, ao subemprego ou a pequenos furtos em estabelecimentos comerciais.

Região onde o subemprego está institucionalizado é a da fronteira, nas safras de lã e da carne, esta industrializada por um grande frigorífico e também por pequenos frigoríficos, em Santana do Livramento, onde mais de 10% da população (cerca de 70 mil habitantes) trabalham na colheita do fumo, na vizinha cidade uruguaia de Rivera, em plantações pertencentes aos herdeiros de Aristoteles Onassis.

O desemprego e o subemprego, na fronteira, são agravados por outro fator: em virtude da diferença de câmbio, favorável à moeda brasileira, milhares de trabalhadores uruguaia vêm trabalhar no Brasil, até mesmo abaixo do salário mínimo.

Não há dados na Delegacia do Trabalho carioca, sobre o subemprego no antigo Estado do Rio; a fusão dos antigos Estados do Rio e da Guanabara causou atraso na compilação de dados e a própria Secretaria de Mão-de-Obra confessa desconhecer a realidade do subemprego. Tampouco existem dados no Paraná; em Brasília também não há dados.

Nunca se procurou, em São Paulo, chegar até os subempregados. Os organismos das Secretarias apenas montaram núcleos chamados de Colocação e Orientação Profissional, como parte de projetos de programas de trabalho, órgãos fixos e estáticos que devem ser procurados pelos interessados. Isto é, o órgão oficial não vai até o subempregado; por outro lado, o trabalhador desempregado é que se preocupa em arranjar novo emprego (desemprego não se confunde com subemprego).

A margem da economia urbana, abaixo dos padrões convencionais de habitabilidade e da forma mais precária vivem as famílias da favela "Ordem e Progresso" na Barra Funda, em São Paulo. No entanto, enquanto fora dos níveis normais de vida, essas famílias, para sobreviverem no mundo do subemprego, organizam-se instintivamente numa "cooperativa de trabalho": são quase todas catadoras de papel.

Em meio à paisagem desolada de barracos, miséria e sujeira, destaca-se um lugar comum, os depósitos de papéis velhos, separados por tamanho, formatos, constituição e peso. À frente desses depósitos, geralmente localizados em áreas especiais mais amplas no aglomerado desorganizado de casebres, situa-se uma espécie de antedepósito. É ali que os mais jovens e as crianças, sentados no chão, separam as diversas categorias de papel.

Dentro dos "armazéns", organizando e tomando conta,

ficam os mais velhos, num abaxar constante entre as pilhas, mantendo uma atividade diária rotineira como se cada um fosse um empregado efetivo e vitalício de qualquer fábrica. E como numa comunidade altamente organizada, o pessoal da favela divide as atribuições de cada um, favorecendo a rotatividade do trabalho.

Os adultos — homens e mulheres — se encarregam de cuidar os papéis. Lavadores, geralmente oriundos do interior de Minas Gerais, eles são acostumados com as vicissitudes da rude vida do campo, única justificativa que explica a capacidade que têm de aguentar as longas caminhadas a pé, carregando enormes e pesados fardos. Saem logo cedo e têm um destino certo: as portas de lojas e estabelecimentos que jogam fora diariamente grandes envólucros de papel e papelão. Revolver as latas de lixo já não lhes convém. A adoção dos sacos plásticos tirou-lhes gradativamente, essa alternativa.

Segundo o diretor do Departamento de Mão-de-Obra da Secretaria do Trabalho, Valério Giull, esses catadores de papéis vivem uma atividade transitória, com tendência ao desaparecimento. A troca gradativa do uso do papel pelo plástico forçará a eliminação desses marginais da força de trabalho paulista. No entanto, na falta do papel, catarão garrafas ou mesmo cacos de vidro, a exemplo do que ocorre em outros aglomerados da Grande São Paulo.

## Força de trabalho, 30 milhões

ESP-1/05/75

Dos 104 milhões de brasileiros, 30 milhões são aproximadamente os que trabalham. De cada cinco pessoas economicamente ativas, no Brasil, uma é mulher. Dos 23.391.777 homens que trabalham, metade exerce suas atividades na agricultura, pecuária silvicultura, extração vegetal ou caça e pesca. Nessas mesmas atividades está empregado somente um sétimo das 6.165.447 mulheres trabalhadoras.

A indústria é o setor de produção urbana que abrange maior contingente de mão-de-obra, pois são perto de seis milhões os industriários nacionais. Onde as mulheres ganham dos homens, na proporção de duas por um, é na prestação de serviços; mas já no funcionalismo público, há dez homens para apenas uma mulher.

O chefe de família brasileiro não é, preponderantemente, um assalariado: para perto de

oito milhões de chefes de família que são empregados há outros oito milhões autônomos (trabalham por conta própria), com meio milhão de empregadores.

No Brasil se começa a trabalhar cedo: para 10 milhões de meninos e meninas de 10 a 14 anos que não trabalham, há um milhão e meio que trabalham; na faixa dos 15 aos 19, são perto de 6 milhões os que trabalham e 5 milhões os que exercem alguma atividade remunerada.

É de 18% a taxa de sindicalização, no Brasil, existindo 5.794 sindicatos: 1.940 de empregados urbanos e 1.154 de empregados rurais; 1.216 de empregadores urbanos e 1.365 de empregadores rurais, fora 113 de profissionais liberais. Contam-se 8 confederações nacionais de trabalhadores, 4 de empresários, 1 de profissionais liberais; as federações de trabalhadores são 134, para 87 de

empresários e 5 de profissionais liberais.

A mão-de-obra oficialmente investigada abrange as pessoas com mais de 10 anos de idade, envolvendo duas situações distintas: pessoas na força de trabalho (ocupadas ou desocupadas) e pessoas fora da força de trabalho. Consideram-se desocupadas as que, na época do último censo decenal, não estavam trabalhando.

O conceito de trabalhador é dado por juristas como Cesário Junior, da USP: "Todo indivíduo que necessita de seu trabalho para poder viver e fazer viver a sua família". Já o conceito de empregado está no artigo 3.º da Consolidação das Leis do Trabalho: "Considera-se empregado toda pessoa física que presta serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário". E, segundo ensina Arnaldo Suskind ("Comentários à CLT e

a Legislação Complementar"): "Empregado é o trabalhador que exerce sua atividade profissional em função de um contrato de trabalho urbano".

O subemprego escapa do campo do Direito para entrar no da Ciência Política e da Economia e pode, em determinadas circunstâncias, ser até melhor remunerado do que o emprego permanente ou o trabalho autônomo. O subemprego é fenômeno sócio-econômico típico de sociedade em transformação e é caracterizado pela ausência da tutela do Estado na relação de produção, ficando o trabalhador sem Previdência Social, sem Imposto de Renda, sem Imposto Sobre Serviços, sem sindicato e geralmente sem salário mínimo, registro profissional ou Justiça do Trabalho. Não há estatísticas sobre o subemprego no País, somente alguns estudos isolados em algumas cidades maiores.



## DEMISSÕES NÃO PREOCUPAM PRIETO

ESP-8/5/75

O ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, confirmou ontem à noite a informação de que a Metalurgia Abramo Eberle, de Caxias do Sul, demitiu quase uma centena de seus empregados, mas disse que a notícia não chegou a preocupá-lo. Observou que o número de dispensados foi pouco superior a 70, "já absorvidos por outros setores industriais". Sobre o desligamento de mais 300 empregados, segundo um diretor da Abramo, Prieto acrescentou que prefere esperar a confirmação da notícia.

Outras fontes adiantam, porém, que as demissões, até ontem, alcançavam a 200 e que até no final do mês poderiam atingir a 400. A diretoria da Abramo Eberle esclarece que as demissões ocorridas até agora não constituem um fato isolado, pois todo o setor de indústrias mecânicas, de motores e de material elétrico, se está ressentindo da retração de vendas no mercado consumidor, o que determina dispensa de dez por cento dos empregados do setor — cerca de 16 mil —, metade dos quais sindicalizados.

Os sindicatos dos empregados, por sua vez, vêm prestando assistência aos demitidos e o mais grave, segundo observou Florindo Paese, do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico, "é que desde janeiro não ocorrem admissões de funcionários, o que está provocando uma grande oferta de mão-de-obra, inclusive qualificada, e seu consequente aviltamento no padrão salarial, até agora numa média de 500 a 600 cruzeiros.

O líder sindical acentuou que "isto é decorrência da implantação do Fundo de Garantia, que facilita em demasia as demissões de funcionários, a maioria deles com três a oito anos de serviço. De um modo geral, os líderes sindicais de Caxias do Sul culpam a classe empresarial por não ter tomado providências a tempo de evitar a crise.

## REJEITADA ALTERAÇÃO NA APOSENTADORIA

ESP-11/4

Com os esclarecimentos da liderança da Arena de que o governo está estudando não só a redução mas também o limite de idade da aposentadoria compulsória, a comissão mista do Congresso rejeitou, ontem, projeto de emenda à Constituição, de iniciativa do senador Benjamin Farah, do MDB carioca, que reduz para 30 e 25 anos respectivamente o prazo de aposentadoria facultativa do homem e da mulher.

## BANCIARIOS QUEREM 40%

ESP-26/4/75

Com o argumento de que "a capacidade de suportar sacrifícios, por parte dos trabalhadores em geral, há muito se esvaiu, em decorrência do constante aumento do custo de vida", a Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Minas, Goiás e Brasília está tentando obter dos banqueiros uma antecipação salarial de 20 por cento, a vigorar a partir do dia 1.º deste mês.

O presidente da entidade, Arlindo José Ramos, em ofício enviado ao presidente do Sindicato dos Bancos de Minas, Sandoval de Moraes, afirma que o aumento salarial concedido aos bancários em setembro do ano passado — 30,5 por cento — "nem ao menos serviu para cobrir a alta do custo de vida, que alcançou 34,1 por cento entre janeiro e dezembro de 74, conforme dados da Fundação Getúlio Vargas".

No documento, o dirigente sindical acrescenta que os bancários não foram beneficiados pelo "abono de emergência" concedido pelo governo em dezembro do ano passado, que só atingiu os trabalhadores que tiveram salários corrigidos até 30 de junho de 1974. Diz ainda que "a ligeira melhoria nos reajustes salariais deste ano, em torno de 43 por cento, dando uma sensação aparente de desafogo às categorias beneficiadas, não contemplou ainda os bancários".

## SINDICATO DENUNCIA PAOLETTI

ESP-5/75

A Companhia Mercantil e Industrial Paoletti, que cancelou unilateralmente os contratos de compra e venda de tomate firmados com agricultores da região de Taquaritinga e Araçatuba, está "coagindo os proprietários agrícolas a assinarem documentos que modificam as cláusulas contratuais", segundo denúncia feita ontem pela presidência do Sindicato Rural de Taquaritinga. Os produtores estão dispostos a recorrer à Justiça para anular a decisão da empresa, e já procuraram o advogado Adail Nunes da Silva.

Em São Paulo, o diretor-presidente da empresa, Carmelo Paoletti, disse ontem que a empresa decidiu comprar 125 mil das 250 mil toneladas contratadas com os agricultores. Paoletti justificou a rescisão de contrato afirmando que "a grande recessão dos mercados interno e externo obrigou a empresa a reduzir em 50% a sua perspectiva de absorção do produto". Acrescentou o industrial que em janeiro, quando foram firmados os contratos, o preço da tonelada de extrato de tomate estava em torno dos 900 dólares, caindo, em fevereiro, para 550.

## APROVADO PROJETO DO SALARIO PROFISSIONAL

ESP-7/5/75

A Câmara aprovou, ontem, em discussão única, substitutivo da Comissão de Trabalho e Legislação Social, assinado pelo deputado Parente Frota (Arena-ES), ao projeto do ex-deputado Amaral de Sousa, instituindo o salário profissional, aplicável à mão-de-obra especializada em todo o País. Assim, o salário mínimo, constitucionalmente assegurado ao trabalhador, passará a ser aplicado apenas ao exercente de atividade sem qualquer espécie de qualificação.

Pelo projeto aprovado, é facultada a aprendizagem pro-

fissional a todas as atividades qualificadas, de acordo com critérios a serem estabelecidos em regulamento a ser expedido pelo Ministério do Trabalho. Durante o tempo de treinamento, será assegurada ao aprendiz adulto remuneração mínima de 75 por cento do salário profissional da categoria a que se destina a aprendizagem, em vigor na região em que esta for realizada. Em nenhuma hipótese, a remuneração prevista no parágrafo anterior poderá ser inferior ao salário mínimo de adulto da região em que se processar o treinamento.

## DEMISSÕES DENUNCIADAS

ESP-8/5/75

O advogado Astolfo de Araújo Santiago denunciou, em Belo Horizonte, que a Companhia Vale do Rio Doce teria forçado a demissão de cerca de 800 funcionários que prestam serviços a ela mas são contratados por firmas empreiteiras, para tentar coagi-los a desistir de uma reclamação trabalhista ajuizada na comarca de No-

va Era (MG), em 1974, na qual reivindicam direitos iguais aos operários contratados diretamente pela CVRD. O escritório da Vale na Capital mineira, no entanto, disse não haver qualquer informação de que a empresa teria demitido alguém, "mesmo porque os operários em questão nem são contratados pela companhia".

## Deputado quer evitar continuismo

ESP-27/4/75

O deputado Jader Barbalho (MDB-PA) anunciou, ontem, que vai enviar a todos os parlamentares do MDB questionário sobre a existência, em seus Estados, de pelegos patronais, eternizados na cúpula de Federações e Confederações do Comércio, Indústria e Agricultura. O parlamentar paraense disse estar recebendo dezenas de manifestações de vários Estados do País de apoio à campanha que empreenderá.

Ele já apresentou projeto de lei, alterando texto da CLT, proibindo a reeleição, para o período imediato, dos dirigentes das entidades sindicais de todos os graus, assim como dos dirigentes dos Conselhos Nacional e Regionais do SESI, SESC, SENAC e SENAI e seus Conselhos Fiscais, inclusive dos representantes do governo nesses órgãos.

Seu projeto visa a eliminar o principal fator do chamado profissionalismo sindical ou peleguismo nos Sindicatos, Federações e Confederações que se constituem em verdadeiras oligarquias, beneficiárias de vantagens várias dos cargos e dos dinheiros arrecadados.

O problema ganha maior gravidade nas Federações e Confederações, cujos dirigentes recebem, na maioria dos casos, a incumbência adicional de administração de entidades como o SESI, SESC, SENAI e SENAC, nas

quais se perpetuam, beneficiando-se das vantagens financeiras e valendo-se da projeção assegurada pelos cargos para fins eleitorais.

O deputado paraense afirmou que tais dirigentes usam o pessoal das entidades, automóveis, gasolina e demais serviços em proveito próprio, numa verdadeira afronta aos postulados revolucionários de moralidade administrativa e se servem da coação, da corrupção e do tráfico de influência nos pleitos eleitorais.

Acrescentou, ainda, que os eleitos para as Assembleias Legislativas e Congresso Nacional, dirigentes dessas entidades mantidas por contribuição obrigatória, gozam do privilégio da acumulação do exercício destas funções com o do mandato eletivo, embora elas sejam vinculadas ao Ministério do Trabalho. Não lhes são aplicadas as proibições e sanções constitucionais, constantes dos artigos 34 e 35 da Carta Magna, que vedam a deputados e senadores contratar "com pessoa de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia ou empresa concessionária de serviço público" ou "aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado" nessas entidades que são consideradas de direito privado nos termos do art. 17, III, da Constituição.

Lembrou Barbalho que a

antiga redação do artigo 530 da Consolidação das Leis do Trabalho vedava, no seu parágrafo único, a reeleição para o período imediato, de qualquer membro da diretoria e do conselho fiscal dos Sindicatos de Empregados e de Trabalhadores Autônomos, como ao terço dos membros da diretoria e conselho fiscal nos Sindicatos de Empregados, Agentes Autônomos e Profissionais Liberais. Tal

dispositivo foi modificado pelo artigo segundo do decreto lei n.º 9.675 de 29 de agosto de 1946 e, posteriormente, eliminado pela lei n.º 2.693 de 23 de dezembro de 1955, deixando livre a recondução dos dirigentes das entidades sindicais de todos os graus.

Citou ainda estudiosos do direito brasileiro do trabalho que já abordaram o assunto, condenando a perpetuação de líderes em postos

de comando, por meio de manobras anti-democráticas que contribuem para o marasmo de muitas agremiações. O que ele, Jader Barbalho, deseja é evitar o que vem ocorrendo, com frequência, com os organismos paraestatais de assistência social e treinamento profissional, dominado por pessoas e grupos. Essas, depois de receberem os primeiros mandatos no SESI, SESC, SENAI e SENAC, buscam

fortalecer sua permanência na direção de tais órgãos, fáceis trampolins para conquista de mandatos de deputados e senadores, mais para atendimento oligárquico e de clientela que em proveito da classe. Quer, assim, sanear o meio sindical, evitando a eternização de cúpulas que ganhem mandatos políticos e por meio de realimentação se garantam nuns e noutros, numa total desfiguração da representatividade política e sindical.

## AUMENTO DO SALARIO MINIMO - 41,46%

O presidente Ernesto Geisel, acolhendo exposição de motivos conjunta dos ministros do Trabalho, da Fazenda, da Indústria e do Comércio e do chefe da Secretaria do Planejamento, assinou decreto ontem fixando os novos níveis do salário-mínimo para todo o território nacional, cujos valores equivalem a um reajustamento variável entre 41,04 e 41,46 por cen-

to, conforme o grupo de regiões.

Em São Paulo, Distrito Federal e Minas Gerais, o reajustamento eleva-o para 532,80 cruzeiros mensais, enquanto os demais Estados se colocam numa faixa entre 376,80, 494,40, 417,60 e 453,60 cruzeiros.

A exposição de motivos interministerial que acompanha o decreto diz que o reajustamento foi

fixado com base em dados que indicam um aumento do custo vida, no período de maio de 1974 a abril de 1975, da ordem de 26 por cento. E salienta que a fixação do novo mínimo adota a orientação de dissociá-lo dos demais valores dentro da economia, de modo a elevar-lhe o poder real de compra.

A propósito, o presidente da República san-

ESP-30/4/75  
cionou ontem, com vetos, o projeto de lei que estabelece a descaracterização do salário-mínimo como fator de correção monetária, e que proporcionará, segundo o relator da matéria no Congresso, senador Helvidio Nunes, da Arena do Piauí, maior liberdade de ação na elaboração dos novos níveis salariais a serem fixados pelo governo.

## 1º DE MAIO - GEISEL QUER HARMONIA, CONFRATERNIZAÇÃO, ...

Este é, na íntegra, o discurso feito pelo presidente da República, em Joinville:

"Pouco tenho a dizer-vos, tendo em vista que o ministro Arnaldo Prieto, no seu discurso, externou o ponto de vista e as idéias que animam o governo federal. Desejo, entretanto, dizer-vos que, quando me dispus a vir passar o dia 1.º de maio em Joinville, tive em vista prestar uma devida homenagem ao povo desta terra que, pelo seu exemplo, constitui, dentro do nosso País, um fato singular: é que aqui se trabalha com afinco, em harmonia, e de maneira realmente exemplar. Achei, pois, que me cabia vir homenagear os que aqui vivem e os que aqui trabalham."

Hoje estamos, nesta comemoração de 1.º de maio, numa reunião de confraternização. Aqui estão governantes federais, estaduais e municipais. Estão dirigentes de empresas industriais, comerciais e agrícolas. Estão empregados de diferentes entidades. Mas, na realidade, todos somos, embora trabalhando em setores diferentes, uma coisa só: todos nós somos realmen-

te trabalhadores. Todos nós, com o nosso esforço, com a nossa dedicação, trabalhamos para o bem de nossas famílias, de nossas comunidades e, sobretudo, para o bem da nossa nação, que é a nação brasileira.

Nesta oportunidade, desejo ressaltar pontos de vista que tenho afirmado em outras ocasiões. O objetivo do governo é um desenvolvimento integrado. Procuramos desenvolver o País do ponto de vista econômico, mas, também, do ponto de vista político e, especialmente, do ponto de vista social. O programa de governo que entrou em vigor este ano, depois de conquistas ponderáveis no setor econômico, orientou-se, sobretudo, para o desenvolvimento social. São os problemas preponderantes da educação e da saúde, os problemas do povo em si, do homem em si, que nos prendem a atenção e orientam os nossos esforços.

Neste particular, além de todos os objetivos que já procuramos atingir, através de nova legislação, há dois aspectos a que aqui quero dar uma ênfase toda espe-

cial: de um lado, a necessidade de cada vez mais melhorarmos a segurança do trabalho. É matéria que já foi objeto de longa discussão no ano passado, em São Paulo, mas que temos que concretizar na prática e que depende do esforço de todos, sobretudo o da preservação e obediência das regras de trabalho.

De outro lado, desejo ressaltar a necessidade de, progressivamente, aperfeiçoarmos a nossa mão-de-obra, qualificá-la melhor, seja no sentido de proporcionar ao trabalhador melhores resultados no seu trabalho, seja para que o País possa crescer com uma melhor produtividade. A produtividade que em todos os setores do trabalho, tanto na agricultura como na indústria, é essencial para que o País possa progredir realmente.

Por fim, desejo referir-me ao ambiente de harmonia, de ordem e de cooperação que existe e deve continuar a existir entre os que trabalham, entre os que são dirigidos e os que dirigem, entre os que são empregados e os que são empregadores. Para tanto, a ação do governo se orienta sobre-

ESP-3/5/75  
tudo no cumprimento da legislação trabalhista, já bem vasta e bem elaborada, de que dispomos, mas que, mesmo assim, nos preocupamos em constantemente aperfeiçoar e, de outro lado, em assegurar à Justiça do Trabalho um funcionamento eficiente, capaz, para que os direitos sejam devidamente respeitados.

Acredito que, dessa colaboração, desse esforço comum, entre o governo e os governados, entre os donos de empresas e os empregados, poderemos construir um Brasil melhor. E só assim poderemos atingir, algum dia, a tão almejada justiça social, que tanto queremos e que, infelizmente, ainda está bem longe de ser aquilo que realmente deve ser.

Agradeço a calorosa acolhida que me deram o povo de Joinville e os que estão aqui presentes, e que, no árduo trabalho que diariamente desempenho, constitui um lenitivo e uma satisfação íntima que, para mim e para a minha ação futura, são extraordinariamente proveitosos. Muito obrigado."

### DIEESE vê valor ainda reduzido

5/3-28/4/75  
Segundo o estudo divulgado pelo DIEESE, o custo da ração básica para a manutenção de um trabalhador adulto, conforme a quantidade mínima mensal estabelecida pelo Decreto-Lei nº 339, de 30-4-38, seria hoje de Cr\$ 269,53, em São Paulo.

Esse valor inclui apenas a necessidade de alimentação de um trabalhador adulto. Como, pela Constituição, o salário mínimo é familiar, seria necessário,

afirma o DIEESE, estabelecer o custo da alimentação mínima de uma família.

Pelos estudos do DIEESE, uma família de quatro pessoas (um casal e dois filhos, estes, por hipótese, consumindo o equivalente a um adulto) teria como despesas mínimas de alimentação, em março de 1975, o valor de Cr\$ 808,59, ou seja, um valor 95% superior ao maior salário mínimo existente (Cr\$ 415,20). Não se considera, aí, os demais gastos previstos, como habitação, vestuário, higiene e transporte.

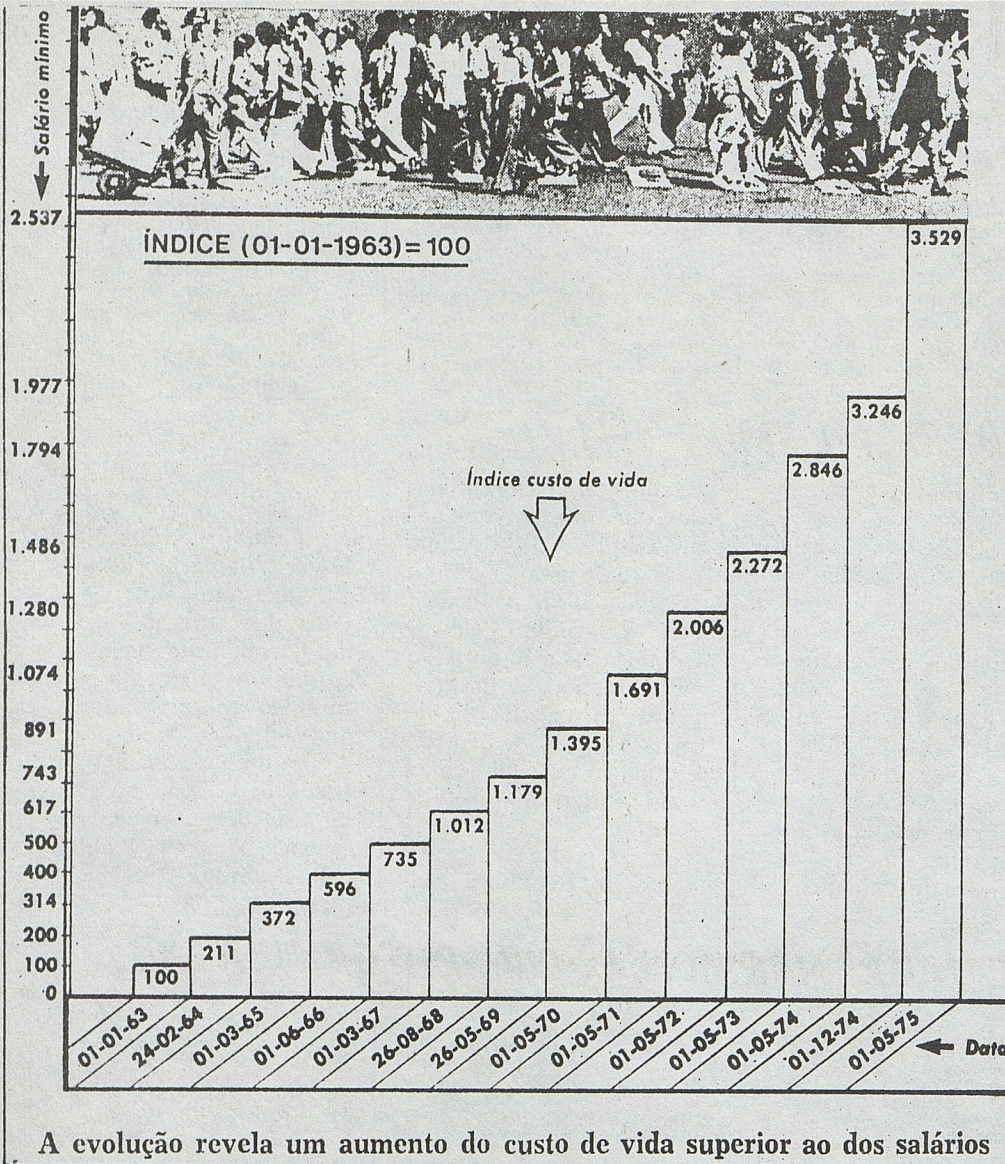
### A POLITICA DE EMPREGO

8/3-19/4  
O empresariado não deve interpretar ao pé da letra as afirmações do ministro do Planejamento, João Paulo dos Reis Velloso, de que o peso que resultará do novo índice do salário mínimo será transferido, automaticamente, ao consumidor final.

A informação, obtida junto a técnicos governamentais, dá conta de que o percentual para aumento do salário mínimo, a ser anunciado no dia primeiro de maio, deverá vir acompanhada das bases da estra-

tégia social a ser executada no próximo quinquênio, que visa à conjugação da política de emprego com a política de salários, de modo a permitir a criação de uma base para o mercado de consumo de massa.

A política de emprego terá como meta prioritária a expansão das oportunidades de absorção da mão-de-obra a taxas acima de 3,5 por cento ao ano, ou seja, consideravelmente superior ao crescimento da oferta disponível, estimada em 2,9 por cento ao ano.



## Realismo mantém distância anterior

ESP-30/4/75

ROBERT APPY

O governo pretende desvincular o aumento do salário mínimo de qualquer outro reajuste, a não ser o das contribuições para com o INPS e custas trabalhistas. Todavia, convém assinalar que projeto de lei nesse sentido ainda não foi votado pelo Congresso Nacional, o que poderá criar alguns problemas, pois até agora o mínimo continua servindo de base para reajustes em diversos setores: alugueis, capital de estabelecimentos financeiros, multas etc. E' de se esperar que o Congresso vote rapidamente este projeto, para não criar um impacto negativo.

Cumpra assinalar, finalmente, que o menor salário mínimo (Cr\$ 376,80) aumentou exatamente na mesma proporção que o maior, ao contrário do que se esperava. Parece que o ministro do Trabalho, que queria aumentar mais os me-

nores salários, aceitou a tese dos economistas, da necessidade de manter este estímulo de um menor salário para as regiões subdesenvolvidas do País.

No gráfico anexo, observamos duas curvas: uma relativa à evolução do custo de vida na Guanabara; outra, a do salário mínimo tomando por base o mês de janeiro de 1963 (1-1-63 = 100). Não tendo ainda sido divulgados os dados relativos ao aumento do custo de vida em abril, admitidos para este mês uma elevação de 1,8%. Pode-se verificar no gráfico que a diferença entre as duas curvas, que havia se acentuado, tende agora a se aproximar um pouco mais. Isso mostra que, sem ser revolucionário, o novo reajuste é mais realista dos que os do passado.

Elevando para Cr\$ 532,80 o maior salário mínimo do País, o governo aplica praticamente a nova fórmula do cálculo dos outros reajustes salariais (talvez com um aumento ligei-

ramente maior no caso do salário mínimo), mostrando não ter havido a esperada revolução, em que se procuraria aumentar muito mais o salário mínimo do que os outros, com o intuito de recuperar, progressivamente, a erosão do poder aquisitivo que desde 1964 sofreu o rendimento dos que dele dependem. Deve ser lembrado que os assalariados receberam em dezembro do ano passado um abono de 10%, que constituiu um adiantamento significativo, fazendo que o novo salário mínimo represente, em relação ao anterior, um aumento de 28,3%.

Apesar das modificações, ainda estamos longe, com um novo nível, de ter de um salário mínimo que mantivesse o poder aquisitivo do vigente em 1.º de janeiro de 1963 (Cr\$ 21,00 da época). Para manter aquele poder de compra, o novo mínimo deveria ser de Cr\$ 741,09. Na realidade, ele é inferior em 39,1% a este nível.

## Poder de compra cada vez menor

ESP-30/4/75

ITABORAÍ MARTINS

O reajuste do salário mínimo para Cr\$ 532,80, da ordem de 41,4% sobre o reajustamento do ano passado (ou de .. 28,3% sobre o salário mínimo de dezembro de 1974, no qual já estavam computados os 10% do "abono de emergência") obedeceu fielmente à política salarial do governo, instituída em 1965, e desobedeceu tanto ao que dispõe a Consolidação das Leis do Trabalho quanto ao que reza a Constituição Federal.

A CLT (art. 26) diz que o salário mínimo é a contraprestação devida e paga a todo trabalhador, inclusive o rural, "capaz de satisfazer, em determinada época e região do País, às suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte".

Já a Constituição (art. 158, inciso I) fala de "salário mínimo capaz de satisfazer, conforme as condições de cada região, às suas necessidades de trabalhador e às de sua família".

O primeiro salário mínimo, no Brasil, surgiu em 1940, a 1.º de maio, e durou 31 meses; era de 220 cruzeiros antigos. Pesquisaram-se, então, as necessidades mínimas de um lixeiro do Rio de Janeiro, para se chegar àquele "quantum".

Entre essas necessidades estava a alimentação, que havia sido estudada e fixada num decreto de 1938, sobre ração essencial mínima, isto é, o mínimo de alimentos que um trabalhador adulto necessitaria em um mês: 6 kg de carne, 7,5 l de leite, 4,5 kg de feijão, 3 kg de arroz, 1,5 kg de farinha de trigo, 6 kg de tomate etc. Nunca mais se estudou a ração essencial mínima, apesar de o decreto que a havia fixado prever sua revisão periódica.

Até o evento da política salarial, em 1965, o salário mínimo era pré-determinado por uma comissão tripartite: governo, empregadores e empregados. A mencionada comissão foi extinta, o governo passou a fixar o reajuste do salário mínimo unilateralmente.

Uma das reivindicações sindicais é que se formem novamente Comissões de Salário Mínimo, contando com o suporte de pesquisas de entidades do porte do Dieese: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socio-Econômicos, organização mantida por entidades de classe de trabalhadores.

Em 1958 houve o maior aumento do salário mínimo, em

termos de poder de compra: passou ele para Cr\$ 5,90. Para ter o mesmo poder de compra de 1958, o salário mínimo, hoje, deveria ser de Cr\$ 1.413,35, segundo o Dieese. Com relação a 1958, o salário mínimo perdeu 71% de seu poder de compra.

Até 1963, sempre o Rio de Janeiro teve salário mínimo mais alto do que São Paulo, igualando-se os dois a partir de então. O salário mínimo de Cr\$ 5,90 de 1958 (ano em que o Dieese fixou seu índice 100) teria um poder de compra de Cr\$ 983,33, em termos de cruzzeiros de dezembro de 1973; no

entanto, em dezembro de 1973, o valor nominal do mínimo era de Cr\$ 312,00.

Já em dezembro de 1974, o salário mínimo, diz o Dieese, tinha um poder de compra de Cr\$ 300,86, com relação a dezembro de 1973, apesar de seu valor nominal ser de Cr\$ 415,20 (com o "abono de emergência").

O atual reajuste do salário mínimo, de 41,4%, foi maior do que o aumento do custo de vida do chamado "extrato inferior" da população assalariada, custo de vida esse avaliado em 31,6%, de março de 1974 a

março de 1975. Porém, foi menor do que os coeficientes de reajuste salarial fixados nos últimos meses pela Presidência da República, para os acordos ou dissídios coletivos; janeiro 43%, fevereiro 44%, março 44%, abril 42%. Há expectativa em torno dos índices de maio.

Por outro lado, com o atual reajuste do salário mínimo, ressalta o Dieese que não houve recuperação dos desvios do passado, a não ser o ano de 1974, pois o presente reajustamento faz o valor real voltar ao nível de maio de 1973; su-

perosse, portanto, o nível apresentado em maio de 1974.

No Brasil, segundo estudos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, com exceção das Regiões Norte e Centro-Oeste, 43,21% dos assalariados recebem até o salário mínimo, isto é, muitos recebem até menos do que o mínimo legal, não se sabendo qual o percentual correspondente aos subempregados. No total, são 6.686.462 pessoas que ganham, mensalmente, o salário mínimo ou ainda menos.

# INFLAÇÃO - 8,1% EM 4 MESES

Em abril, os índices gerais de preços calculados pelo Instituto Brasileiro de Economia apresentaram elevação de 1,7% no conceito de oferta global e de 1,8% no de disponibilidade interna (inflação). Comparativamente ao primeiro quadrimestre de 1974, fortemente marcado pela inflação de custos via importação e transformação de parcela da in-

flação reprimida em inflação aberta, os resultados deste quadrimestre, embora traduzam forte alta de preços, denotam, por outro lado, sensível queda de ritmo inflacionista, segundo os técnicos da FGV. A evolução do índice geral de preços no conceito de oferta global foi de 16,2% e no de disponibilidade interna de 16,1% durante o período janeiro-abril de 1974.

Discriminação	N.o Índi- ce de abril (1965/67 100)	Variação per- centual Em abril Acumu- lada até abril
Oferta global (col. 1)	586,0	1,7 7,8
Disponibilidade interna (col. 2)	576,9	1,8 8,1

**Custo de vida**  
O índice de preços ao consumidor (custo de vida) na cidade do Rio de Janeiro sofreu alta de 2% no mês de abril, pressionado principalmente pelo grupo habitação,

seguido por serviços pessoais, serviços públicos e assistência à saúde e higiene, todos apresentando ritmos de aumento iguais ou superiores ao índice médio: 2,8%, 2,7%, 2,4% e 2,0, respectivamente.

Discriminação	N.o Índi- ce de abril (1965/67 100)	Variação per- centual Em abril Acumu- lada até abril
Geral	579,6	2,0 8,9
Alimentação	578,8	1,8 5,7
Vestuário	583,5	1,4 4,0
Habitação	614,1	2,8 10,2
Artigos de residência	430,2	1,2 5,7
Assist. saúde e higiene	585,6	2,0 10,4
Serviços pessoais	705,0	2,7 16,4
Serviços públicos	680,0	2,4 16,3

A pressão exercida pelo grupo habitação é explicada pelo aumento dos alugueis, conservação e reparos de residência. A alta observada nos serviços pessoais está pulverizada por um grande número de itens, com intensidade de alta bem semelhantes. O aumento do grupo serviços públicos é consequência da incorporação parcial de reajustamento das tarifas de luz, gás e transporte urbano. No grupo assistência à saúde e higiene, a alta observada é explicada pelos aumentos dos preços das consultas médicas e dentárias.

O grupo alimentação, embora tendo aumentado em ritmo inferior à média geral (1,8%) é o mais importante na explicação da alta do custo de vi-

da, face à sua grande ponderação na construção do índice. Os produtos que, em ordem decrescente de influência, contribuíram sensivelmente para a evolução do índice foram: tomate, batata, quiabo, chuchu e pescado.

Da mesma forma que o índice geral, do qual é um componente, o índice de preços ao consumidor reflete, na perspectiva do quadrimestre, sensível queda no ritmo de elevação, posto que no período janeiro-abril de 1974 a expansão foi de 15,9%.

**Preços por atacado**  
Os índices de preços por atacado, no transcurso do mês, refletem alta de 1,6%, no conceito de disponibilidade interna, e de 1,5% no de oferta global.

## Discriminação

	N.o Índice de abril (1965/67=100)	Variação per- centual Em abril Acumulada até abril
Disponibilidade interna		
Geral	568,9	1,6 7,3
Materias-primas não-alimentares	548,8	1,3 5,1
Produtos alimentares	616,4	0,9 6,1
Oferta global		
Geral	584,1	1,5 6,9
Produtos Agrícolas	624,0	0,4 4,8
Produtos Industriais	563,6	2,1 8,1

Nas matérias-primas não-alimentares, as maiores influências de alta estão em ferro em barras (4,0%), fios de rayon (1,9%), "vire bars" (1,6%) e minério de ferro (1,3%). Quanto aos produtos alimentares, as pressões no sentido de alta estão identificadas para tomate (8,8%), ovos (7,8%), boi casado (7,5%), batata (6,4%) e cerveja (4,4%); e no sentido de baixa, no arroz em casca (-12,4%), milho (-5,2%) e laranja (-4,1%).

Focalizada a origem dos bens e dada a estrutura de pesos do índice de oferta global, as maiores influências de alta, entre os produtos industriais, se fizeram sentir nos veículos a motor (37,2%), minérios de ferro (5,1%) e bebidas (6,7%). Entre os produtos agrícolas, as maiores influências no sentido de alta são fornecidas pelo tomate (9,4%), ovos (8,2%), boi casado (7,9%) e batata (6,8%); no sentido de baixa, arroz em casca (-13,0%), cacau (-6,10%), milho (-5,8%) e laranja (-4,4%).

Com base na observação do índice de preços por atacado,

## N.o Índice de abril (1965/67=100) Variação percentual Em abril Acumulada até abril

	N.o Índice de abril (1965/67=100)	Variação per- centual Em abril Acumulada até abril
Classificados os bens econômicos em bens de produção e bens de consumo, os primeiros apresentam aumento de 2,6% e os bens de consumo, variação no sentido de alta de 0,9%. Entre os bens de produção, as maiores variações de preços se verificaram em trilhadeiras (20,0%), carbonato de sódio (16,7%), camionetas (11,8%) e automóveis (10,5%). Entre os bens de consumo, as variações mais importantes estão no tomate (24,6%), batata doce (17,3%) e batata inglesa (15,1%).		

Analogamente ao caso do índice de preços ao consumidor, por ser uma outra componente do índice geral, o índice de preços por atacado reflete, tanto no conceito de oferta global como no de disponibilidade interna, ritmo de alta substancialmente menor neste primeiro quadrimestre de 1975, quando comparado com o mesmo período em 1974. Entre janeiro e abril de 1974, a alta do índice de preços por atacado foi de 16,7% em termos de oferta global e 16,6% no conceito de disponibilidade interna.

## Alta do custo de vida no Rio e taxas dos reajustes de salários no Brasil

Anos	Custo de vida entre 2 salários	Taxas de aumento do salário mínimo		Reajuste Prestação/BNH
		menor salário	maior salário	
	%	%	%	%
1954	57,5	63,04	100,00	
1956	49,4	100,00	58,33	
1959	34,6	66,67	57,89	
1960	85,2	69,00	60,00	
1961	37,1	40,00	40,00	
1963	78,2	60,71	56,23	
1964	94,4	122,22	100,0	
1965	91,4	80,00	57,14	
1966	43,9	33,33	27,27	
1967	37,1	25,00	25,00	
1968	21,8	28,00	23,43	
1969	27,6	28,13	20,37	
1970	22,2	26,83	20,00	
1971	21,2	21,15	20,31	
1972	18,6	20,63	19,13	
1973	13,2	17,11	16,07	
Fonte: FGV				
1974	25,3	24,71	20,77	- 14,4
1975				34,06

J.B  
23/4

## A CORREÇÃO NÃO É TOCÁVEL, MAS TAMBÉM NÃO É INTOCÁVEL - ENTREVISTA COM O PRESIDENTE DO BNDE

EXAME, MAIO 1975

EXAME - *Recentemente, o senhor disse que a correção monetária era intocável. . .*

Vianna - Jamais disse que a correção é intocável. Afirmar que a correção é intocável é um pouco de exagero em relação ao que eu penso. Quero deixar bem clara a minha opinião e faço questão de falar com o máximo de precisão possível: acho que a correção monetária tem méritos demais, produz efeitos positivos demais para que seja mexida com precipitação. Seria uma leviandade mexer na correção com precipitação.

EXAME - *Não seria possível adotar medidas capazes de tranquilizar os empresários quanto aos efeitos da correção monetária?*

Vianna - Dentro da preservação dos princípios da correção plena, fizemos, aqui no BNDE, o que era possível: criamos o teto de 20%.

EXAME - *Isso, ao que parece, não foi suficiente.*

Vianna - Vocês é que estão dizendo que não. Eu digo que tenho, em carteira, este ano, o dobro de projetos que tive no ano passado.

EXAME - *E o senhor está satisfeito com o nível de atividades?*

Vianna - O indicador que o BNDE mede é o número de projetos em carteira, que dobrou em relação ao ano passado. Como isso indica a formação de capital, acho que ele indica um desenvolvimento perfeitamente satisfatório dos negócios.

EXAME - *Então, por que o senhor tem afirmado que é preciso combater o pessimismo que o setor privado está revelando?*

Vianna - Porque não pensamos apenas neste ano. A nossa atuação contra o pessimismo visa a eliminar a possibilidade de uma eventual retração na carteira, digamos, no próximo ano.

EXAME - *A que o senhor atribui as reclamações dos empresários quanto à correção?*

Vianna - Compreendo as indagações, as inquietações e as angústias do empresário. Mas acho que a correção, para os empresários, tornou-se mais problemática do que mostra a realidade. Acho que há uma forte dose de conteúdo emocional nessas lamentações. E isso se deve ao fato de que, no último trimestre do ano passado, pela primeira vez desde a sua criação, a correção deu um salto, em relação aos outros períodos. Foi realmente uma pancada. Os fluxos de caixa das empresas não estavam preparados para isso. Além do mais, a pancada coincidiu com a fase mais aguda da crise de liquidez do ano passado. Contudo, ao mesmo tempo em que precisamos entender a comunidade com a qual lidamos, é preciso olhar para trás. A correção, até agora, sempre foi praticada e sempre foi paga sem essas reclamações.

EXAME - *Talvez porque, mesmo com a correção, o empresário ainda estivesse satisfeito com os níveis alcançados por suas vendas.*

Vianna - O problema, então, está sendo colocado em outra área. Na área de vendas, de preços. De fato, talvez tenha havido alguns desvios de execução de política na área de controle de preços. Porque, quando o empresário tinha o seu passivo corrigido, mas podia transferir, via sistema de preços, esses custos para o mercado, ou melhor, para o consumidor, ele não se incomodava muito com a existência da correção monetária.

EXAME - *O que o senhor quer dizer com desvios na execução de política na área de preços?*

Vianna - Realmente, os empresários têm demonstrado — ou procurado demonstrar — que, durante certos períodos do ano passado, os preços autorizados pelo CIP não eram suficientes para remunerar adequadamente os investimentos feitos. Porém, se ocorreram atrasos, essa não é, evidentemente, a política do governo. A política do governo é —

como não poderia deixar de ser — a de dar preço justo. Não seria racional querer que determinados setores cresçam sem lhes permitir praticar preços capazes de remunerar os investimentos.

EXAME - *O que o governo chama de preço justo?*

Vianna - É o preço que consiga remunerar, de modo estimulante, o capital. Para os setores que consideramos prioritários — insumos básicos, bens de capital etc —, inclusive, a boa política é dar preços que permitam, ao empreendedor, obter uma boa rentabilidade. Para que ele use toda a renda acumulada no próprio setor.

EXAME - *Alguns empresários reclamam da falta de um critério mais bem definido para se estabelecer a rentabilidade de um projeto. Dizem, por exemplo, que o BNDE aprova uma determinada taxa de rentabilidade e que, mais tarde, essa taxa é considerada excessiva pelo CIP. Não estaria havendo uma certa falta de comunicação entre os órgãos encarregados de orientar a política econômica?*

Vianna - Não concordo. Fui membro do governo passado e sou membro do atual. E posso afirmar que a coordenação da área econômica, hoje, é melhor do que a do governo passado. Não existe, de fato, um mecanismo institucional de comunicação. Mas tem funcionado muito bem um mecanismo informal. Por exemplo: no ano passado, aqui no BNDE, começamos a ouvir reclamações do pessoal do setor de cimento. Coletamos dados e verificamos balanços. Não há dúvida, no primeiro semestre do ano passado, o setor estava no vermelho. Então, eu telefonava para o ministro Simonsen, falava com o Sebastião Vital, telefonava para o ministro Velloso. Quer dizer, existe um mecanismo informal. E, além disso, o governo se comunica com muita frequência, no Conselho Monetário, no Conselho de Desenvolvimento Econômico.

## Correção poderá ser flexível - SIMONSEN

JB-17/05/75

O Ministro da Fazenda, Sr Mário Henrique Simonsen, disse ontem que o Governo está pensando em adotar esquemas atuariais flexíveis para a correção monetária para alguns setores, da mesma forma daqueles empregados, com índices próprios, pelo Sistema

Financeiro da Habitação e aos empréstimos concedidos à pecuária pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento da Pecuária — Condepe.

O Sr Mário Henrique Simonsen defendeu o princípio da correção monetária, afirmando que o Governo

não pensa alterar a sua essência, por considerá-la um instrumento que tem sido eficaz e necessário aos êxitos obtidos até agora pela política de desenvolvimento nacional.

Assinalou que o principal motivo das queixas apresentadas pelos empresários

contra a correção monetária tem origem, na realidade, à questão da relação entre a dívida e o capital próprio. Nos empréstimos concedidos pelo BNDE, por exemplo — frisou — muitas empresas se vêem em situação difícil para o pagamento dos financiamentos

com a correção monetária em face da inadequação da escala dos prazos de empréstimos. O Ministro não adiantou maiores dados sobre as fórmulas em estudo pelo Governo para readaptar a aplicação da correção monetária nos financia-

mentos a longo prazo, sem que a medida possa acarretar a aceleração da inflação.

Referindo-se ao controle da inflação, o Ministro afirmou que será mantida a técnica gradualista de combate antiinflacionário. Afir-  
mou que a situação do cré-

dito interno tem melhorado substancialmente:

— Até o final deste ano, não vamos prometer uma liquidez farta e abundante, para evitarmos uma reaceleração inflacionária, mas também não haverá apertos aspmódicos. Não pre-

tendo fazer previsão sobre a taxa de inflação no final do ano, já que a história moderna tem registrado sempre a derrota dos futurosólogos. O que podemos afirmar é que a taxa de inflação será substancialmente menor que a do ano passado.

## Os balanços de 1974 revelam problemas DE VENDA E LIQUIDEZ

EXAME  
ABRIL-75

Em setembro de 1974, EXAME comparou os balanços do primeiro semestre do ano de vinte empresas brasileiras com ações cotadas em Bolsa com os do primeiro semestre de 1973. Na ocasião, foi possível concluir que o aperto financeiro, nos seis primeiros meses do ano passado, tinha sido de tal ordem que poderia comprometer a expansão da economia, caso não houvesse um alívio financeiro no último trimestre do ano.

Agora, a análise dos balanços de 1974 das mesmas vinte empresas confirma aquelas previsões. As medidas tomadas pelo governo a partir de outubro, não só na área financeira como também fiscal — para alguns setores — e salarial, impediram que os resultados apresentados nos balanços fossem piores. Mas não foram suficientes para evitar uma queda, embora não acentuada, no grau de eficiência das empresas. Apenas treze delas aumentaram sua rentabilidade sobre o patrimônio líquido. Levando-se em conta que as empresas analisadas estão entre as líderes de seus setores e que, com raras exceções, são tradicionalmente bem administradas, pode-se imaginar que as empresas brasileiras, em geral, enfrentaram, em 1974, dificuldades sensivelmente maiores que nos anos anteriores.

**As causas dos problemas.** Segundo a revista *Conjuntura Econômica*, em seu número de fevereiro, houve uma sensível queda na taxa de crescimento da indústria de transformação, quando se compara a produção de 1974 com a de anos anteriores (em 1974 foi de 7,09% contra 15,77%, em 1973, e 13,59%, em 1972). Esse mesmo problema pode ser comprovado pelo balanço de algumas das empresas analisadas por EXAME, especialmente as que apresentam uma queda real nas vendas e uma diminuição do prazo médio de estoques (ver tabela na página ao lado), medido em dias.

Possivelmente as causas do problema se localizem nas áreas financeira e de vendas. É provável, inclusive, que a falta de liquidez tenha contribuído mais do que as dificuldades nas vendas para a relativa de-

bilidade revelada pelas empresas em seus balanços. O índice que mede a participação das despesas financeiras nas vendas aumentou em quinze das vinte empresas analisadas. Isso significa que as despesas financeiras cresceram mais do que proporcionalmente em relação às vendas, em 75% dos balanços analisados. Da mesma forma, o índice que mede a relação entre o lucro bruto e as despesas financeiras aumentou em apenas três empresas (Belgo, Samitri e Petróleo Ipiranga). Ou seja, com exceção dessas três empresas, as despesas financeiras cresceram mais que o lucro, também proporcionalmente. Talvez aí se encontre uma outra explicação para a seletividade do crédito adotada pelos bancos no ano passado.

Além disso, embora as vendas, em termos nominais, tenham aumentado em todas as empresas, o disponível se elevou em apenas sete delas. O aumento do custo do dinheiro, portanto, levou a maioria das empresas a usar parcelas ponderáveis dos recursos obtidos com as vendas para saldar dívidas. Essa impressão se torna mais sólida ainda quando se verifica que o disponível de dezesseis das empresas analisadas diminuiu em relação ao ativo total.

Assim, o índice que mede os dias de cobertura dos pagamentos (disponível sobre compras) piorou 25% em relação a 1973. E, se no cálculo não for incluída a Vale do Rio Doce, cujo disponível cresceu muito acima da média, a queda desse índice, em comparação com 1973, é de 40%. Na média, as empresas possuíam disponível para pagar os compromissos de dezenove dias (contra 35 dias no primeiro semestre de 1974).

**Recursos próprios.** Os problemas de liquidez e o custo do dinheiro acabaram levando as empresas a usar recursos próprios em maior proporção, como já haviam feito no primeiro semestre. Pode-se dizer que a maior parte dos recursos necessários para financiar planos de expansão em andamento, ou mesmo para manter o nível de atividade, saiu da própria empresa. A queda da participação do imobilizado no ativo total

das empresas ilustra esse raciocínio. Em catorze empresas, a participação do imobilizado diminuiu.

O aperto de liquidez determinou, igualmente, uma queda no ritmo de endividamento das empresas analisadas. Das catorze que aumentaram suas dívidas (contra dezesseis no primeiro semestre), apenas dez apresentaram um aumento superior a 10%, em comparação com o endividamento geral revelado por seus balanços de 1973. Por isso mesmo, o índice de liquidez geral, embora tenha caído em relação a 1973 em treze casos, melhorou em relação ao primeiro semestre de 1974. Em apenas nove das treze empresas em que o índice caiu, a queda foi superior a 10%. Por outro lado, seis das sete empresas em que o índice melhorou aumentaram o índice de liquidez geral em mais de 10%.

A análise dos dados de endividamento geral e de liquidez leva a duas explicações principais: ou os empresários não estavam conseguindo obter empréstimos ou não desejavam obtê-los, preferindo reffrear seus planos de expansão.

Mas, se não é possível atribuir, com certeza, a contenção dos planos de expansão à falta ou ao custo do dinheiro, não há dúvida de que, em muitos casos, esses planos foram adiados. A idade relativa dos equipamentos, por exemplo, aumentou em dezesseis das dezoito empresas em que esse índice pôde ser avaliado.

**Rentabilidade menor.** No capítulo das vendas, os balanços também revelam dificuldades. Em dezenove das vinte empresas analisadas, os estoques aumentaram. Ao mesmo tempo, a rotação desses estoques diminuiu em doze casos. Além disso, as despesas em propaganda aumentaram nas oito empresas em que foi possível avaliar seu valor, numa demonstração de que as empresas tentaram manter o nível das vendas, ou mesmo aumentá-lo, com vistas a uma maior capacidade de amortização das dívidas contraídas no período. Finalmente, a rentabilidade sobre vendas diminuiu em doze empresas, com reduções de até 50% em relação a 1973.

O que mostra o balanço dos balanços

Índices comparativos dos balanços em 31/12/74 e 31/12/73

EMPRESAS	VENDAS*		RENTABILIDADE DAS VENDAS (1)		RENTABILIDADE DO PATRIMÔNIO (2)		PRAZO MÉDIO DOS ESTOQUES (3)		ENDIVIDAMENTO GERAL (4)		LIQUIDEZ GERAL (5)	
	74 (Cr\$ milhões)	74/73 (%)	74 (%)	74/73 (%)	74 (%)	74/73 (%)	74 (dias)	74/73 (%)	74 (%)	74/73 (%)	74 (%)	74/73 (%)
AGGS	213,0	101,5 ▲	8,6	541,8 ▲	36,7	868,1 ▲	157,5	6,9 ▼	76,4	2,1 ▲	0,7	21,5 ▲
ALPARGATAS	1.067,5	63,0 ▲	21,0	15,3 ▲	38,6	13,1 ▲	183,3	25,7 ▲	38,0	8,9 ▼	1,7	15,1 ▲
BELGO	1.514,6	55,4 ▲	26,5	17,7 ▲	30,7	41,3 ▲	138,8	2,9 ▼	19,2	-8,5 ▼	3,3	29,7 ▲
BRAHMA	1.086,3	28,4 ▲	23,2	-3,6 ▼	28,4	-1,0 ▼	151,3	-6,0 ▼	28,5	13,5 ▲	1,2	-11,2 ▼
DURATEX	805,8	66,7 ▲	9,6	39,5 ▲	33,4	69,9 ▲	83,2	-14,7 ▼	61,8	-2,7 ▼	0,8	14,6 ▲
FNV	32,1	35,5 ▲	17,1	8,5 ▼	33,4	18,7 ▲	240,5	179,9 ▲	49,4	48,8 ▲	1,4	-17,9 ▼
GOYANA	181,8	99,5 ▲	10,7	145,9 ▲	34,4	264,6 ▲	80,7	-23,9 ▼	57,3	1,0 ▲	1,0	21,4 ▲
LACTA	176,2	54,2 ▲	4,9	-0,6 ▼	19,7	42,7 ▲	78,1	-19,1 ▼	65,4	22,1 ▲	0,9	-15,2 ▼
LAFER	134,1	33,7 ▲	8,7	-39,6 ▼	27,0	-37,2 ▼	73,0	-19,5 ▼	53,9	-3,6 ▼	1,0	-9,3 ▼
LIGHT	5.137,0	42,7 ▲	17,2	-17,8 ▼	11,4	-5,8 ▼	30,6	26,6 ▲	28,1	17,9 ▲	0,3	-31,6 ▼
MECANICA PESADA	235,0	52,1 ▲	1,0	-82,8 ▼	2,1	-68,3 ▼	144,6	24,0 ▲	62,4	79,8 ▲	1,0	-37,6 ▼
METAL LEVE	468,0	41,4 ▲	23,5	-37,3 ▼	27,9	-28,4 ▼	311,5	39,6 ▲	23,8	6,6 ▲	2,7	-19,7 ▼
NADIR FIGUEIREDO	160,9	69,8 ▲	8,8	999,9 ▲	8,1	537,5 ▲	150,9	51,3 ▲	33,3	-26,5 ▼	1,1	-4,5 ▼
NOVA AMÉRICA	510,6	25,3 ▲	12,1	50,7 ▲	24,3	68,2 ▲	170,9	6,1 ▲	66,9	3,2 ▲	0,8	-2,3 ▼
OXIGÊNIO DO BRASIL	192,5	53,4 ▲	4,8	-56,1 ▼	11,8	-34,5 ▼	153,4	16,5 ▲	64,4	33,56 ▲	0,9	-20,7 ▼
PETROBRÁS	27.896,0	148,4 ▲	15,3	-20,2 ▼	23,0	42,1 ▲	137,0	29,6 ▲	42,2	47,0 ▲	1,2	-11,2 ▼
PET. IPIRANGA	2.286,8	95,3 ▲	2,2	-27,9 ▼	22,6	18,5 ▲	19,3	82,0 ▲	58,4	24,8 ▲	1,3	-8,9 ▼
SAMITRI	272,9	112,9 ▲	22,3	-5,6 ▼	34,9	49,14 ▲	56,8	-51,9 ▼	23,6	-7,6 ▼	3,2	22,2 ▲
SAVENA	67,4	18,9 ▲	6,3	-46,7 ▼	13,8	-43,9 ▼	20,2	-85,6 ▼	28,5	14,7 ▲	1,9	-89,0 ▼
VALE	3.791,5	62,7 ▲	32,9	-6,2 ▼	24,8	19,6 ▲	102,4	-2,8 ▼	37,8	15,4 ▲	0,4	9,5 ▲

\* - em termos nominais (sem descontar a inflação)  
 (1) - lucro líquido/vendas líquidas  
 (2) - lucro líquido/patrimônio líquido  
 (3) - 360 dias/rotação dos estoques  
 rotação dos estoques: vendas/estoques

estoques: matérias-primas e produtos acabados + produtos em elaboração  
 (4) - exigível total/ativo total  
 (5) - ativo circulante + realizável a longo prazo/exigível total.

▲ aumento de até 10%  
 ▲ aumento superior a 10%  
 ▼ queda de até 10%  
 ▼ queda superior a 10%

FONTE: EXAME

REV. BANAS - 3/75

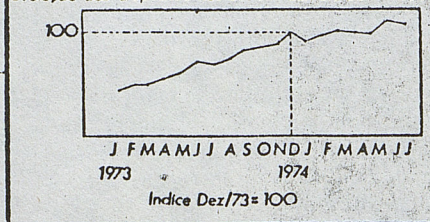
Custo do crédito tende a aumentar

A abertura de crédito na rede bancária comercial para a indústria e o comércio parece começar a comover as autoridades fazendárias, em primeiro lugar o Ministro Mário Henrique Simonsen, que foi abordado por grande número de empresários depois de sua conferência na Confederação Nacional da Indústria. Entre a simples simpatia e a solidariedade efetiva, porém, passa o abismo inflacionário.

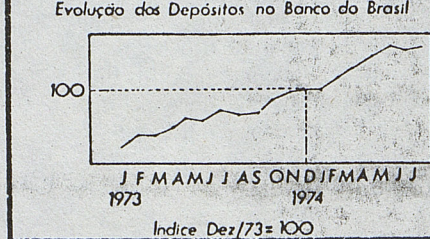
No ano passado, apesar de todas as medidas de contenção, os vários índices de preços indicaram uma elevação em torno de trinta e cinco por cento - por coincidência o mesmo nível atingido pelo crescimento dos meios de pagamento. Antes mesmo de iniciado o presente exercício, o Ministro da Fazenda anunciou para 1975 o limite de trinta por cento para a expansão dos meios de pagamento ainda que permitindo aumento bem maior na oferta de crédito ao setor privado, principalmente à agricultura.

Os dados iniciais relativos aos depósitos nos principais bancos brasileiros revelam que o crescimento real (isto é, descontada a inflação) durante o ano de 1974 foi bastante modesto e, o que é mais importante, se concentrou quase que inteiramente nos bancos estatais e, em menor escala, nos estrangeiros (exclusive os japoneses).

Evolução dos Depósitos nos Bancos Comerciais Privados



Evolução dos Depósitos no Banco do Brasil



Depósitos: crescimento foi modesto em 1974

Dos bancos privados nacionais, só os dois maiores apresentaram pequeno crescimento real, propiciado pela fuga dos depositantes dos outros bancos, mas insuficiente para compensá-la, já que os estatais e os estrangeiros foram melhor aquinhoados.

Tornando-se escasso o dinheiro resultante dos depósitos, é claro que o custo do crédito tende a aumentar muito, o mesmo ocorrendo com sua seletividade. Outro fator importante de aumento dos custos do crédito (relativo em princípio apenas aos bancos de investimento, mas na verdade influenciando indiretamente sobre toda a rede bancária privada) foi a transferência dos recursos do PIS e do PASEP da Caixa

FINANÇAS

Econômica Federal (que os repassava) ao BNDE e ao Banco do Brasil.

Com a retração das fontes de recursos dos bancos, a retração do crédito propriamente dito era inevitável e, com ela, a elevação dos juros "por fora", provocados pela pressão do mercado, de um lado, e, de outro, pela disposição do governo a não permitir elevação nas taxas nominais. Independentemente das alegações dos bancos sobre seus custos reais, que impediriam a simples cobrança dos juros nominais, o fato é que, em economia de mercado, não há como evitar o leilão de fatores escassos, leilão que perdura até que o próprio mercado se encarrega de fixar um limite.

Os próprios balanços dos principais bancos indicam que boa parte de seus lucros no ano passado foram obtidos com a compra e venda de títulos públicos, o que é um fenômeno apenas parcialmente normal, na medida em que já indica uma certa distorção entre as várias formas de remuneração da aplicação do dinheiro. A maior fiscalização do Banco Central, de fato, só irá provocar refinamento ainda maior nas práticas de juros por fora até que seja compensada a distorção. A única alternativa real, portanto, parece ser a injeção de recursos maciços na rede bancária, o que, entretanto, contraria a disposição oficial de fazer com que recue o surto inflacionário. Tudo indica que Brasília irá preferir alternativas intermediárias. ■

**BANCOS** VEJA, 23 DE ABRIL, 1975

**Lição dos números**

Os balanços referentes a 1974 apresentados pelo setor bancário revelam paradoxalmente bons lucros e, ao mesmo tempo, uma impressão generalizada de vulnerabilidade. Esse último aspecto pode ser vislumbrado no expressivo montante de rendas não-operacionais que cobrem os prejuízos operacionais. Isto quer dizer: grande parte dos bancos comerciais chegou a perder dinheiro em suas operações normais — empréstimos, juros, comissões, tarifas sobre serviços, operações de câmbio —, garantindo seus lucros finais com aplicações em papéis do mercado aberto, sobretudo as Obrigações Reajustáveis e Letras do Tesouro.

Esta conduta gerou profundas polémicas no mercado. Representantes dos bancos ponderavam que "se o ano se apresenta ruim para as operações bancárias e, ao mesmo tempo, propício para aplicações no open market, é obrigação do administrador tirar o máximo de rentabilidade de seu capital". Mas os analistas sempre contestaram esta tese: "A eficiência de um banco só deve ser medida pelos lucros operacionais; as rendas não-operacionais podem ser prejudicadas a qualquer momento por estarem sujeitas a fatores estranhos à administração do banco".

O tempo parece ter dado razões aos técnicos. A crise que assolou o sistema financeiro nos dois primeiros meses desse ano desnudou um setor sem fôlego para agüentar, sequer, a previsível corrida dos depositantes na semana pré-carnavalesca de fevereiro. Naquela ocasião, o Banco Central teve de abrir os cofres do redesconto com extrema rapidez para que os clientes pudessem ser atendidos nos guichês. É óbvio, porém, que o excesso de aplicações no mercado aberto não pode ser apontado como o único ponto crítico do setor.

O processo de engugamento monetário promovido pelo governo no ano passado e a queda dos meios de pagamento em janeiro de 1975 (7,2%) contribuíram para o enfraquecimento dos bancos.

Por outro lado, a perda de poder aquisitivo do público forçou, também, uma queda

banco como o Auxiliar e o Econômico, além do elevado volume de depósitos, dispõem de patrimônio, solidez financeira e, sobretudo, capacidade gerencial insuperavelmente superiores àqueles três outros.

O acompanhamento da performance dos bancos no ano passado, porém, serviria no mínimo como fonte de ensina-

**OS VINTE MAIORES EM 1974**

Por depósitos a vista, em bilhões de cruzeiros

1 — Bradesco	9,8
2 — Itaú	7,3
3 — Real	4,4
4 — União de Bancos	3,9
5 — Nacional	3,4
6 — Bamerindus	3,1
7 — Comind	2,7
8 — Mercantil de S. Paulo	2,7
9 — Econômico	2,3
10 — Sul Brasileiro	2,1
11 — City Bank	1,8
12 — Noroeste	1,7
13 — América do Sul	1,6
14 — Francês e Brasileiro	1,2
15 — Crédito Nacional	1,2
16 — Auxiliar de São Paulo	1,1
17 — Francês Italiano	1,1
18 — Nacional do Norte	1,0
19 — Lar Brasileiro	1,0
20 — Comercial do Paraná	0,8

Obs.: excluídos os bancos oficiais.  
Fonte: Decision Makers.

nos depósitos a vista (10% em janeiro de 1975).

**Análise** — Mas os números do ano passado não podem ser desprezados. Segundo um criterioso levantamento realizado pelo professor Stephen Kanitz, da Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo, apesar dos apreciáveis lucros líquidos obtidos pelos bancos comerciais, apenas nove deles conseguiram, no segundo semestre de 1974, alcançar índices positivos na relação entre lucro operacional e empréstimos. Mesmo assim, excluindo-se o City Bank (lucro operacional de 4,4% sobre os empréstimos), os demais apresentaram resultados modestíssimos.

E nesta listagem os grandes bancos colocaram-se mais abaixo ainda. Como, por exemplo, o Itaú (em 11.º lugar, com uma porcentagem negativa de 0,6%) e o Bradesco (em 20.º lugar, com 3,9%). No mesmo estudo de Kanitz, a relação

**CRESCIMENTO DO LUCRO**

2.º semestre de 1974 em relação ao anterior

1 — Itaú	165,0%
2 — Francês Italiano	85,4%
3 — Real	82,1%
4 — União de Bancos	65,7%
5 — Mercantil de São Paulo	57,1%
6 — Nacional	53,6%
7 — City Bank	41,5%
8 — Nacional do Norte	39,7%
9 — Noroeste	38,4%
10 — Crédito Nacional	38,4%
11 — América do Sul	34,0%
12 — Francês e Brasileiro	28,2%
13 — Comind	17,9%
14 — Bamerindus	16,2%
15 — Lar Brasileiro	-9,9%
16 — Sul Brasileiro	-17,7%
17 — Comercial do Paraná	-19,3%
18 — Bradesco	-20,2%
19 — Auxiliar de S. Paulo	-29,8%
20 — Econômico	-38,7%

Obs.: excluídos os bancos oficiais.  
Fonte: Decision Makers.

que analisa o crescimento do lucro dos bancos comerciais acusa, também, revelações surpreendentes (ver tabela). Somente catorze bancos conseguiram aumentar seus lucros no segundo semestre de 1974, em relação ao primeiro. Entre eles, o Itaú, que superou em 165% seu resultado anterior. Mas o Bradesco (queda de 20,2%), o Auxiliar de São Paulo (de 29,8%) e o Econômico (de 38,7%) tiveram um recuo considerável.

**Diferenças** — Mesmo que este índice permita apenas conclusões relativas, Kanitz informa que no segundo semestre de 1973 figuravam nos mesmos lugares os bancos União Comercial (queda de 23,7%), Comercial do Paraná (26,0%) e Halles (35,5%). A comparação, na verdade, é mais a título de curiosidade. Pois deve-se ressaltar de imediato que o Bradesco é o maior banco comercial do país (9,8 bilhões de cruzeiros em depósitos — ver tabela). E que tanto este

**PREJUÍZOS OPERACIONAIS**

Banco	Capital social atual (milhões Cr\$)	Reservas %	Renda operacional milhões Cr\$		Lucro operacional 74	Lucro liq. disponível milhões Cr\$		Lucro/ação		Valor patrimonial
			73	74		73	74	73	74	
Ainazônia	200,0	72	241,8	293,2	37,5	53,6	79,5	0,27	0,40	3,01
Auxiliar de São Paulo	104,5	49	178,7	285,4	(37,5)	22,3	26,6	0,25	0,26	1,67
Banespa	714,0	84	1 305,6	2 269,6	(198,4)	228,7	348,8	0,34	0,48	1,99
Bamerindus	350,0	65	347,7	727,6	26,9	79,8	169,4	0,58	0,85	1,89
Beq	282,2	106	563,8	897,6	90,7	90,8	125,4	0,38	0,47	2,42
Bradesco	780,0	80	1 433,2	2 351,9	(215,1)	225,0	269,6	0,58	0,45	2,01
Brasil	5 760,0	119	7 544,8	15 299,0	7 212,1	1 909,3	3 908,0	0,88	1,08	3,12
Boavista	66,7	126	114,2	283,8	36,5	8,5	17,1	0,14	0,28	2,48
Comind	240,0	72	328,7	560,1	9,4	52,5	85,6	0,30	0,48	2,00
Estado da Bahia	55,0	166	118,5	189,0	48,0	23,4	49,5	0,59	0,99	2,82
Estado do Paraná	165,0	53	253,3	391,0	(2,7)	46,7	91,5	0,61	0,69	1,55
Estado do RS	150,0	77	298,5	465,2	20,4	32,6	61,2	0,41	0,58	2,14
Itaú	847,2	35	869,6	1 768,8	1,9	85,6	175,1	0,38	0,39	1,59
Mercantil de São Paulo	350,0	70	456,8	650,4	(45,7)	104,9	137,6	0,62	0,61	1,85
Nacional	230,4	66	523,0	791,3	(56,8)	60,7	126,0	0,30	0,55	1,94
Nordeste do Brasil	420,0	162	483,5	925,7	241,7	199,8	333,9	0,46	0,80	3,35
Noroeste	29,0	245	236,1	305,4	0,3	45,8	71,4	0,58	0,89	3,67
Real	400,0	59	487,7	1 123,3	(128,8)	56,0	114,8	0,24	0,32	1,82
Sul Brasileiro	192,0	90	418,3	762,1	85,5	40,5	57,8	0,23	0,30	2,15
União de Bancos	382,2	58	567,2	1 020,1	(64,0)	48,8	69,0	0,20	0,21	1,65

Fonte: VEJA.

mentos aos administradores que possivelmente reduzirão de modo drástico a importância das operações no mercado aberto em 1975. Tal providência contribuirá para aperfeiçoar ainda mais os critérios administrativos das organizações, devolvendo, ao mesmo tempo, o setor bancário aos seus objetivos básicos. Afinal, neste ano, a correção mone-

tária das ORTNs (cujas emissões agora estão sendo controladas pelo BC) tende a ser menor. E até mesmo o governo, na hora de socorrer o setor bancário, mostrou que sua intenção é fazer girar o dinheiro. O refinanciamento compensatório, por exemplo, estabeleceu prazos e condições definitivos para a aplicação dos recursos liberados.



# Por que não basta ampliar o crédito

EXAME-ABRIL 75

Poucas vezes houve uma injeção tão maciça de recursos no sistema financeiro em tão curto espaço de tempo. De fins de janeiro a meados de março, o governo colocou — direta ou indiretamente — à disposição do mercado financeiro e das empresas uma soma equivalente a quase 10 bilhões de cruzeiros. Primeiro, com a liberação de mais 4% dos depósitos compulsórios dos bancos para financiamentos às pequenas e médias empresas. Como os bancos foram obrigados a acrescentar recursos próprios em proporção equivalente à liberação do compulsório, os recursos provenientes dessa medida somaram cerca de 2,5 bilhões de cruzeiros.

Mas, como essa primeira investida não foi considerada suficiente para resolver os problemas de liquidez do sistema financeiro, o governo liberou mais 3 bilhões de cruzeiros por meio de um novo instrumento denominado "refinanciamento compensatório" — uma linha de crédito para os bancos a juros de 6% ao ano sobre o saldo devedor e prazos de pagamento escalonados de noventa a 160 dias.

Os motivos. Recentemente, o Conselho Monetário Nacional autorizou a Caixa Econômica Federal a repassar 3 bilhões de cruzeiros ao Fundo de Financiamento à Exportação (Finex) e a bancos de investimento para programas de incentivo à exportação e apoio às pequenas e médias empresas. Além disso, o governo liberou 1,1 bilhão de cruzeiros para o pagamento de obras contratadas pelo Ministério dos Transportes e decidiu tornar automáticas essas liberações.

Não faltaram motivos para que o governo resolvesse aplicar essa terapia de emergência. Os mais importantes foram:

- 1) a redução de 10% nos depósitos dos bancos comerciais, em janeiro;
- 2) um consequente aumento do desconto bancário;
- 3) uma queda de 7,2% nos meios de pagamento em janeiro; e
- 4) a existência de superávit no orçamento monetário.

Ou seja: como estava faltando dinheiro do lado dos bancos e, consequentemente, das empresas, e estava sobrando dinheiro do lado do governo, fez-se uma transferência de recursos, de um para o outro.

Em 1974, a tentativa do governo de conter o violento recrudescimento da inflação nos primeiros meses do ano acabou provocando uma crise de liquidez pior que a de 1965.

É preciso ressaltar, no entanto, que naquele ano as empresas dependiam muito mais dos bancos comerciais para obter financiamentos e que a economia já se recuperava do tratamento de choque aplicado em 1964, enquanto a crise de liquidez de 1974 sucedeu a um período de generosidade creditícia. Mesmo assim, não há dúvida de que as empresas enfrentaram, durante boa parte de 1974, uma angustiante falta de crédito.

**Curto prazo.** Até que ponto, porém, as recentes injeções de crédito serão suficientes para elevar o nível de atividade das empresas, bastante abalado pelos problemas que a economia brasileira enfrentou em 1973 e continua enfrentando este ano? Aparentemente, esses recursos poderão ajudar muitas empresas a superar dificuldades de curto prazo, mas dificilmente serão suficientes, por si só, para estimular um crescimento da atividade econômica. Por quê?

Primeiro, porque a rápida expansão dos meios de pagamento — e, consequentemente, do crédito — nos últimos dois meses de 1974, não foi suficiente para absorver todo o impacto causado nas empresas pelo violento controle dos meios de pagamento nos meses anteriores. Portanto, antes de pensar em expandir suas atividades, as empresas procurarão resolver problemas mais prementes, herdados do ano passado. Ou seja, consolidar dívidas de curto prazo ou financiar estoques acumulados.

Há, também, o perigo de as empresas usarem esses recursos para pagar suas importações, já que o governo está exigindo que boa parte dos contratos de importação sejam pagos a vista. Nesse caso, além de se diminuir o impacto da liberação de créditos, a própria meta de controle das importações poderá ficar comprometida.

Por outro lado, a estratégia que vem sendo seguida pelas autoridades monetárias caracteriza o que se costuma chamar de *stop and go policy*, que, numa tradução livre, poderia ser chamada de "política de segura e solta". Em maio do ano passado, o governo "segurou" o crédito, para controlar a inflação. No

segundo semestre, começou a soltá-lo aos poucos, mas, como até outubro a expansão dos meios de pagamento estava em níveis bastante inferiores à meta prevista para o ano, tomou providências para acelerá-la em novembro e dezembro.

No final de dezembro a situação se inverteu: temendo que a expansão acabasse por superar as metas previstas, o governo voltou a "segurar" o crédito. Para "soltá-lo" novamente nos últimos dois meses, antes que se concretizasse uma nova crise de liquidez.

**Incerteza.** Ocorre, porém, que essa política traz alguns inconvenientes. Em primeiro lugar, a economia reage mais rapidamente aos apertos do que aos afrouxos. Ou seja: ela serve para controlar a inflação, mas não é tão eficiente quando o objetivo é melhorar o nível de atividades. Em segundo lugar, as empresas ficam sem saber quando o governo pretende "segurar" ou "soltar" a economia. E a incerteza não costuma estimular novos investimentos — o que implica maior grau de endividamento — ou a expansão da produção.

Portanto, se o objetivo visado pelo governo, com a recente injeção de recursos no sistema financeiro, não é apenas resolver problemas de liquidez a curto prazo, mas também incentivar o crescimento da atividade econômica, seria aconselhável acionar outros instrumentos capazes de estimular a demanda. É o caso, por exemplo, da política salarial, que pretende, justamente, recompor o poder aquisitivo corroído pela inflação, aumentando o mercado interno para as empresas e incentivando a formação de um mercado de consumo de massas, dentro, aliás, dos objetivos preconizados pelo II PND.

Nesse sentido, caberia acionar também a política fiscal através, por exemplo, de uma redução da carga tributária das empresas, que teria um efeito mais imediato na economia do que a injeção de créditos. Principalmente se a política fiscal e a política creditícia fossem empregadas simultaneamente: a primeira, para estimular as empresas a acelerarem o ritmo de suas atividades; a segunda, para proporcionar os recursos indispensáveis para sustentar esse crescimento. Com isso, o governo obteria respostas mais ágeis da economia às suas iniciativas.

# SISTEMA FINANCEIRO E DESENVOLVIMENTO

O sistema financeiro brasileiro ante as exigências do desenvolvimento: uma entrevista do ministro da Fazenda.

**Visão** — O sistema financeiro nacional tem atendido satisfatoriamente às exigências do desenvolvimento? Está capacitado a fazê-lo no futuro?

**Simonsen** — Acredito que o sistema brasileiro de financiamento se tenha estendido o bastante para atender às necessidades do desenvolvimento no futuro próximo, o que não significa, necessariamente, que não precise continuar aperfeiçoando-se: o próprio desenvolvimento, na medida em que novas etapas são alcançadas, passa a gerar novas exigências. Evidentemente, se tomarmos uma perspectiva comparativa da situação atual com a de dez anos atrás, veremos que demos passos imensos para ampliação do sistema de financiamento de nosso desenvolvimento. Em primeiro lugar, dispomos já de investidores institucionais de grande escala, que são pelo menos três: o FGTS, o PIS—Pasep e o IOF. Em segundo lugar, as instituições privadas de captação de recursos de médio e longo prazo conseguiram um desenvolvimento extremamente expressivo, graças ao interesse público na reativação da poupança, alimentado pelo instituto da correção monetária. É o que ocorre com os depósitos a prazo, com as cadernetas de poupança, letras imobiliárias, letras de câmbio e assim por diante. Em terceiro lugar, os mecanismos de captação de recursos externos sofisticaram-se bastante, a credibilidade do Brasil no exterior aumentou e os ingressos de empréstimos externos, nos últimos anos, têm sido de proporções bem mais vultosas do que as registradas no passado. Só em 1974, por exemplo, conseguimos cerca de 5 bilhões de dólares em empréstimos financeiros e mais cerca de 2 bilhões em *supplier's credits* e em empréstimos de agências internacionais como o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, etc.

Por outro lado, também temos procurado introduzir inúmeros aperfeiçoamentos no sistema de crédito a curto prazo. O *open market*, iniciado por volta de 1970, mostrou-se um regulador extremamente importante da liquidez do sistema bancário e agora, mais recentemente, introduzimos um instrumento mais poderoso, que é o refinanciamento compensatório. O crédito agrícola expandiu-se, nos últimos anos, a taxas muito grandes, e a combinação de uma política elástica de crédito agrícola com a política de suporte por meio de preços mínimos vem permitindo uma expansão da agricultura a taxas bastante favoráveis. Acredito que, em linhas gerais, temos conseguido algumas coisas muito importantes e o panorama do financiamento do desenvolvimento brasileiro é hoje incrivelmente melhor do que aquele existente há dez anos. Ainda alguns eventos merecem constatação: a criação, através do BNDE, de empresas como a Fibase, a Embramec e a Ibrasa, que se destinam a suplementar poupanças privadas, tomando participações minoritárias, sob a forma de ações preferenciais, em empresas privadas.

No que diz respeito ao mercado de ações, há vários estudos para criação de investidores institucionais. Seriam um desenvolvimento do seguro de vida, fundos de pensão, possivelmente participação de capital estrangeiro nas bolsas, através de sociedades de investimento, e assim por diante. Parece-nos importante, também, que a reforma da Lei das Sociedades Anônimas venha a gerar maior garantia para os acionistas minoritários e, em consequência disso, estimular a colocação de ações junto ao público.

Creemos também que, na área dos bancos de investimento, ainda há o que fazer, no sentido de criar operações interbancárias que permitam prazos mais longos de operação. Evi-

dentemente, todos esses aperfeiçoamentos se vão desenvolvendo com o correr do tempo. O que é importante notar é que já conseguimos alguma coisa relevante e que o próprio instituto da correção monetária tem servido como um forte estímulo à poupança nacional.

Também no que diz respeito às contas das entidades públicas, é importante observar que o Governo, por meio de seu orçamento, é um gerador de poupanças em escala apreciável. No passado, a poupança governamental era extremamente pequena, em decorrência do fato de que a quase totalidade das receitas era então absorvida por despesas correntes. Hoje há um saldo bastante apreciável absorvido em investimentos.

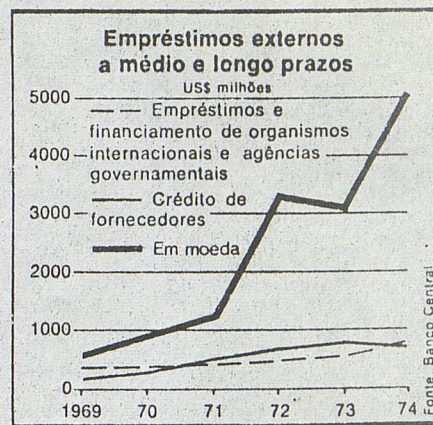
**Visão** — Como avalia a atuação do sistema financeiro privado?

**Simonsen** — A dimensão do sistema financeiro privado se tem expandido bastante nos últimos anos, não a ponto de, evidentemente, permitir que se dispense a participação das instituições financeiras públicas. Claro que o Banco do Brasil, o BNDE, a Caixa Econômica Federal e vários bancos estaduais desempenham um papel extremamente relevante. Portanto, temos de basear-nos num sistema financeiro misto. Seria absolutamente indesejável a estatização do crédito, mas pareceria utópico pensar que poderíamos, nesta altura, dispensar as instituições estatais. O crédito agrícola, para citar um exemplo, é fundamentalmente suportado pelo Banco do Brasil, ainda que se venha registrando, por intermédio da Resolução 69, uma contribuição importante dos bancos comerciais privados.

**Visão** — O sistema financeiro privado tem assumido os riscos do desenvolvimento tanto quanto poderia — ou deveria? Tem condições para isso?

**Simonsen** — Há projetos de grande risco e, ao mesmo tempo, de grande dimensão, que fatalmente têm de ser financiados por entidades públicas. Não chegamos, evidentemente, à dimensão dos bancos americanos, que são tão grandes que podem, dentro de margens razoáveis de diversificação dos riscos, financiar adequadamente certos grandes projetos. Em outras palavras: para eu poder financiar prudentemente um grande projeto que envolva certa dose de risco, é necessário que eu tenha uma escala descomunal, que comporte esse projeto como uma pequena fração do meu ativo. Evidentemente, poucos bancos brasileiros chegaram a essa escala. Mas creio que os bancos privados brasileiros têm desempenhado seu papel de maneira satisfatória.

O que se poderia dizer sobre o assunto é que, na área dos bancos de investimento, seria desejável que os prazos se estendessem mais do que hoje, sobretudo quando as fontes dos recursos são fontes em cruzeiros. Todavia, para termos esse tipo de operação, é essencial que os títulos de prazo longo possam ter uma circulação maior, que as operações de empréstimos a prazos longos possam ser negociadas com razoável segurança por parte dos bancos. Isso fundamentalmente exige dois tipos de medida, que andam em estudo pelas autoridades monetárias: a criação de liquidez para os títulos de prazos mais longos — debêntures e certificados de depósitos — e o desenvolvimento de operações interbancárias que permitam negociações não apenas de curto prazo, como já se faz com os cheques BB, mas que também os certificados de médio prazo sejam transacionados entre bancos, inclusive com a intervenção do Banco Central.



**Visão** — Dado que os juros são tabelados, e que a demanda de recursos tende provavelmente a superar a oferta, os bancos não são naturalmente levados a reduzir sua disposição de correr riscos?

**Simonsen** — O tabelamento da taxa de juro foi sempre considerado provisório e algumas medidas recentes mostram que já tendemos a dar um pouco mais de flexibilidade ao sistema. É importante, todavia, que o empresário financeiro privado não se lance ao risco por aventura. O risco tem de ser aceito como base de todo sistema capitalista, porém dentro de margens adequadas de diversificação. Acho que a prudência do banqueiro é absolutamente indispensável.

**Visão** — Existem projetos de mudança da Lei Bancária?

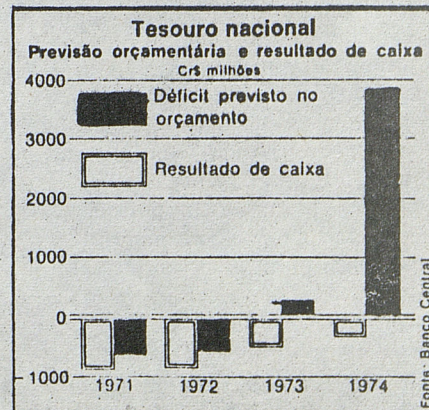
**Simonsen** — Há idéias nesse sentido. A Lei 4.595 foi feita dez anos atrás e hoje, realmente, a experiência recomenda algumas alterações. A primeira diria respeito à própria divisão de atribuições entre o Banco Central e o Banco do Brasil. Hoje, o Banco do Brasil atua na compensação de cheques, que deveria ser normalmente uma função do Banco Central. Além disso, os cheques BB deveriam ser cheques BC. A caixa própria do Banco Central deveria estar com o Banco Central. Coisas dessa natureza deveriam ser reestudadas. Isso não significaria, de jeito nenhum, um esvaziamento do Banco do Brasil. Simplesmente haveria uma troca de contas. Os recursos passariam a ser do Banco Central, mas este reempresaria o correspondente ao Banco do Brasil, por meio de um mecanismo equivalente ao refinanciamento compensatório.

**Visão** — Com esse reempréstimo do Banco Central, como ficaria a situação de caixa do Banco do Brasil?

**Simonsen** — Dentro das previsões do orçamento monetário, não se alteraria, mas hoje a situação já é assim. O Banco do Brasil não funciona como um banco comercial normal.

**Visão** — Não parece um tanto patológico que, num país como o Brasil, a rede bancária necessite de "estímulos" para apoiar as atividades rurais?

**Simonsen** — Não chega a ser patológico por uma razão: a agricultura, no Brasil, tem uma grande dispersão geográfica, e, para o setor



bancário, é geralmente mais interessante operar em áreas onde haja uma grande concentração de atividades. Portanto, praticamente seria muito pouco realista pensarmos que, de um momento para outro, os bancos comerciais iriam dispor-se a financiar a agricultura nos montantes necessários. Então, seguimos duas linhas: uma, que foi historicamente a original, consistiu em desenvolver o Banco do Brasil como um grande banco agrícola; e a outra, exatamente no sentido privatizante, é representada pelas disposições da Revolução 69, que criou estímulo para que os bancos comerciais privados fossem para a agricultura. O estímulo é fortíssimo, pois a alternativa é o recolhimento compulsório.

**Visão** — Quais as perspectivas de que as bolsas venham a desempenhar um papel mais importante no sistema de captação e canalização de poupanças?

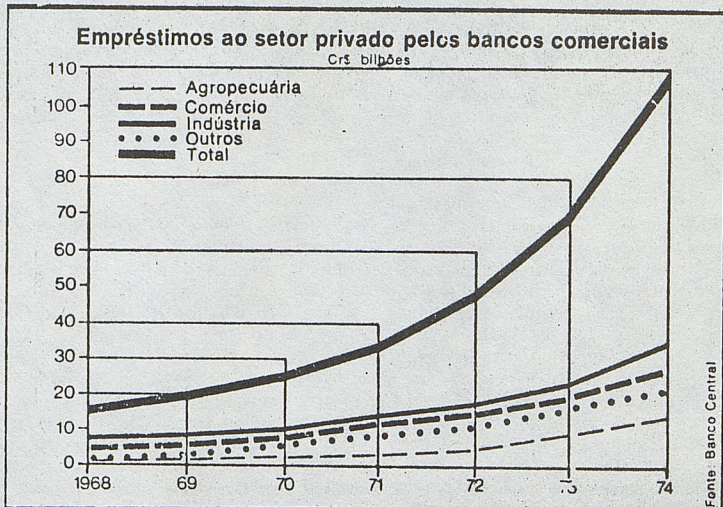
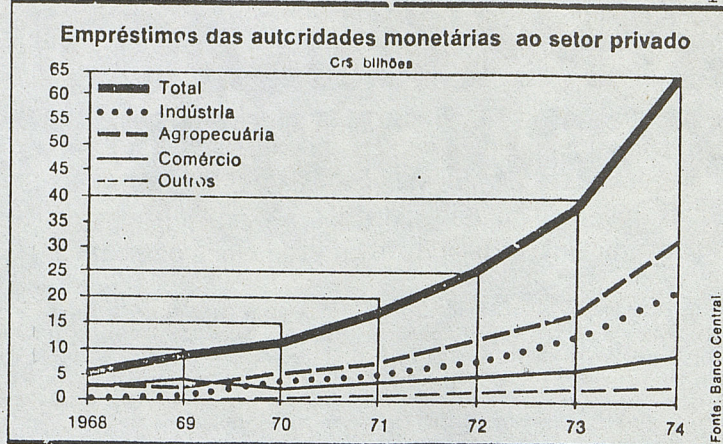
**Simonsen** — O Governo está procurando tomar medidas cautelosas para que esse mercado frutifique. São medidas que não podem ser tomadas da noite para o dia. Já tomamos uma providência, de caráter "emergencial" e de sentido privatizante, proibindo as empresas estatais de lançarem este ano, nas bolsas, ações a subscrição. Temos também três projetos importantes para as bolsas: dos fundos de pensão, de sociedades de investimento com participação de capital estrangeiro e de reforma da Lei das Sociedades Anônimas. Procura-se, com tudo isso, transformar as bolsas num importante centro de captação de poupanças, que não fique apenas na euforia gerada no mercado secundário.

**Visão** — Medidas "emergenciais" como essa voltarão a ser necessárias?

**Simonsen** — Medidas de emergência são sempre necessárias e imprevisíveis a longo prazo. Ninguém pode fazer política econômica imaginando que em momento algum essa política necessitará ser complementada por medidas de ordem tática.

**Visão** — Independentemente de providências desse tipo, como podem as empresas privadas ter aumentado seu poder de competição, em bolsas, quando comparadas com as empresas do Estado?

**Simonsen** — Isso dependerá, fundamentalmente, também do comportamento das empresas privadas que têm suas ações cotadas em bolsa. Nós estamos, na parte do Governo, fazendo força para que as preferências dos investidores se destinem às empresas privadas. Mas é necessário, também, que elas cuidem da liquidez e do prestígio de suas ações. Prestígio é algo



que decorre da liquidez, da ausência de manobras especulativas, da distribuição regular de dividendos.

isto é, não funciona a partir de sua caixa, mas com base no que foi fixado no orçamento monetário.

**Visão** — A submissão do Banco do Brasil ao orçamento monetário representou uma mudança em sua condição de competitividade diante dos bancos privados?

**Simonsen** — Se houve alguma alteração, deve ter sido no sentido de restringir essa competitividade, mas não houve tempo para aferir esse resultado.

**Visão** — O setor bancário privado tem financiado a agricultura principalmente por causa da Resolução 69. É mau negócio financiar a agricultura?

**Simonsen** — Não, não é mau negócio. Mas é claro que, se a taxa de financiamento é uma taxa preferencial, e se a necessidade de financiar a agricultura impõe uma extrema dispersão de agências, é necessário conceder alguns incentivos a fim de que os bancos comerciais realmente se interessem por esse tipo de operação.

## O governo volta a estimular as bolsas

EXAME, ABRIL 1975

Durante todo o mês passado, o governo divulgou medidas, estimulou debates e se debruçou sobre estudos que, reunidos, levam a uma certeza: os ventos da política econômica voltam a soprar, vigorosamente, para os lados do fortalecimento de uma economia de mercado. De fato, é correto imaginar que o governo tenha decidido reabrir às empresas privadas todas as portas necessárias para promover a expansão dos negócios. E, conseqüentemente, permitir que as empresas desempenhem, satisfatoriamente, o seu fundamental papel de agentes do desenvolvimento.

Entre essas medidas, as mais expressivas foram: 1) Reduzir a taxa de juros dos financiamentos concedi-

dos pelo BNDE, BNH e Caixa Econômica; 2) Adotar a política administrativa de lucro zero, nesses órgãos; e 3) Anunciar a futura formação de sindicatos de bancos de investimento para o financiamento a longo prazo de projetos de grande porte, até agora somente possível nos organismos oficiais.

Com essas decisões, o governo abriu, para as empresas, algumas comportas que se encontravam praticamente fechadas, em virtude do alto custo do dinheiro dos financiamentos concedidos. Porém, não ficou apenas nisso. Coerente com o objetivo de conceder às empresas privadas campo fértil para a semeadura de planos de expansão compatíveis com o inquestionável estímulo

dos lucros e o não menos importante crescimento da economia, o governo acelerou os estudos e tomou outras medidas que, em prazo relativamente curto, possibilitarão o ressurgimento de um instrumento indispensável para essa tão desejada expansão: a bolsa de valores.

**Devolver funções.** Não é preciso exercitar exaustivamente os mecanismos do raciocínio para se perceber que, sob a orientação do ministro Mário Henrique Simonsen, os técnicos do governo se acham, nesse momento, empenhados em elaborar fórmulas capazes de devolver às bolsas as funções que — bem ou mal — elas desempenharam há quatro ou cinco anos.

Em primeiro lugar, poucos discordam de que a captação de recursos no mercado acionário é uma das formas mais naturais e, o que é importante, mais baratas para as empresas obterem recursos. Em segundo lugar,

parece que não subsistem mais dúvidas de que só com um mercado secundário (de bolsa) fortalecido é possível promover novos lançamentos no mercado primário, como afirmou Simonsen na posse do Conselho de Desenvolvimento da Bolsa do Rio. E, finalmente, consolidou-se a convicção de que uma bolsa cresce e se desenvolve na razão direta da atuação maciça de variados investidores efetivamente institucionais: suas aplicações se fazem de modo gradual e regular, a longo prazo, visando muito mais os rendimentos proporcionados pelas empresas, ao longo do tempo, do que ganhos rápidos em função das oscilações das cotações.

Quais são os fatos que permitem acreditar que o governo pretende transformar as bolsas em instrumentos essenciais de sua política? O primeiro indício foi dado com a divulgação do anteprojeto da nova lei das sociedades anônimas. Ele dedica atenção especial às bolsas, não só nos capítulos operacionais — criação de novos papéis de negociação menos complexa — como na defesa do acionista minoritário e nas funções que destina, no mercado, aos bancos de investimento (ver EXAME n.º 89/março de 1975).

Depois, a proibição de que algumas das maiores empresas estatais — Banco do Brasil, Petrobrás, Vale do Rio Doce, Banco do Nordeste e Eletrobrás — fizessem chamadas de capital no mercado, em 1975 (ver as conseqüências dessa medida para o investidor individual na página 13). Alguns vêem nessa medida uma intenção exclusivamente política, fruto do debate sobre a estatização da economia. Porém, se é inegável que a medida obedece a inofensível decisão política, não é menos verdadeiro que, em 1975, por causa dessa limitação imposta às empresas do Estado, o mercado contará com recursos adicionais bastante superiores ao saldo, no final de 1974, do único investidor verdadeiramente institucional a operar na bolsa brasileira — os fundos 157 (o saldo dos fundos, em 1974, atingiu 2,5 bilhões de cruzeiros, enquanto as chamadas de capital das quatro empresas estatais chegaram a 3,5 bilhões).

**Recursos externos.** Ao mesmo tempo, ultimou-se a regulamentação da entrada de recursos externos nas bolsas brasileiras. Além dos recursos que eventualmente possam desembocar nas bolsas, as sociedades de investimento que administrarão esses recursos trarão para o mercado um sub-produto tão valioso quanto o próprio dinheiro: suas aplicações, naturalmente, obedecerão a critérios rigorosamente técnicos, obrigando os demais agentes que operam no mercado a voltar a trabalhar segundo princípios religiosamente profissionais o que, provavelmente, não acontece, no mercado brasileiro, há muitos anos.

Quanto ao capital que inicialmente será investido, não se pode fazer mais do que especular. Comenta-se que alguns grupos financeiros internacionais, já instalados no Brasil, estariam dispostos a investir, de saída, cerca de 250 milhões de dólares — fala-se que o City Bank traria 100 milhões de dólares; o Banco Lar Brasileiro, subsidiário do Chase, 50; o Brascan, 40; o Banco de Boston e recursos administrados pelo Denasa, 30 milhões cada um. Na verdade, pode-se dizer que, agora, a conjuntura financeira internacional passou a ser mais favorável a tais investimentos: 1) As taxas de juros nos mercados mundiais estão baixas; 2) As principais bolsas internacionais, nos últimos três meses, apresentaram uma sensível elevação nos seus índices de preço de ações. Em Londres, em meados de março, o índice situava-se menos de 100 pontos abaixo do máximo de 1974 e quase 150 pontos acima do mínimo do mesmo ano. Em Nova York, o quadro era praticamente o mesmo. Ou seja, os P/Ls das ações das grandes bolsas internacionais tornaram-se menos atraentes.

De outro lado, existem, porém, dois fatores que pesam negativamente: 1) A situação do balanço de pagamentos do Brasil. É um dado que, certamente, influenciará a decisão de investidores estrangeiros, já que a aplicação será convertida em cruzeiros, quando entrar, e reconvertida na moeda de origem, quando se retirar; e 2) A forma encontrada para permitir a entrada dos recursos externos, as sociedades de investimento — uma espécie de fundo mútuo que não distribui cotas, mas ações — é uma forma desgastada, no exterior. Hoje, boa parte das sociedades de investimento que operam nas bolsas mundiais estão com suas ações cotadas abaixo de seu valor patrimonial.

Esse segundo fator, contudo, não deverá influir demasiadamente nas decisões dos investidores estrangeiros. Na verdade, findo o prazo mínimo de permanência — três anos, com resgates semestrais de 20%, a partir desse prazo — as SIs poderão comprar as próprias ações, garantindo a auto-liquidez.

Em resumo, as limitações impostas à entrada de recursos externos nas bolsas — há ainda uma tabela progressiva para tributação dos dividendos remetidos, essencialmente semelhante à atual lei de remessas de lucros para investimentos diretos — “não são, nesse momento, proibitivas”, como acha Roberto Teixeira da Costa, vice-presidente do Banco de Investimento do Brasil (BIB), talvez um dos profissionais do mercado de capitais mais bem informados sobre a disposição de grupos financeiros internacionais em investir nas bolsas brasileiras.

Outras armas. No seu arsenal de investidores institucionais, além dos

157, já existentes, e das SIs que administrarão, recursos externos — serão sociedades de capital autorizado, o que significa que, de acordo com o anteprojeto da nova lei das SAs terão, obrigatoriamente, conselhos de administração —, o governo ainda guarda algumas armas talvez mais poderosas. Uma delas é a regulamentação dos fundos de pensão e montepios.

O estudo sobre esse assunto já ocupa uma volumosa pasta, na qual ainda coabitam informações variadas sobre o número de fundos e montepios em operação no país, além de sugestões sobre a melhor maneira de assegurar a distribuição mais conveniente da fantástica soma de recursos que já reuniram e que são estimadas em cerca de 70 bilhões de cruzeiros ao fim de cinco anos de implantação oficial do sistema. Alguns técnicos do setor privado e do governo admitem que os fundos de pensão — que são os maiores investidores institucionais das bolsas americanas, por exemplo — poderão colocar de 15 a 20% do total de seus recursos em papéis negociados em bolsa.

Segundo cálculos aproximados, esses 15 ou 20% representariam hoje, cerca de 5 bilhões de cruzeiros. A intenção do governo, pelo que se pode concluir dos estudos em andamento, é elaborar uma legislação de certa forma rígida, uma vez que os fundos de pensão têm como principal objetivo a formação de um patrimônio. Assim, a sua carteira, na parte referente à bolsa, seria composta por ações de empresas com grande tradição no pagamento de dividendos (empresa de energia elétrica, por exemplo). Além disso, a liquidez será uma condição básica para a formação das carteiras dos fundos de pensão.

**Seguradoras.** Se não bastassem as medidas e estudos para permitir a entrada de recursos externos, proibir as subscrições de empresas estatais, regulamentar as aplicações dos fundos de pensão e montepios, diminuindo substancialmente em dinheiro para as bolsas, os técnicos do governo prometem, ainda para este semestre, concluir os estudos para modificar algumas das regras que regulam as aplicações das reservas técnicas das seguradoras — dinheiro reservado para saldar compromissos assumidos e compromissos futuros.

Uma importante mudança deverá ser introduzida: as seguradoras passarão a ser autorizadas a manter em suas carteiras de ações papéis que, nos últimos 18 meses, tenham apresentado cotação média inferior ao valor nominal. Além disso, estuda-se a ampliação do teto da aplicação em ações das reservas técnicas, atualmente limitado a 30% das reservas não comprometidas.

Contudo, não será suficiente ampliar o teto de aplicação em ações ou abolir a restrição com relação à co-

tação média das ações para que, efetivamente, as seguradoras exerçam sua função institucional no mercado acionário — como exercem nos países mais desenvolvidos. Tradicionalmente, elas concentram suas aplicações em títulos do governo e em imóveis (do total de 2 bilhões de reservas técnicas em 1973, 576,8 milhões foram colocados em ORTNs, contra 302 milhões em ações de empresas de capital aberto, sem contar os investimentos em imóveis).

Uma explicação para esse fato é a de que as seguradoras, pela própria legislação que as rege, aplicam suas reservas em investimentos excessivamente variados — são aproximadamente vinte tipos. Dessa maneira, seria extremamente caro manter um indispensável corpo técnico, voltado, exclusivamente, para a administração de uma carteira de ações.

A solução de um problema dessa natureza talvez não seja difícil de ser encontrada. Um grupo de analistas do Banco Itaú, num estudo publicado pela revista da Associação Brasileira de Analistas do Mercado de Capitais (Abamec), propôs a criação de sociedades de investimento — como as que administrarão os recursos estrangeiros — para orientar as aplicações das seguradoras, em bolsa.

50 milhões por dia. Há, ainda, a possibilidade — em prazo menos longo do que muitos imaginam — de o governo aplicar uma parcela dos recursos do PIS e do PASEP na bolsa. Segundo um técnico do governo, essa possibilidade esbarra na falta de um instrumento adequado para efetuar essas aplicações. De um lado, a aplicação direta poderia levar o governo a “transformar a bolsa num open market, ditando preços de compra e de recursos que seria aplicado”, de recursos que seriam aplicado”. De outro, os fundos de investimento, que passam por um mau momento, “não remunerariam adequadamente os beneficiários dos programas governamentais”. Porém, mesmo que essa hipótese não se concretize, a ativação dos diversos investidores institucionais pretendida pelo governo poderá gerar, este ano, recursos superiores a 12 bilhões de cruzeiros.

Isso significa recursos adicionais de aproximadamente 50 milhões de cruzeiros, para cada dia útil de operação das bolsas. Uma importância equivalente à que é movimentada hoje, por dia, em conjunto, pelas bolsas do Rio e de São Paulo — as duas maiores do país.

## “Se a lei das SAs não for aprovada, é melhor fechar o país”

EXAME, MAIO 1975

O que pode acontecer quando as empresas não contam com um instrumento eficaz para captar recursos não exigíveis? Obviamente, são três os caminhos que elas podem seguir: 1) Crescer apenas através da incorporação de recursos próprios — um processo, em geral, lento; 2) Crescer através do endividamento; e 3) Simplesmente não crescer.

É natural, portanto, que as empresas brasileiras, nos últimos anos, tenham procurado recorrer à segunda alternativa. Afinal, deixar de crescer é um caminho muito pouco atraente para qualquer empresário. E crescer, apenas, pela incorporação de lucros é uma política acessível apenas para empresas especiais e momentos especiais. O que, então, poderá ocorrer a longo prazo?

Segundo o professor Octávio Gouvêa de Bulhões, “a situação deve revelar-se insustentável”. E, assim, é fundamental que seja aprovada a nova lei das sociedades anônimas e que passe a operar a Comissão de Valores Mobiliários — uma espécie de *Securities Exchange Commission* (SEC), dos Estados Unidos —, órgão que, segundo o anteprojeto da lei das SAs, deverá orientar o desenvolvimento do mercado acionário.

A seguir, a entrevista exclusiva de Gouvêa de Bulhões a Marcus Neves, de EXAME, na qual ele defende esse ponto de vista.

**EXAME — Se o projeto da lei das sociedades anônimas não for aprovado, não é melhor fechar a bolsa?**

**Bulhões — Não.** Nesse caso é melhor fechar o país.

**EXAME — Por que?**

**Bulhões —** Temos observado que as empresas médias e pequenas, e mesmo as grandes, encontram grande dificuldade na obtenção de capital. Há uma desconfiança em relação à aquisição de ações. E porque há essa desconfiança, as empresas não conseguem lançar seus títulos. Por isso, voltam-se para o crédito, uma situação que, a longo prazo, deve revelar-se insustentável.

**EXAME — Como?**

**Bulhões —** O crédito nunca vai poder, efetivamente, substituir o capital acionário. Primeiro, porque enfraquece a estrutura financeira da em-

presa. E, segundo, porque tende a agravar, ainda mais, a tendência inflacionária.

**EXAME — Como será possível eliminar a desconfiança em relação à compra de ações?**

**Bulhões —** Se criarmos um órgão capaz de examinar a situação das empresas de maneira imparcial — em conjunto com o Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IB-MEC) —, teríamos encontrado uma forma de quebrar essa desconfiança e reabilitar as empresas capazes de oferecer bons títulos ao público. Nessa lista de empresas, poderiam figurar tanto as pequenas como as médias e grandes empresas. Esse órgão seria a Comissão de Valores Mobiliários.

**EXAME — Quais seriam as principais tarefas da Comissão de Valores Mobiliários?**

**Bulhões —** A primeira missão seria a de avaliar a idoneidade das empresas que pretendem recorrer à poupança do público, através dos balanços e informações sobre a conduta da diretoria, projetos de investimento e outros dados. Isso permitiria à Comissão avaliar o mais corretamente possível a capacidade econômica e financeira das empresas. Um outro ponto seria o entendimento entre a Comissão, bolsas, bancos e fundos de investimento, para a avaliação das carteiras das entidades financeiras e das perspectivas de movimento dos títulos. No momento atual, sem sombra de dúvida, no entanto, órgãos como o Conselho de Desenvolvimento da Bolsa do Rio de Janeiro é que deverão fazer esses estudos preliminares, submetendo-os à consideração do Banco Central, em estreita cooperação com os redatores da lei das sociedades anônimas.

*“Alguma autonomia para a Comissão”*

**EXAME — A Comissão deveria ser uma instituição autônoma, com assento, por exemplo, no Conselho Monetário Nacional ou deveria estar subordinada ao Banco Central? Nesse segundo caso, ela não seria**

*apenas a Gerência de Mercado de Capitais (Gemec) disfarçada, com outro nome?*

**Bulhões —** Talvez fosse conveniente que a Comissão tivesse uma autonomia mais ou menos nos termos da pergunta. A ligação com o Banco Central, porém, é absolutamente necessária, em virtude da própria ligação entre o mercado de capitais e os bancos, bancos de investimento e fundos. Dessa forma, a Comissão não seria apenas a Gemec com outro nome. Seria muito mais: um importante elemento de ligação entre Banco Central, Bolsa de Valores e os mercados primário e secundário.

**EXAME — Ao que se sabe, a comissão de Valores Mobiliários funcionaria nos moldes da Securities Exchange Commission (SEC), instituição auto-reguladora do mercado acionário americano. Porém, mesmo com todos os poderes que a SEC detém, não conseguiu evitar algumas manobras fraudulentas no mercado. Como a Comissão brasileira deveria se preparar para evitar eventuais operações desse tipo?**

**Bulhões —** Evidentemente, não podemos copiar integralmente um sistema que não se adapte ao nosso. Mas, tudo o que for aconselhável copiar, dado o mérito de experiências positivas e favoráveis, é claro, deve ser adotado. Naturalmente, será preciso cercar a entidade de todos os cuidados para que situações desagradáveis não tenham condições de se repetir, caso aconteçam. Quanto ao que deveria ser feito para evitar tais situações, só os estudos que estão sendo feitos terão condições de apontar.

**EXAME — Como, enfim, deverá funcionar a Comissão de Valores Mobiliários?**

**Bulhões —** Infelizmente, não posso responder, de imediato, a essa pergunta. Como a Comissão será constituída e a amplitude de suas operações, são questões ainda não perfeitamente definidas. Já convocamos, porém, o Conselho de Desenvolvimento da Bolsa do Rio para fazer esses exames preliminares. Somente após uma troca de idéias inicial é que estaremos em condições de nos pronunciar a esse respeito.

**EXAME — É possível que o pró-**

*prio Conselho de Desenvolvimento da Bolsa do Rio venha a se tornar a Comissão de Valores Mobiliários?*

**Bulhões —** Tudo o que posso dizer é que a única relação entre o Conselho e a Comissão são os estudos que serão feitos. Por ora, é o que existe de concreto. De resto, só conjecturas. Possibilidades existem. Mas estas sempre existem. Uma com maior força, outras com menos. Mas existem.

**EXAME — O que seria melhor para a bolsa: recursos externos ou recursos do PIS e do PASEP?**

**Bulhões —** Obviamente, as empresas grandes, dado o seu porte, oferecem maior liquidez que as empresas de menor capital. Os investidores institucionais, contudo, embora tenham sempre cuidado com relação à liquidez, dão maior ênfase à rentabilidade. Assim, não faz grande diferença se os recursos provierem de capitais externos, fundos de pensão ou de outras fontes. O que o mercado vai necessitar é de empreendimentos que gerem renda para atender seus compromissos. Ou seja, receita em dividendos e não na forma de ganhos de capital, aliás, bem mais arriscados.

*“O afluxo de capitais externos ajudará o mercado”*

**EXAME — E o capital externo?**

**Bulhões —** Se tivermos uma Comissão de Valores Mobiliários bem organizada, o mercado poderá frutificar na variedade dos seus frequentadores: aqueles que adquirem títulos visando, exclusivamente, à rentabilidade e aqueles que procuram combinar rentabilidade e liquidez. O afluxo de capitais externos, sem dúvida, ajudará muito o desenvolvimento do mercado. As surpresas desagradáveis poderão ser evitadas pelo registro desses capitais no Banco Central e condicionando-se as transações a uma determinada disciplina à qual todos os investidores estarão em condições de aceitar.

## Entre Recife e Salzburgo

JB-30/5/75

O Sr Severo Gomes disse temer que as grandes empresas estrangeiras tragam, com o dinheiro e a tecnologia, também um modelo econômico que pode não condizer com o interesse nacional. Entende assim que, passada a hora do ingresso praticamente indiscriminado de capitais, chegou a hora de ampliar as discriminações já existentes quanto ao volume e ao tipo de associação, quanto à proibição de pagamento de royalties de filiais a matrizes e ao controle das taxas de assistência técnica e dos faturamentos de exportação e importação. Os novos controles visariam sobretudo à qualidade dos investimentos que não mais deveriam se dirigir a um mercado suscitado artificialmente e à margem das tradições sociais, culturais e econômicas do país, mas integrados numa tradição que haverá de levar em conta desde a matéria-prima disponível até a mão-de-obra e aos hábitos locais de consumo.

Alega o Sr Severo Gomes que a Comissão de Desenvolvimento Industrial, vinculada ao seu Ministério, depois da fase compreensível de aprovar o maior número de projetos que importassem no ingresso de dinheiro, passou a atuar sob normas de planejamento de modo a selecionar, sob o ângulo acima aludido, os projetos condizentes com um modelo nacional em franca elaboração. Como se sabe, o Ministro da Indústria e do Comércio, além de se esforçar por esse controle, está em plena ofensiva a fim de obter transferência de tecnologia em caráter definitivo — com a interrupção do pagamento de royalties — como no caso da indústria farmacêutica. Preconiza ele a compra da tecnologia pelo Governo para fornecimento a indústrias privadas nacionais que se proponham a reconquistar o perdido mercado de remédios e drogas. Não sendo assim um xenófobo ou um adversário do investimento estrangeiro, o Sr Severo Gomes define uma linha de autodefesa ou de neo-nacionalismo que não corresponde à ortodoxia do processo econômico implantado pela Revolução desde os tempos do Embaixador Roberto Campos e vitoriosamente prosseguido pelo Ministro Delfim Neto. A essa linha, como se sabe, filia-se o Ministro Simonsen.

Não se pode falar em cisão dentro do comando da política econômico-financeira do Governo, mesmo porque, ao lado das notórias divergências, tem cabido ao Presidente da República a decisão dos conflitos e a definição das diretrizes. Mas parece evidente que rumos divergentes se esboçam e poderão prosperar a despeito do seminário de Salzburgo, tudo dependendo evidentemente da sensibilidade dos grupos internacionais para situarem seus investimentos fora da margem de risco que começa a ser delimitada dentro do Governo. Carlos Castello Branco

# País quer a estabilidade

Da Sucursal de BRASÍLIA

O balanço de pagamentos do Brasil com o resto do mundo retornará à sua posição superavitária, em futuro próximo, devendo apresentar ainda no corrente exercício saldo deficitário abaixo de um bilhão de dólares, conforme estimativas oficiais, que confirmam ou melhoram previsões feitas no início do ano. Tais estimativas se fundam no acompanhamento quase que diário das contas do balanço, pelas autoridades monetárias. Em 1974, o déficit foi de US\$ 1.049 milhões. Este valor, tendo em vista a utilização de alguns dados preliminares, ainda pode ser reajustado. Mas não se espera grande diferença, para mais ou para menos.

Com as novas estimativas, transcorrido o primeiro trimestre do exercício, reafirma-se a previsão de exportação de mercadorias no valor global de US\$ 10 bilhões. Embora não se divulgue a nova estimativa de importações, chega-se à conclusão de que o seu valor não vai muito além dos US\$ 12 bilhões. O ministro Mário Henrique Simonsen afirma

que este ano o déficit na balança comercial deverá ter idêntico à metade do que se registrou em 1974. No exercício passado, o Brasil importou mercadorias no valor total de US\$ 12.530,5 milhões e a balança comercial apresentou um saldo deficitário de US\$ 4.562,8 milhões.

Contidas as importações e incrementadas as exportações, como está ocorrendo, os resultados das trocas de mercadorias com o exterior se comportariam como prevê o ministro da Fazenda. No primeiro trimestre deste ano, nossas exportações cresceram 40,88 por cento em relação a igual período de 1974. Exportamos, de janeiro a março, US\$ 2.014.281.000,00 (FOB).

O principal trunfo para conquista dessa redução de déficit nas trocas de mercadorias com o resto do mundo, como se informa oficialmente, é a política de contenção das importações, de modo geral, e, particularmente, das compras externas pelo setor governamental. Este inclui, além dos órgãos da administração direta, as autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista. As compras externas realizadas por esse setor representam quase a metade das

ESP-11/5/75  
Importações globais do País e foram reduzidas de 10 por cento, segundo informação do próprio ministro da Fazenda.

Em busca desse equilíbrio na balança comercial, o governo proibiu o setor governamental de fazer qualquer importação direta de bens de consumo e de adquirir, no mercado interno, bens de consumo importados. Mesmo que no decorrer deste ano a entrada de capitais, em forma de empréstimos de médio e longo prazos e de investimentos diretos, não alcance os cinco bilhões de dólares, o balanço de pagamentos poderia apresentar saldo deficitário abaixo de um bilhão de dólares. Na hipótese menos otimista, seria pouco superior a cinco bilhões de dólares o déficit em conta corrente, que inclui os resultados das transferências de mercadorias e serviços e das transferências unilaterais. Em janeiro último, as reservas do País totalizavam US\$ 4.989,5 milhões, assim discriminadas: ouro, US\$ 56 milhões; Direitos Especiais de Saque (DES), US\$ 202 milhões; "tranche-ouro" no Fundo Monetário Internacional US\$ 140 milhões e divisas convertíveis, US\$ 4.591,2 milhões. A dívida externa girava em torno de US\$ 20 bilhões.

## Importação sofre nova restrição

ESP-13/5/75

Decreto assinado pelo presidente da República estabelece que dependerá de prévia "manifestação ou decisão aprobatória dos ministros da respectiva jurisdição" a apresentação, à Cacex, dos pedidos de importação de equipamentos, máquinas e matérias-primas, de interesse dos órgãos e entidades da administração federal direta e indireta, inclusive fundações, independentemente do tratamento fiscal ou cambial a que tiverem direito.

Essa nova restrição à importação de bens de capital por parte do poder público, que vigorará até o dia 31 de dezembro do corrente ano, afetou principalmente as grandes empresas estatais, como a Petrobrás, Companhia Vale do Rio Doce e Eletrobrás, que até então importavam equipamentos sem qualquer consulta aos Ministérios de sua jurisdição.

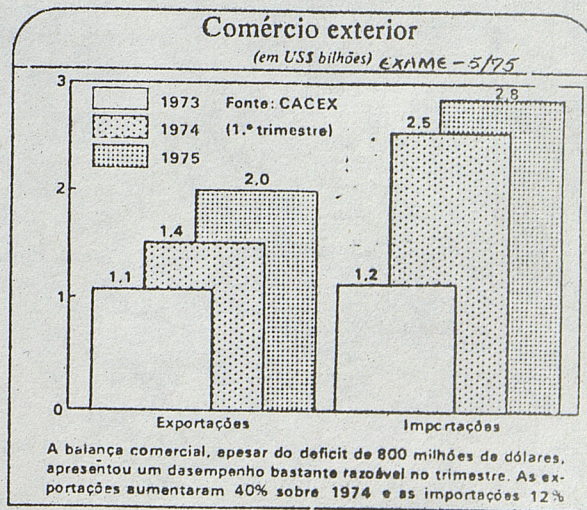
Significa também a centralização, na mais alta cúpula do Executivo — o escalão ministerial — das responsabilidades para a importação de máquinas e equipamentos para as empresas estatais. Essa importação, segundo adverte o decreto do general Ernesto Geisel, terá de

conter-se nos limites fixados pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico, ou seja, 5,2 bilhões de dólares.

De acordo ainda com o decreto presidencial, a determinação aplica-se a qualquer importação que seja pretendida, independentemente de sua qualidade ou origem, devendo a aprovação e a emissão de guia de importação, pela Cacex, ser

obtida obrigatoriamente antes do embarque no Exterior.

Caberá aos ministros da Fazenda, Indústria e do Comércio, Minas e Energia, Planejamento, Marinha, Exército, Aeronáutica, Transportes, Comunicações e Previdência Social atuar de acordo com as normas estabelecidas para a importação de bens de capital pelo poder público.



# PERSPECTIVAS DO MERCADO PARA SEIS PRODUTOS AGROPECUARIOS

EXAME ABRIL 1975

Já não restam muitas dúvidas de que 1975 será um ano difícil para os exportadores de matérias-primas — exceto, é claro, para os exportadores de petróleo, ainda que, mesmo para eles, a situação já tenha sido mais favorável. Difícil porque, com raras exceções, os preços estão em baixa. Difícil, também, porque os importadores procuraram compensar o impacto do aumento dos preços do petróleo diminuindo as importações de matérias-primas menos essenciais. No momento, o único trunfo, de fato, poderoso dos exportadores é que os estoques dos importadores estão, em geral, baixos.

Para o Brasil, em particular, a dificuldade se agrava na medida em que será preciso aumentar substancialmente as exportações, este ano, para que não se repita o déficit da balança comercial de 1974: 4,5 bilhões de dólares. E as matérias-primas se responsabilizam por aproximadamente 60% das exportações brasileiras. Portanto, os claros indícios de que 1975 poderá ser um ano particularmente crítico reforçam a impressão de que o Brasil deve rever a estratégia que tem adotado, até agora, para aumentar suas exportações de produtos primários, procurando adaptá-la a uma conjuntura nova e muito mais complexa.

Quais devem ser os componentes básicos dessa nova estratégia?

Em primeiro lugar, num mercado difícil obterá melhores resultados quem souber vender melhor. E, como admitiu o próprio presidente Geisel, numa recente conversa com cafeicultores em Londrina (PR), o Brasil sabe produzir, mas não sabe vender. Assim, é fundamental que se adicione (ou se volte a adicionar) à estratégia brasileira alguns princípios básicos do manual do bom vendedor. Quais são eles?

1) **Conservar os clientes.** É preferível vender menos ou vender mais barato do que perder o cliente para um concorrente. E foi exatamente isso o que aconteceu, por exemplo, com o café. Para não vender a preços menores, o Brasil perdeu a sua posição de maior exportador de café para os Estados Unidos — o maior importador. Resultado: embora as importações americanas tenham diminuído de 11,7%, em 1974, em relação a 1973, a participação brasileira no mercado americano caiu de 31,4%. Ou seja, outros produtores — como a Colômbia, Angola e Indonésia — ocuparam o espaço deixado pelo Brasil no mercado americano.

2) **Vender, apesar de tudo.** Deixar de vender num determinado momento para tentar vender a preços eventualmente melhores no futuro é uma estratégia perigosa principalmente num mercado como o de produtos primários, em que foram poucas as vezes — o ano de 1973 foi uma exceção — em que os produtores ditaram as regras — e o petróleo é uma segunda exceção. Deixando de vender o café — para tentar vender mais caro —, o Brasil não impediu que os preços caíssem. E acabou vendendo menos e a preços menores, com a agravante de ter perdido a liderança do mercado, o que poderá acarretar sérias dificuldades quando for renegociado o Acordo Internacional do Café, em junho (ver matéria sobre o café).

3) **Se possível, vender a bom preço.** Bom preço é o melhor preço, mas não necessariamente o mais alto. Os picos de preços, assim como as grandes quedas, não costumam durar muito tempo, por força das próprias leis do mercado. O importante é o preço médio, como nas bolsas de valores. Se todo mundo conseguisse comprar na baixa e vender na alta, as bolsas simplesmente não existiriam, porque seu papel é justamente regular o mercado. No ano passado, o governo impediu que fossem feitos contratos de exportação de soja para entrega este ano, com preços pré-fixados (ver matéria sobre a soja), porque acreditava que os preços iriam subir. Os preços, porém, caíram. Mesmo que voltem a subir, não teria sido mais interessante garantir a colocação antecipada de uma parte da safra para tentar vender o restante da safra a preços melhores este ano?

4) **Tomar decisões rápidas.** O mercado de matérias-primas é extremamente sensível a um grande número de fatores incontroláveis: fatores climáticos, boatos, mudanças na conjuntura internacional, alterações cambiais, etc. Portanto, é um mercado que exige do vendedor e do comprador extrema rapidez. E isso força um certo grau de autoritarismo na tomada de decisões. Ou seja: no mercado de commodities não há lugar para decisões colegiadas, sob pena de se deixar de fazer, hoje, um bom negócio que poderá não ser tão bom amanhã.

Nas páginas seguintes, as perspectivas do mercado, em 1975, para os seis mais importantes produtos agropecuários exportados pelo Brasil.

## Café



**Produção Mundial** - 65 milhões de sacas (de 60 kg) na safra 1973/74

**Principais Produtores** - Brasil, Colômbia e Costa do Marfim. (O Brasil responde por um terço da produção mundial).

**Principais Importadores** - Estados Unidos (21 milhões de sacas em 74); Alemanha Ocidental; França.

**Principais Exportadores** - Brasil e Colômbia. *Em 1974, o Brasil exportou 692 mil toneladas, no valor de 877 milhões de dólares.*

Preço - (cents/libra, N. York)

	Jan. 75 (média)	Fev. 75 (média)	13.3.75
Colombiano	78.77	76.08	70.25
Outros suaves	55.84	53.47	49.50
Santos 4	73.25	74.22	73.00
Robusta	54.32	52.39	49.50

Em 1974, pela primeira vez na história, o café perdeu a sua posição de principal produto brasileiro de exportação. Esse fato, por si só, não teria grande importância, a menos que fosse sintoma de uma saudável diversificação das exportações brasileiras. Ocorre, porém, que o café é, sem dúvida, o produto que melhor ilustra as dificuldades brasileiras na comercialização de suas matérias-primas. E os problemas que se abateram sobre a comercialização do café, em 1974, encerram algumas lições válidas e dignas de meditação para o mercado de commodities em geral.

O que aconteceu com o mercado do café em 1974?

Em primeiro lugar, os importadores tinham acumulado estoques superiores aos normais, em fins de 1973, tanto porque na época, antes

da crise do petróleo, os preços estavam subindo, quanto porque havia indícios seguros de que o Brasil não renovaria os chamados "contratos especiais" — uma forma de os importadores garantirem preços melhores numa compra futura (ver EXAME n.º 86, novembro de 1974, entrevista com importadores de café brasileiro).

**Uma grave imprudência.** Mas o aumento dos estoques em mãos dos importadores, fenômeno que se repetiu com a maioria das matérias primas, foi apenas *uma* das causas dos problemas que viriam depois, pois acelerou uma queda dos preços que, de qualquer forma, teria ocorrido, como consequência da crise do petróleo.

As conseqüências da queda dos preços talvez não tivessem sido tão desastrosas para o Brasil se o preço do café brasileiro tivesse acompanhado a tendência do mercado. Porém, enquanto os demais cafés (colombiano, outros suaves e robusta) caíam de preço, o café brasileiro se mantinha nos níveis anteriores — ou seja, tornava-se mais caro. Além disso, o que foi mais grave, o Brasil praticamente se afastou do mercado e, como observou Emílio Lavazza, maior torrador de café da Itália e grande importador de café brasileiro, "permanecer passivo por três ou quatro meses, no comércio internacional, é uma imprudência, cujas conseqüências são dificilmente previsíveis" (ver EXAME n.º 86).

Para o Brasil, essas conseqüências foram:

- 1) o Brasil praticamente saiu do mercado durante três meses, mas os preços caíram assim mesmo;
- 2) enquanto o Brasil deixava de vender, outros produtores, como a Colômbia, e outros países da América Central aumentaram suas vendas;
- 3) quando o Brasil voltou ao mer-

cado, os preços estavam mais baixos do que antes.

Em resumo, o Brasil vendeu menos e a preços menores. Além disso, perdeu posição em mercados importantes, como o americano, e a própria liderança do mercado.

Na verdade, pode-se dizer que o Brasil foi vítima de suas próprias ambigüidades. Um exemplo disso foram os contratos especiais. Primeiro, o Brasil anunciou que não mais faria contratos especiais. Depois voltou a fazê-los, ainda que em bases diferentes. A incerteza quanto à política de comercialização adotada pelo Brasil fez com que os importadores adiassem suas decisões, já que havia, sempre, a possibilidade de se obter maiores vantagens à medida que melhorassem as condições dos contratos especiais.

Mesmo as infrutíferas intervenções na Bolsa de Nova York acabaram beneficiando mais os concorrentes do que o Brasil: serviram, isso sim, para adiar uma queda dos preços que ajudou a quem vendeu. Mas o Brasil não vendeu.

**Correr atrás.** Atualmente, pode-se dizer que, de líder do mercado, na qualidade de responsável por um terço da produção mundial, o Brasil passou a correr atrás do mercado. E a perda da liderança poderá trazer sérias conseqüências, quando voltar a ser negociada a renovação do Acordo Internacional do Café, em junho. Enquanto o Brasil defende a manutenção das cotas vigentes até a negociação do último acordo, em 1972, os demais produtores — sobretudo africanos e centro-americanos — pretendem uma revisão das cotas, com base nas exportações realizadas entre 1972 e 1974, o que pode reduzir ainda mais a participação brasileira.

Entretanto, apesar da controvérsia sobre a fixação de cotas, a reno-

vação do acordo poderá se transformar num valioso instrumento para o Brasil recuperar a liderança do mercado. Numa conjuntura em que os preços caíram, a inexistência de acordo pode acirrar a "guerra de preços", que só beneficia o importador. A recente tentativa dos produtores de reter 20% da produção para forçar uma reação dos preços mostrou o perigo que isso representa. Enquanto o Brasil respeitou essa orientação, os produtores da América Central aproveitaram a oportunidade para aumentar suas vendas, contribuindo para derrubar mais os preços e deixar o mercado nas mãos dos consumidores.

Portanto, ainda que os importadores não venham a aceitar — como já afirmaram que não aceitarão — algumas das medidas propostas pelos produtores, como a fixação de um preço mínimo para o café, que os defenda dos efeitos da inflação mundial ou da corrosão provocada pelo aumento progressivo dos preços dos produtos industrializados, um acordo que reúna produtores e consumidores poderá trazer melhores resultados do que o atual leilão das cotações.

**Definir.** Mas a renovação do Acordo Internacional do Café não será suficiente para melhorar as condições de comercialização do café brasileiro, se não forem tomadas outras medidas, internamente. Entre elas, a mais importante é, sem dúvida, definir claramente a posição do IBC sobre a política de comercialização adotada pelo Brasil. É indispensável que o importador tenha confiança nessa política, para que não fique, sempre, à espera de preços menores ou de condições mais vantajosas. É preciso, também, dimensionar as reais necessidades do mercado, tanto interno quanto externo, e ajustar a produção interna

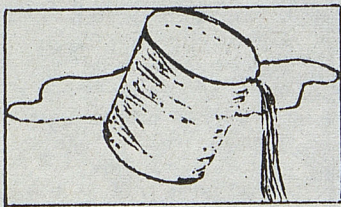
segundo essas necessidades.

Evidentemente, medidas como essas não trarão resultados imediatos. E, a curto prazo, é pouco provável que ocorram grandes alterações no mercado. Segundo alguns exportadores e o próprio presidente do IBC, não é de se esperar uma grande reação dos preços este ano, a não ser por influência de algum fator imprevisto, como uma geada, que afetasse de forma significativa a safra de um dos principais produtores.

**Estoques.** De outro lado, os exportadores queixam-se de que os atuais contratos especiais firmados pelo Brasil favorecem grandemente os importadores — na medida em que vinculam o preço do café brasileiro ao preço dos cafés centrais e africanos —, em lugar de fixar um preço mínimo para a exportação. Ainda segundo os exportadores, hoje fica mais fácil para os grandes importadores realizar operações para derrubar o preço dos cafés centrais e africanos e, dessa forma, obter preços melhores na compra de café brasileiro. Isso explicaria por que o Brasil perdeu totalmente o poder de barganha que a sua condição de maior produtor mundial lhe asseguraria, pelo menos teoricamente — inclusive o poder de determinar seus próprios preços de venda.

A rigor, só há, no momento, um aspecto favorável aos produtores no mercado do café: os estoques nos países importadores estão muito abaixo do normal, inclusive porque a manutenção de estoques elevados, como ocorreu em 1973 e até certo ponto em 1974, resultou em elevados custos financeiros, o que se agravou com a queda dos preços. Resta saber se a diminuição dos estoques levará a uma reversão da tendência baixista dos preços no segundo semestre, capaz de melhorar a participação do café nas exportações brasileiras.

## Soja



**Produção Mundial** - Atingiu 63,97 milhões de toneladas na safra 1973/74. As previsões para 1974/75 indicam uma produção de 58 milhões de toneladas.

**Principais Produtores** - Estados Unidos: 43,2 milhões de toneladas; China: 11,2 milhões; Brasil: 6,9 milhões (94% do total mundial).

**Principais Exportadores** - Estados Unidos: 18 milhões de

toneladas; *Brasil: 2,7 milhões de toneladas, em 1974, no valor de 585 milhões de dólares.*

**Principais Importadores** - Japão, Alemanha Ocidental e Países Baixos.

**Preço** - 204 dólares a tonelada, cotação de 13 de março, na bolsa de Chicago.

O Brasil é o segundo maior exportador mundial de soja (só perde para os Estados Unidos) e, além disso, conta com um ótimo trunfo no mercado internacional: a safra brasileira é comercializada justa-

mente durante o período da entressafra americana — de março a setembro. Em 1973, por exemplo, quando os preços da soja estavam em alta e a safra americana foi inferior à esperada, o Brasil exportou quase 1,8

milhão de toneladas, no valor de aproximadamente 500 milhões de dólares. Em 1974, porém, com a queda generalizada dos preços das commodities, foi preciso exportar 50% mais (2,7 milhões de toneladas)

para obter uma receita 20% maior (585 milhões de dólares), porque o preço médio caiu de 276 dólares por tonelada, em 1973, para 214 dólares por tonelada.

Este ano, calcula-se que o Brasil poderá ter um excedente exportável superior a 3 milhões de toneladas, mas o preço da soja caiu para o patamar dos 200 dólares por tonelada. Por isso, a situação está longe de ser favorável. Basicamente, tudo dependerá do comportamento da safra americana. Se a safra americana for boa — e até junho já se terá uma boa idéia a respeito — haverá poucas esperanças de que os preços melhorem.

**A qualquer preço.** Por isso, a tendência dos produtores brasileiros, no momento, é estocar a safra que está sendo colhida, até julho ou agosto, na esperança de que haja uma reação dos preços. Há, ainda, a possibilidade de o próprio governo comprar 1 milhão de toneladas de



soja, mas os produtores desejam ter o direito de recomprar a soja vendida ao governo, se os preços realmente subirem.

De qualquer forma, deixando a comercialização de boa parte da safra para o segundo semestre, o Brasil correrá o risco de ter que vender

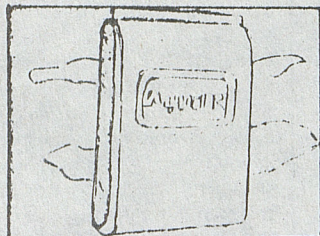
a qualquer preço. Primeiro, porque a partir de outubro os armazéns precisam estar livres para a entrada da safra de trigo. Segundo, porque a entrada da safra americana no mercado, em novembro, tende a derrubar os preços.

Por enquanto, ainda é cedo para

avaliar o efeito de recentes medidas tomadas pelo governo, como a autorização concedida à Cooperativa Agrícola de Cotia — que se espera seja estendida a outros exportadores — para operar no mercado de cereais a termo (ver EXAME n.º 89/março de 1975). Só resta, por-

tanto, aos exportadores, lamentar a proibição imposta, no ano passado, pelo Ministério da Agricultura, ao fechamento de contratos por antecipação com importadores europeus. Graças a eles, o Brasil poderia ter vendido soja a 300 dólares a tonelada, para entrega a partir de junho deste ano.

## Açúcar



2,25 milhões de toneladas, no valor de 1,25 bilhão de dólares.

**Principais Importadores** - Estados Unidos; Japão e Comunidade Econômica Européia.

**Preço** - Na bolsa de Nova York, para entrega em maio, o açúcar foi cotado a 30,40 centavos de dólar por libra/peso no dia 15 de março. Em Londres, no mesmo dia, a cotação oscilou entre 235 e 270 libras por tonelada.

**Produção Mundial** - 90,7 milhões de toneladas na safra 1973/74.

**Principais Produtores** - União Soviética: 11 milhões de toneladas; Comunidade Econômica Européia (9 países): 9,93 milhões; Brasil: 7,9 milhões.

**Principais Exportadores** - Cuba: 4,1 milhões de toneladas; Austrália: 2,33 milhões. Em 1974 o Brasil exportou

dólares a tonelada em 1974, contra um preço médio de 200 dólares/tonelada em 1973.

Embora as cotações atuais não sejam as mesmas do ano passado, os preços permanecem, agora, em nível excepcionalmente alto. O mercado mundial não prevê uma redução na taxa de crescimento da demanda e poucos países produtores podem registrar um crescimento médio de 12% na sua produção, como aconteceu com o Brasil. Na Europa, prevê-se uma leve redução da produção. Cuba também terá uma produção inferior à prevista, o que permite prever uma produção mundial em torno de 82 milhões de toneladas para a safra atual, com pequeno aumento sobre a safra anterior. Um aumento que poderia ser facilmente absorvido pelo crescimento da demanda nos países consumidores. No entanto, a maioria dos países produtores necessita refazer o nível de seus estoques, mesmo aos preços atuais. Em fins de 1974 o estoque mundial de açúcar atingia apenas 19,4% do consumo. Portanto, será difícil elevar os estoques a um nível adequado, a curto prazo, e a situação deverá continuar favorável aos produtores.

Em 1974 o açúcar representou 16% do valor total das exportações do país, superando o café como principal produto brasileiro de exportação. As favoráveis circunstâncias que permitiram a excelente performance do açúcar no mercado externo deverão permanecer pelo menos por mais dez anos.

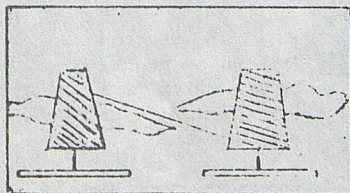
A afirmação é do presidente da Coperflu — Cooperativa Fluminense de Produtores de Açúcar, Evaldo Inojosa de Andrade, para

quem o mercado internacional do açúcar é, atualmente, muito mais do vendedor do que do comprador. A seu ver, a tendência do mercado para 1975 é a de que os preços, que caíram de 1 200 dólares a tonelada para 600 dólares a tonelada, no final de 1974 e início de 1975, subam novamente para cerca de 1 000 dólares a tonelada. Desse modo, segundo ele, o Instituto do Açúcar e do Alcool deverá obter de 1,5 a 2 bilhões de dólares na exportação de açúcar,

vendendo cerca de 2,4 milhões de toneladas.

**Preços altos.** No ano passado as exportações brasileiras atingiram quase 1,3 bilhão de dólares, com um aumento de 115% sobre os valores registrados no ano anterior, ainda que o volume exportado tenha caído de 25% em relação a 1973. Foi exatamente o fato de o mercado mundial ser do vendedor que permitiu ao Brasil obter um preço médio de 560

## Algodão



**Principais Importadores** - Japão, China e Alemanha Ocidental.

**Preço** - Em janeiro de 1974, o algodão brasileiro estava cotado a 75 centavos por libra. Em janeiro de 1975 a cotação tinha caído para 42 centavos por libra.

**Produção Mundial** - 12,9 milhões de toneladas na safra 1973/74

**Principais Produtores** - (1973/74) Estados Unidos: 2,82 milhões de toneladas; União Soviética: 2,58 milhões; Turquia: 1,53 milhão.

**Principais Exportadores** - (1972/73) Estados Unidos: 1,15 milhão de toneladas; União Soviética: 651 mil toneladas; Turquia: 309 mil toneladas. Em 1974, o Brasil exportou 88 mil toneladas, no valor de 92 milhões de dólares.

atrasar uma eventual tendência de alta dos preços.

**Coincidência.** O único fator capaz de alterar radicalmente a atual situação do mercado seria uma substancial redução da safra americana. O próprio presidente da Bolsa de Algodão de Nova York, Eugene M. Grummer, acenou com essa possibilidade, em recente visita a São Paulo. Na sua opinião, os preços do algodão deverão melhorar consideravelmente a partir de julho, porque se espera uma "redução de 32% na safra americana" (os Estados Unidos são o maior produtor mundial). Para Grummer, o mercado do algodão sofreu as consequências de uma infeliz coincidência: retração no consumo e um nível muito elevado dos estoques de algodão de má qualidade em mãos dos produtores.

Porém, como nem sempre as previsões de quebra das safras americanas se confirmam, os exportadores brasileiros encaram essa possibilidade com reservas. Caso não ocorra uma reversão no mercado, os efeitos se farão sentir não apenas na ba-

Se os problemas enfrentados pelo café no mercado internacional podem ser considerados graves, a situação do algodão é ainda pior. Basta verificar que, entre janeiro de 1974 e janeiro de 1975, a cotação do algodão brasileiro sofreu uma queda de 56%. A queda dos preços, um reflexo da crise internacional da indústria têxtil, teve efeitos dramáti-

cos nas exportações brasileiras: em 1973 o Brasil exportou 282 000 toneladas, no valor de 218 milhões de dólares; em 1974 o volume exportado caiu para 83 000 toneladas, no valor de 90 milhões de dólares.

Para os exportadores, não há saída a curto prazo. A crise da indústria têxtil continua e os estoques acumulados pelos produtores subi-

ram consideravelmente. No Brasil, os estoques remanescentes da última safra são estimados em aproximadamente 120 000 toneladas. Na Turquia e no Irã existem, pelo menos, outras 400 000 toneladas. Portanto, qualquer perspectiva de alta de preços esbarra num sério problema, pois a própria absorção dos estoques acumulados contribuirá para

lança comercial brasileira mas na própria situação dos meios de pagamento. Como admitiu o presidente da Comissão de Financiamento da

Produção, o preço mínimo fixado pelo governo está, atualmente, 13% acima das cotações internacionais. Ou seja, o algodão está gravoso. E

a compra, pelo governo, das 120 000 toneladas remanescentes da última safra representou um investimento estimado em 700 milhões de cruzeiros. Mas alguns exportadores

estimam que o estoque acumulado na próxima safra poderá chegar a 400 000 toneladas, se os preços não subirem, agravando ainda mais a situação.

## Cacau



**Produção** - 1,4 milhão de toneladas na safra 1973/74

**Principais Produtores** - Gana: 380 mil toneladas; Nigéria: 245 mil; Brasil: 230 mil (56% da produção mundial).

**Principais Importadores** - Estados Unidos, Alemanha Ocidental e Países Baixos.

**Principais Exportadores** - Gana, Nigéria e Brasil. *Em*

1974, as exportações brasileiras chegaram a 130 mil toneladas e renderam 210 milhões de dólares.

**Preço** - Na bolsa de Nova York a cotação do cacau, para entrega em maio, chegou a 64,9 centavos de dólar por libra peso no dia 15 de março.

Ao lado do açúcar, o cacau é um dos poucos produtos primários brasileiros cujas possibilidades de exportação permanecem favoráveis, devido, sobretudo, à manutenção de níveis elevados de preços no mercado internacional. Embora os preços atuais registrem ligeira queda, em relação aos preços vigentes no primeiro semestre do ano passado, as condições do mercado internacional, no momento, não indicam tendências de queda ou aumento acen-

tuado nas cotações.

Portanto, não é de se esperar uma repetição do fenômeno ocorrido durante a safra de 1973/1974, quando as cotações do cacau registraram, no mercado mundial, um aumento de 150%, avançando em poucos meses de 33 centavos de dólar para 85 centavos por libra/peso. Atualmente os preços parecem ter-se estabilizado em torno dos 56 centavos de dólar, nível que ainda é considerado bastante satisfatório. Os preços veri-

ficados no início de 1974 refletiram, ainda, um mercado altamente especulativo, com os países consumidores aumentando seus estoques de commodities.

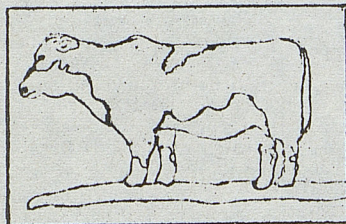
**Superavit.** Contudo, algumas dificuldades poderão ocorrer do lado da demanda, já que, após três anos consecutivos de déficit — demanda maior que a produção —, a situação para a safra atual inverteu-se. O *World Commodity Outlook* aponta,

segundo projeções da FAO, um superavit de 68 000 toneladas, além de uma redução do consumo em torno de 3,4%. Entretanto, essas previsões poderão não se confirmar inteiramente, uma vez que, contrariando os prognósticos iniciais, espera-se uma ligeira redução na safra dos principais produtores africanos — Gana, Nigéria e Costa do Marfim —, que, juntamente com o Brasil, segundo produtor mundial, respondem por 70% do cacau produzido no mundo. Além disso, os altos preços alcançados pelo cacau na safra anterior levaram os consumidores a tentar substituí-lo por produtos similares, para reduzir os custos dos produtos finais.

Portanto, mesmo com as cotações caindo um pouco em relação aos altos níveis de fins de 1973 e início de 1974, o cacau poderá repetir, este ano, o bom desempenho de 1974, quando trouxe para o país 210 milhões de dólares em divisas.

Por outro lado, o presidente da Comissão do Comércio de Cacau da Bahia, João Sá, antevê desde já, para a safra 1975/1976, um "temporão muito bom que, se mantidos os atuais preços internacionais, proporcionará substancial receita".

## Carne



**Produção Mundial** - 39,86 milhões de toneladas em 1971

**Principais Produtores** - Estados Unidos: 10,16 milhões de toneladas; União Soviética\*: 5,6 milhões; China\*: 2,23 milhões  
\* estimativa

**Principais Exportadores (1972)** - Argentina: 517 mil toneladas; Austrália: 498 mil; Nova Zelândia: 187 mil.

**Principais Importadores (1972)** - Estados Unidos, Itália e Reino Unido.

As exportações brasileiras de carne, especialmente para a Europa e Estados Unidos, também não escaparam à baixa generalizada dos preços dos produtos primários, que ocorreu no ano passado. Segundo Ferdinando José Carollo, diretor comercial do Frigorífico Bordon S.A. (exportações no valor de 29 milhões de dólares, em 1974, 55% a menos do que em 1973), os preços caíram de 25% a 50%, nos vários mercados em que a empresa opera. E, o que

é mais grave, ele não tem muitas esperanças de que a situação venha a melhorar a curto prazo.

O mercado mundial da carne, aliás, é uma prova de que a chamada "fome mundial de alimentos", amplamente discutida na recente Conferência Mundial de Alimentos, promovida pela FAO, em Roma, não resultará, necessariamente, em preços mais altos para os produtores de alimentos. Como observa o *World Commodity Outlook*, "se

todo mundo que deseja comer carne pudesse pagar para fazê-lo, o superavit desapareceria rapidamente". Mas a formação de estoques elevados nos países consumidores, aliada ao impacto da alta dos preços do petróleo, levou muitos países que não são auto-suficientes em carne — como a Inglaterra, Itália e o Mercado Comum Europeu, em geral — a impor restrições às importações.

Consumir os estoques. Portanto, as

perspectivas para 1975 podem ser consideradas sombrias. A alta dos preços e a escassez do produto, em 1973, levaram a maioria dos produtores de carne a aumentar seus rebanhos. Agora, porém, uma maior oferta de carne coincidirá com um mercado em recessão e preços mais baixos — o que só poderá pressioná-los ainda mais para baixo.

Para que o mercado melhore é preciso, primeiro, que sejam consumidos os estoques acumulados pelos países consumidores e, como diz Carollo, "aguardar uma reação positiva nos mercados tradicionalmente consumidores de carne". Sob este aspecto, a anunciada decisão do Mercado Comum Europeu de rever as restrições que impôs à importação de carne representa uma esperança, já que o MCE é um grande importador de carne brasileira.

Por enquanto, os países importadores não parecem muito dispostos a onerar ainda mais seus balanços de pagamentos, grandemente afetados pelas importações de petróleo, para comprar mais carne.

Porém, se a queda dos preços beneficiar o consumidor final, é possível que o consumo volte a crescer, diminuindo gradativamente os estoques acumulados e, conseqüentemente, as restrições à importação, atualmente em vigor.

# Proterra - FRACASSO RECONHECIDO

“É um programa altamente desmoralizado”. O técnico do Ministério da Agricultura sabe que, ao dizer isso, pronuncia uma verdade cristalina, não se abala e nem teme as represálias contra quem, no serviço público, critica determinadas iniciativas do governo. Ele sabe que esta é a opinião que circula na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, inclusive no oitavo andar do Ministério do Interior, onde o engenheiro-agronomo Maurício Rangel Reis, como o fez há algumas semanas, fustiga o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agro-indústria do Norte e Nordeste — o Proterra.

Aquele técnico é um dos muitos encarregados de elaborar documentos sobre o quadro fundiário do Nordeste, avaliar o Proterra e sugerir fórmulas mais eficazes de reforma agrária. Atualmente, uma comissão da Secretaria de Planejamento, outra do Ministério da Agricultura e uma terceira da Sudene, além de uma interministerial que antecedeu a todas e de outras que se diz existir secretamente, discutem a melhor maneira de se corrigir a asfixiante estrutura agrária nordestina, que, reconhecidamente, o Proterra apenas fortaleceu.

Seus grandes objetivos eram os de adquirir ou desapropriar terras para posterior “venda a pequenos e médios produtores rurais”, conceder empréstimos para aquisição de terra própria, financiamento à expansão da agro-indústria e modernização de propriedades rurais, subsídio à aquisição de insumos modernos, garantia de preços mínimos e custeio de discriminação de terras.

Os itens mais importantes, evidentemente, eram os dois primeiros, de vez que o País já dispõe de um razoável sistema de crédito e comercialização, só que voltado para o grande produtor proprietário de terras. O dispositivo sobre redistribuição — a ser aplicado só no Nordeste — foi saudado como a fórmula de reforma agrária — palavras que o decreto, honesta e prudentemente, evitou mencionar — mais compatível com o regime. O então ministro Cirne Lima anunciou que 15 mil famílias nordestinas receberiam terra imediatamente e que Cr\$ 210 milhões seriam destinados a isso; ou seja, apenas 25 por cento do total de recursos para 1971; e suficientes para assentar, no máximo, 10.500 famílias. O Proterra morria aí, pois qualquer programa com um mínimo de seriedade tem que beneficiar pelo menos 135 mil famílias por ano no Nordeste.

Os decretos que o instituíram e as portarias que o esquadriharam caracterizavam o Proterra como um filigranado malabarismo no temerário caminho da reforma agrária. (Ainda hoje, técnicos do Ministério da Agricultura afirmam que “é preciso ter coragem para mexer na zona da Mata pernambucana”. Talvez por isso, o governo buscou uma fórmula macia e quase inócua de redistribuir a terra).

O malabarismo começava com a convocação do latifundiário para aderir ao programa, vendendo, com pagamento à vista e em dinheiro, as terras em excesso. Os que tinham áreas iguais ou pouco superiores a mil hectares, venderiam 20%; de mil a 3 mil hectares, 30%; de 3 mil a 5 mil, 40%; e acima disso, 50% da propriedade. O próprio latifundiário é quem escolhia a terra a ser vendida, fazia um programa de aproveitamento,

indicava os beneficiários e avaliava 20% da dívida que ele contrai-se. O Incra, como intermediário, venderia a terra ao agricultor, com prazo de 12 anos para pagamento, juros de 7% e dois anos de carencia.

Com esse mecanismo, o Proterra se configurava em retrocesso à legislação de reforma agrária brasileira, pois o Estatuto da Terra, de novembro de 1964, estabelece prazos de 20 anos e juros de seis por cento. Além disso, ignorava os dispositivos que permitem desapropriações por interesse social sem necessidade de pagamento prévio e em dinheiro, como o AI-9. Nas próximas semanas, depois de muitas ameaças e sentir-se ridicularizado, o Incra — segundo promessa de seu presidente, Lourenço Vieira da Silva — vai iniciar as primeiras desapropriações das terras cujos proprietários não aderiram.

No ano passado, uma portaria do ministro Alysson Paulinelli da Agricultura, reconheceu que o Proterra definhava numa incômoda ironia — era um programa de reforma agrária que agravava as distorções — e corrigiu o que pôde; agora, o Incra escolhe a terra e indica os parceiros. Talvez assim, consiga ir um pouco além dos números tímidos conquistados: menos de mil beneficiários no Ceará e Pernambuco, pois na Paraíba, cuja Zona do Brejo foi incluída no Programa, ele ainda nem começou. Os 103 latifúndios parcialmente adquiridos pelo Incra têm área superior a um milhão de hectares, embora somente no Ceará existam 172 imóveis atingidos pelo Proterra, com superfície acima de 500 mil hectares; em Pernambuco, dos 183 mil hectares sujeitos à adesão, menos de 10 mil foram efetivamente redistribuídos entre 290 famílias.

A maioria dessas terras não são propriamente indicadas para a agricultura. Com a facilidade de indicá-las à venda, os ex-proprietários selecionaram os piores trechos, montanhosos e improdutivos, e ainda indicaram como beneficiários seus parentes e amigos, além dos trabalhadores-problemas, com muitos anos de serviço ou que reclamavam demais. E ainda tinham oportunidade de desmobilizar o capital ocioso no latifúndio.

A Companhia de Tecidos Paulista é o exemplo, no município de Paulista, na Grande Recife. Ela vendeu ao Incra 880 hectares que não usava nem permitia que ninguém o fizesse. Durante anos, floresceram naquelas terras de topografia irregular — pequenas montanhas e crateras, semeadas de eucaliptos — lendas sobre o desaparecimento misterioso de agricultores que oustavam invadi-las. Hoje, 173 par-

CELEIROS substituem os eucaliptos e a mata rala por mandioca, inhame e maracujá, em lotes de 3 hectares, enquanto aguardam o financiamento do Banco do Brasil para plantar produtos hortigranjeiros que justifiquem um módulo tão reduzido. Ali, a 30 minutos do Recife, tem-se a dimensão exata do Proterra.

A maioria dos agricultores que receberam os 3 hectares morava a alguns metros, num campo de instrução de tiros do Exército. Não podendo conviver com as balas, foram removidos e vagaram durante alguns meses até que o Proterra os acolheu. Severino Patrício da Silva, 37 anos, oito filhos, era um deles, hoje instalado ao lado das ruínas do engenho. Já conseguiu Cr\$ 1.350,00 no banco, e não quer pedir mais. “Acho bom não sair, que nem sei como vou pagar esse. Estou com medo desse terreno, não sei se presta”. O crédito, para ele, ainda é algo sobrenatural — e sobretudo policial, se não pagar —, o que revela a falta de informação sobre sua nova condição. Mais sintomático, e não saber o que é Proterra: “Eu vejo falar pelo rádio, Proterra, Proterra, não sei o que é. Isso aqui é terreno do Incra” — o que não deixa de ser verdade, pois os títulos da terra ainda não foram entregues.

A 100 quilômetros de Aldeia, em plena faixa úmida da zona da Mata, está o município de Barreiros, uma espécie de referência geográfica da Usina Central Barreiros, do grupo Othon Bezerra de Mello. A usina vendeu 3.100 hectares ao Proterra e neles o Incra instalou 27 parceiros. Com a terra, foram os servos: 219 trabalhadores que a usina mandou se entenderem com os novos proprietários indicados por ela mesma. O Sindicato Rural de Barreiros, numa série de denúncias, acusou o Incra de deixar esses trabalhadores desempregados (foi criada uma frente de trabalho para eles: construir estradas) e de distribuir as terras entre donos de restaurante, mercearia, empreiteiros e industriários. O único obstáculo a que o cidadão recebesse terras ali era não ter problemas com os órgãos de segurança, uma tentativa de marginalizar definitivamente os remanescentes das Ligas Camponesas. O Incra negou, mas o Sindicato falava a verdade: os novos proprietários estavam tão bem sem a terra que, ao assumi-la, fizeram grandes investimentos (um comprou 46 bois, a mil cruzeiros cada, e ainda gastou Cr\$ 30 mil no plantio de cana). Em outros casos, o Proterra ajudou a recompor decadentes impérios familiares, tornando seus bene-

ficiários filhos de ex-grandes proprietários.

No Departamento de Agricultura e Abastecimento da Sudene, um grupo de engenheiros-agrônomo trabalha num documento encomendado diretamente pelo ministro Rangel Reis sobre o problema fundiário do Nordeste, com participação muito ativa do Banco Mundial. Eles já concluíram um projeto de remanejamento de 100 mil famílias no Agreste (região de minifúndios, com 234 mil famílias de baixa renda) e há alguns meses fizeram uma avaliação do Proterra.

A conclusão era inevitável: o Proterra é mais uma linha de crédito para os latifundiários. Até maio do ano passado, por exemplo, a Sudene aprovou 114 projetos que pleiteavam recursos do programa (até 15 mil

salários-mínimos), num total de Cr\$ 82.584.766. Esses recursos, destinados aos grandes proprietários superaram em Cr\$ ..... 62.584.766 o total investido pelo Inera, até agora, na aquisição de terras para redistribuição.

Aqueles proprietários, na verdade, já se beneficiam dos incentivos fiscais e de empréstimos bancários. Ai é que ocorre a grande distorção, segundo os técnicos da Sudene, pois o financiamento de projetos agropecuários de até 33 mil hectares com os incentivos fiscais, no mínimo, se contrapõe à filosofia do Proterra, além de criar poucos empregos e ocupar as terras devolutas e as manchas desertas do Piauí e Maranhão, para onde, até poucos anos, se pensava transferir as famílias sem terra. Um emprego criado num projeto

de incentivo fiscal, segundo a própria Sudene, é 10 vezes mais caro que aquele criado num projeto de "assentamento familiar", seja de colonização ou reforma agrária.

Até maio do ano passado, os projetos aprovados pela Sudene mobilizaram Cr\$ 1,8 bilhão para criar 22.500 empregos fixos e temporários; com esses recursos poderiam ser assentadas 106 mil famílias e criados 240 mil empregos efetivos. Além disso, dizem os técnicos, "a criação de novos empregos que apresentam os projetos não é real, sendo numerosos os casos de dispensa e/ou mesmo expulsão de famílias de terras beneficiadas pelos artigos 34/18, suficiente para contestar a criação daqueles empregos".

Segundo uma infinidade de cálculos de órgãos públicos

(Sudene, o ex-GERA e o próprio Inera), existiam no Nordeste, em 1973, um total de 3.485 mil famílias de baixa renda, cerca de 17 milhões de pessoas, no campo. Para ocupá-las e incorporá-las ao processo produtivo, seria necessário distribuir 135 mil módulos familiares por ano. Mas as terras devolutas e as cadastradas para reforma agrária, além de estarem sendo gradativamente tomadas pelos grandes proprietários, só seriam suficientes para a instalação de 3.216 mil famílias, ou seja, 269 mil famílias seriam consideradas excedentes. E isso se os demais setores da economia prosseguissem normalmente absorvendo mão-de-obra do campo. Mas, de vez que o número de "excedentes" continua crescendo, a única opção é incorporá-las ao setor primário mediante a desapropriação dos latifúndios.

## A ESTRUTURA AGRÁRIA DO NORDESTE

**O** Nordeste é a região brasileira onde se dá a mais injusta distribuição da terra. Ali existem, por exemplo, 91.193.023 hectares aproveitáveis; ou seja .... 41.713.137,1 hectares, quase duas vezes a área do Estado de São Paulo, não são explorados. Lá existem .. 794.063 minifúndios, 210 mil deles com superfície de 10 a 25 hectares. Não é por coincidência que, nas zonas onde a propriedade agrária é mais concentrada, verificam-se os maiores índices de mortalidade infantil, um baixo nível de vida, o maior número de subempregados e subnutridos e de onde partem as hordas de migrantes à procura das cidades.

A região mais crítica, nesse aspecto, é a do Litoral-Mata, uma faixa de .. 126.800 quilômetros quadrados, 7,7% da área do Nordeste e 24% de sua população, que acompanha o Atlântico e já foi coberta por uma espessa floresta tropical; hoje, a paisagem é a monotonia da cana-de-açúcar, principalmente na faixa de Pernambuco e Alagoas. A zona da Mata pernambuco-

cana, com densidade média de 55 habitantes/km<sup>2</sup> (154 em alguns pontos) contribui com 65% da receita do Estado e também com outros números indesejáveis. Ali, riqueza e pobreza convivem, hoje pacificamente, mas foi lá que floresceram as ligas camponesas, os sindicatos rurais da igreja e alguns incidentes que serviram de pretexto para outros maiores. "Na zona da Mata, ironicamente a mais dotada, a miséria e o subdesenvolvimento social atingem suas mais graves dimensões", segundo um técnico da FAO, Manoel Figueiroa.

Toda a zona da Mata pernambucana foi considerada área de atuação do Proterra, que pretendia dar terras a 3.506 famílias. Essas famílias seriam instaladas em parte dos 120 latifúndios com área superior a mil hectares, cadastradas na zona da Mata, que correspondem à área de 180.384 hectares, ou 8,6% do total de propriedade da zona; pois .. 80,9% das demais propriedades têm área de 1 a 25 hectares. Moyendo-se entre esses numerosos e usneiros obtusos, que vêm na extensão das terras sua densidade de poder e mantêm

uma produtividade baixíssima (45 t de cana/ha, contra 80 no Sul), salários não remuneradores e mentalidade involutiva, o Inera esbarrou em resultados ridículos: assentou apenas 290 parcelas.

O próprio governo admite: "O Nordeste rural, com efeito, ainda se caracteriza como o maior e mais resistente bolsão de pobreza e de atraso relativo do País, talvez mesmo de toda a América Latina, em que pese o grande esforço de investimento que ali se vem realizando, mais intenso e ordenado nas últimas duas décadas. Delém hoje aguda faixa geográfica, cerca de 17 milhões de habitantes (55% do Nordeste e 16% do Brasil) e população economicamente ativa da ordem de 6 milhões (6% do Nordeste e 17% do Brasil). Em contrapartida, responde por apenas 30% do produto interno regional e por menos de 5% do nacional. Isso significa que a renda média por habitante do meio rural do Nordeste corresponde a cerca de 54% da região como um todo e a cerca de 14 da do País (em torno de US\$ 190, contra cerca de US\$ 350 para o

Nordeste e de US\$ 748 para o Brasil, em 1974)".

Os mesmos ministros que subscreveram este texto, imaginaram o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste, o Polonordeste, lançado em outubro do ano passado, com recursos de Cr\$ 5 bilhões até 1979 — todos para o setor primário. Na verdade, pressionado principalmente pela crise internacional e necessidade de expansão do mercado interno, além da inequívoca falácia da industrialização do Nordeste, o governo recorreu a um programa que beneficie o homem do campo. Mas o Polonordeste fará isso?

Um dos técnicos que integram sua comissão coordenadora admite que daqueles 5 bilhões de cruzeiros nenhum centavo será aplicado na reorganização da propriedade. Mas afirma que fazer isso é indispensável. "Embora já existam projetos específicos e essa não seja uma preocupação especial, traduzida em projetos, sabemos que tudo que foi programado depende da terra. Ou seja, mudar a estrutura fundiária é fundamental para o êxito do Polonordeste".

## POLONORDESTE PARA DETER MIGRAÇÕES

A principal meta do Polonordeste, para o período 1975-79, é assentar o maior número possível de famílias na região. O programa, que abrange colonização e reforma agrária, já dispõe de recursos da ordem de 780 milhões de cruzeiros, dos quais 433,3 milhões deverão ser aplicados no período 1975-77.

A colonização e reforma agrária fazem parte do de-

talhamento do programa de ação do governo para o Nordeste, elaborado pela Sudene e entregue a todos os governadores da região. As principais metas previstas para a colonização serão localizadas em áreas do projeto do Alto Turi, em execução pela Colone — Companhia de Colonização do Nordeste — pretendendo-se o assentamento de 5.000 famílias.

Diz o documento que o balanço entre população agrícola economicamente ativa e o número de módulos familiares, nas áreas cadastradas, constata um excedente de famílias e uma distribuição irregular de mão-de-obra no espaço físico regional.

Nas áreas da Zona da Mata e Agreste — diz o documento — esse desequilíbrio exigirá uma política

que discipline a melhor utilização e posse da terra, redimensionamento da propriedade, em termos de unidade produtiva e, de forma mais ampla, uma reorganização agrária.

"Sabendo-se que o segmento dos não proprietários é responsável direto por considerável parcela da produção agrícola e que as taxas reais de arrendamento superam em muitos casos a 100-

ESP-1/5/75

ESP-22/4/75

por cento o valor da terra, admite-se que o esforço de modernização da Agricultura venha a ser comprometido, quer pela insuficiência de poupança, quer pelo desinteresse dos produtores em aumentar a dependência em relação aos proprietários,

ou dos proprietários em aumentar a renda dos produtores.

Segundo as metas do programa, a colonização objetivará a expansão ordenada da fronteira agrícola regional para áreas dos Estados do Maranhão e Bahia e ocu-

pação mais racional dos núcleos de colonização existentes no Nordeste que ainda possuem potencial para absorção de novos colonos.

Além do assentamento de 5.000 famílias no projeto do Alto Turi, em outras áreas

a colonização se dirigirá especificamente para consolidar núcleos existentes no Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, esperando-se atingir a meta do assentamento de cerca de 18.000 famílias.

## CREDITO LIMITADO NO POLONORDESTE

A instituição de um sistema especial de crédito rural na área abrangida pelo Polonordeste, com fixação de um limite máximo de liberação, provavelmente por volta de 25 salários mínimos, está em estudos no Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPEA) da Secretaria do Planejamento da Presidência da República.

A idéia, segundo os técnicos encarregados do detalhamento do Polonordeste, é instituir um limite que não chegue a interessar nem ao médio empresário agrícola, colocando todos os recursos do programa à disposição dos agricultores que lutam ainda com o problema de subsistência.

A iniciativa decorre da consciência obtida pelos planejadores de que os Cr\$ 3 bilhões previstos para investimentos

no programa não resolvem, sequer, os problemas de uma única região, como a de rio Corrente, na Bahia, que tem capacidade de absorver mais de 12 bilhões de cruzeiros — para se tornar uma área efetivamente produtiva.

### 35 MIL LAVRADORES

A fixação do limite de crédito em 25 salários mínimos, que resulta em um empréstimo efetivo de pouco acima de Cr\$ 13 mil, parte de cálculos feitos pelos técnicos, de que seriam necessários cerca de Cr\$ 600.00 para a exploração de um hectare de terra. Como se estima que 10 hectares de terra sejam suficientes para a subsistência de uma família média, o agricultor só usará efetivamente no campo cerca de Cr\$ 6 mil, podendo investir o restante em obras de melhoria

ou aperfeiçoamento das técnicas de produção.

O sistema, que pretende atingir cerca de 35 mil pequenos produtores no prazo médio de 10 anos, será colocado em prática com a implantação do primeiro projeto do Polonordeste, o Rural Norte, no Rio Grande do Norte, que pretende desenvolver culturas de algodão, pecuária e de subsistência.

### HA RESISTENCIAS

Apesar de admitirem que o novo sistema vem enfrentando sérias restrições dos grandes proprietários de terras do Nordeste e, mesmo dos bancos que operam com crédito rural na região, os técnicos do Planejamento depositam nele muitas esperanças, porque o trabalho de campo será realizado pelo Ministério da Agricultura, atra-

ESP-8/5/75

vés de seus Departamentos Estaduais, que terão, inclusive, a tarefa de acompanhamento e assistência técnica aos agricultores.

A resistência dos grandes empresários é motivada pelo fato de o Polonordeste, ao contrário do Polocentro, não prever apoio ou incentivo creditício a proprietários de grandes extensões territoriais. O que também é defendido pelos bancos, que preferem emprestar mais, com menos papel e risco. Mas, espera-se que essa resistência seja quebrada através da ação do Ministério da Agricultura que trabalhará diretamente junto as cooperativas de agricultores, incentivando a criação de pequenas indústrias de apoio à atividade agrícola.

## TERRAS DEVOLUTAS E CORRUPÇÃO NO PARÁ

ESP-17/4/75

Desde ontem, o Governo do Pará não está mais vendendo suas terras devolutas.

A medida, tomada através de um longo e minucioso decreto, surpreendeu os escritórios particulares que realizam transações de terras e também alguns setores da própria administração pública. Mas já se esperava que o novo governador tentasse alguma fórmula para impedir a venda em massa do que restou de terras devolutas do Estado depois que a União assumiu o controle de 100 quilômetros de cada lado das rodovias federais construídas na região (68 por cento do Pará). A "corrida" às terras "devolutas" começou em 1967, mas se intensificou nos dois últimos anos. A suspensão das vendas poderá ser o primeiro passo para rever a caduca, inconstitucional e omissa legislação de terras do Estado, reformulação da Secretaria de Agricultura e, talvez, se os políticos se interessarem pela questão, levantamento das irregularidades e corrupções que proliferam naquela Secretaria.

Essas ilegalidades já eram visíveis diariamente. Os jornais chegaram a publicar nos últimos meses de três a quatro páginas por dia de editais de compra de terras públicas, compostos em corpos pequenos (esses editais deram um faturamento aos dois jornais locais, só no ano passado, de quase 2,5 milhões de cruzeiros). Funcionários da Secretaria da Agricultura — SAGRI — admitiam que essa incrível corrida era criada pela especulação de terras e que a concessão de tantas áreas inevitavelmente conduziria a sérios problemas fundiá-

rios no futuro.

Talvez essa fatalidade fosse verdadeira se a venda de terras públicas não beneficiasse a tantas pessoas, nem sempre por vias legais. Embora tenha protocolado 8.860 pedidos de compra nos últimos 15 meses, a SAGRI não sabe qual a extensão total da área vendida. Uma pesquisa feita em Belém junto aos exemplares do "Diário Oficial" do Pará revelou dados assustadores: só em 1974 foram vendidos 1.985.000 hectares de terras devolutas, justamente as melhores, mais cobizadas e valorizadas terras (onde se implantam mais de 140 projetos agropecuários com recursos dos incentivos fiscais da Sudam, localizam-se o maior número de reservas indígenas e existem duas rodovias federais, a Transamazônica e a Belém-Brasília).

O município mais procurado foi o de Conceição do Araguaia, onde foram vendidos mais de 715 mil hectares de terras em 1974. Esse município, de um crescimento extraordinário nos últimos anos, tem 2.875.200 hectares de área total, já tendo sido ocupados anteriormente 2.128.513 hectares. Apenas com as vendas feitas pela SAGRI no ano passado, a extensão de áreas ocupadas sobre a 2.843.091 hectares, menos de 40 mil hectares de toda a área do município.

Mas essa é apenas uma das muitas irregularidades cometidas no processo de venda de terras devolutas do Pará. A própria legislação, baixada em grande parte na administração

do governador Alacid Nunes, em 1969, permite o surgimento de muitas irregularidades. E embora a legislação federal estabeleça que as vendas de terras públicas em extensão acima de 3 mil hectares só podem ser realizadas com a aprovação do Senado, no Pará é possível burlar essa exigência, sem precisar sair da legalidade. O comprador simplesmente requer diversos lotes de 3 mil hectares cada um em nome de todos os seus parentes ou mesmo de amigos, já que a lei estadual é inteiramente omissa nesse aspecto. Foi assim que a família Kowalski conseguiu comprar 21 mil hectares no município de Acará, a menos de 200 quilômetros de distância de Belém, tornando-se a maior latifundiária da região. Uma outra família, Coimbra, conseguiu 18 mil hectares na cobizada região de São Félix do Xingu.

Muitos editais não especificavam nem a área requerida por compra. Poucos delimitavam essa área e, mesmo os que o faziam não eram confiáveis. Desenvolveu-se em Belém uma série de escritórios "fantasmas", funcionando com um advogado, um topógrafo e um corretor, e muitas vezes com a inevitável "colaboração" de funcionários da Secretaria de Agricultura que poderiam dar "um jeitinho" para apressar a tramitação dos projetos (a própria Secretaria da SAGRI, Celina Barata, tornou-se uma das mais frequentes "colaboradoras" desses escritórios).

Ao requerer terras, esses escritórios raramente dão-se ao trabalho de realizar um levantamento topográfico da área,

restringindo-se a dividir no mapa vários lotes em áreas supostamente sem proprietários ou vagamente classificadas de devolutas. A SAGRI não dispõe de um cadastro, não tem funcionários qualificados para realizar fiscalizações e não pode nem estabelecer com firmeza a localização das terras devolutas do Estado. É de se acreditar, inclusive, que não fiscaliza os próprios editais que concede, deixando passar erros flagrantes. Antonio Alves Leite, por exemplo, comprou dois lotes de terra em São Félix do Xingu, a 23 e 36 quilômetros de distância da margem direita do Rio Xingu, concedidos pela SAGRI no dia 4 de outubro do ano passado, numa burla às leis estaduais (que não permitem a um comprador adquirir dois lotes) e federais (que condicionam a aquisição de áreas de mais de 3 mil hectares à aprovação pelo Senado).

A SAGRI concedeu muitas áreas situadas no interior de reservas indígenas (como do Gorotire e Mãe Maria) ou de propriedade do INCRA, ignorando sempre a presença de posseiros. Alberto Costa D'Aparecida comprou 3 mil hectares a apenas 95 quilômetros de distância de Marabá, faixa incluída nos 100 quilômetros marginais à Rodovia Transamazônica, pertencente, portanto, ao INCRA. Um edital foi publicado no Diário Oficial sem data.

Nos corredores da Secretaria de Agricultura fala-se de muitas ilegalidades, algumas delas envolvendo o próprio secretário de Agricultura.

# Partido trabalhista, idéia que arenistas já admitem

ESP-27/04/75

Da Sucursal de  
BRASILIA

A reestruturação do trabalho no Brasil como força eleitoral capaz de conter, a um só tempo, os radicalismos de esquerda e suprir a falta de penetração da Arena junto às massas trabalhadoras é uma alternativa que está sendo estudada pelos setores oficiais, com a necessária discrição para não esvaziar o partido da Revolução e não vulnerar a posição de manter o bipartidarismo, assumida pelo presidente da República.

Dentro da estratégia política do Governo, segundo observadores de ambos os partidos, nota-se a preocupação de criar alternativas que possam ser usadas para evitar um impasse institucional em 1978 — fruto de uma possível vitória do MDB nas eleições gerais daquele ano — na medida em que a Arena não consiga os êxitos esperados por seus dirigentes nas eleições municipais de 1978: Nesta ordem de idéias, a clara observação de Geisel em favor da manutenção do quadro partidário, feita ao líder José Bonifácio e ao ex-presidente da Câmara, deputado Flávio Marçílio, na última semana, teria o caráter de estimular a Arena a recuperar-se eleitoralmente mas não envolveria um prévio endosso ao partido se estas expectativas viessem a frustrar-se.

Entre parlamentares da Arena e do MDB, sobretudo entre os primeiros, não são poucos os que admitem a fórmula como viável, embora evitando declarações formais, por entenderem que a uma idéia em fase de estudos deve sobrepor-se, neste momento, a orientação fixada pelo presidente da República.

“Não teria sentido, e eu não seria leal ao partido — disse um deputado da Arena gaúcha — se, em nível de especulação,

admitisse a possibilidade de vir a ingressar num partido trabalhista, mas esta é uma hipótese que tanto eu como outros companheiros não podemos excluir liminarmente”.

Para o secretário-geral do MDB, deputado Thales Ramalho, a oposição brasileira, hoje representada pelo seu partido, adquiriu uma organicidade de que não dispunha em seus primeiros tempos. Por esta razão, o MDB, doutrinariamente, não se opõe a abertura do leque partidário, “pois aqueles que lutam pelo estado de direito no país — e esta é a grande prioridade de nosso partido — certamente não abdicarão de suas convicções, independentemente da legenda que os abrigue”.

## ORIGEM PARTIDÁRIA

Entre os atuais congressistas (364 deputados e 66 senadores, num total de 430 parlamentares) menos de 5 por cento têm origem partidária trabalhista, vindos do PTB ou do MTR, fundado por Fernando Ferrari e que se constituiu numa ala dissidente do PTB. Note-se, porém, que elevado número de parlamentares emedebistas têm formação doutrinária trabalhista e o ingresso deles no MDB decorreu do estreitamento do quadro partidário do País.

Deve ser feita uma outra distinção: entre os parlamentares de origem trabalhista e os que sempre pertenceram ao PTB, por convicções ideológicas ou pela radicalização política em seus respectivos Estados, como os emedebistas gaúchos Nadyr Rossetti e Alceu Collares e os baianos Manoel Novaes e Teódulo de Albuquerque, que tiveram no PTB uma legenda a mais em suas longas carreiras políticas.

Um levantamento de deputados egressos do trabalhismo indica que dos 21 nessa situação, 15 pertencem ao MDB e 6 à Arena. No MDB há os deputados Ruy Lino (AC), Joel Ferreira e Antunes de Oliveira (AM), Nogueira da Gama e padre Nogueira (MG), Fernando Gama e Nelson Maculan (PR), Argilano Darío (ES), Petronio Figueiredo (PB), Arlo Teodoro (RJ), e Aldo Fagundes, Nadyr Rossetti, Antonio Bresolin José Mandelli e Jairo Brum (este vindo do MTR), no Rio Grande do Sul. Entre os arenistas há os deputados Parsi-

fal Barroso (CE), Resende Monteiro (GO), Parente Frota (ES), Manoel Novaes, Teódulo Albuquerque e João Alves, Bahia.

No Senado, dos quatro ex-trabalhistas, três estão hoje na Arena, os senadores Osiris Teixeira (GO), Renato Franco (PA) e Milton Cabral (PB), sendo Benjamin Farah (RJ). O único que está nos quadros do MDB.

## DESARMONIA

Em que pese o fato da rebeldia de grande número de deputados da Arena à liderança de José Bonifácio (apesar da habilidade no debate revelada pelo líder nas reuniões de bancada) continuar em estado latente, é no MDB que a desarmonia mais se acentua, embora seria menos percebida. Enquanto na Arena há conflito em torno de um estilo de comportamento partidário na Câmara, no MDB há pessoas e grupos pouco afinados com o próprio programa partidário. Isto ficou evidenciando no episódio da votação do requerimento de convocação patrocinado pelo partido, no sentido de que o ministro da Justiça fosse chamado a depor sobre presos políticos.

Alegando razões as mais diversas, 24 dos 190 deputados emedebistas não compareceram à reunião da bancada para discutir a convocação de Arnanho Falcão, enquanto que no encontro arenista sobre o mesmo assunto só faltaram nove deputados. No momento da votação do requerimento, apenas 10 deputados do MDB se encontravam na Câmara, não tendo comparecido ao Plenário, enquanto outros viajavam sem dar qualquer explicação à liderança ou direção partidária. Este comportamento nivelou os deputados do Rio de Janeiro sensíveis à orientação política do ex-governador Chagas Freitas, hoje em luta aberta com a direção do MDB. Existe, ainda, em fase de articulação, um grupo de 20 deputados que se autodenominam “pragmáticos”, que pretendem minimizar o debate político, em desacordo com a liderança partidária na Câmara.

Diante desse quadro, torna-se difícil, no momento, uma avaliação objetiva de quais seriam as bases parlamentares de um futuro partido trabalhista. Mas parece que se sua formação fosse bem vista pelo Governo não lhe faltariam essas bases.

# CRESCE O NUMERO DE DIRIGENTES DO P.D.R.

ESP-27/4/74

Há anos, vem sendo tentada a organização do PDR — Partido Democrático Republicano — por inspiração do ex-vice-presidente da República, Pedro Aleixo, que faleceu há pouco. Até agora, os organizadores não conseguiram obter o número de assinaturas de eleitores necessário para o registro do partido.

Mas, enquanto isso, cresce o número de seus dirigentes. Em São Paulo, a Comissão Provisória Regional anunciou que o número de seus membros se elevou de 13 para 19. São eles: Agripino Ribeiro da Silva, Alcides Vidigal, Augusto Staniscia, Cesar Finemori Hori, Darcy d'Alvear Silva, Geraldo Gonçalves, Henrique Pinto Dias, João Marques de Azevedo Buonaduce, João Valério de Paula Neto, Jorge Toma, José Barraud, Luís Antônio Ribeiro Pinto, Neide M. Massaro, Olin da Marques de Azevedo, P. A. J. Bannwart, Paulo Luis Souza, Raimundo Magno de Andrade, Rivalde Ovidio e Rubens Martinez da Rosa.

Na última sexta-feira, três membros da Comissão Provisória Nacional — general Carlos Luis Guedes, Mauricio Aleixo e Victor Abdalá — e dois da Regional — Rivalde Ovidio e Alcides Vidigal estiveram em Ribeirão Preto, onde os trabalhos em favor do PDR estão a cargo de Luis Antonio Ribeiro Pinto.

Mauricio Aleixo, em declarações feitas naquela cidade, manifestou seu otimismo em relação ao PDR que em sua opinião poderá participar das eleições de 1978. Mauricio informou que para obter registro o PDR precisa angariar um número mínimo de assinaturas de eleitores. Esse número é de 1.450.000 assinaturas. Em Belo Horizonte, Mauricio diz que já se conseguiram 110.000.

No dia 29 de maio vencerá o prazo legal para o PDR apresentar as listas de assinatura. O prazo é de um ano e conta-se da publicação do manifesto de lançamento. Os dirigentes do PDR pretendem republicá-lo no próximo mês, para conseguir mais um ano de prazo.

# Partido Nacionalista é fundado

JB-21/05/75

O Partido Nacionalista, em formação, lançará hoje, no auditório da Associação Brasileira de Imprensa, o

seu manifesto de fundação, no qual apresentará as diretrizes políticas, econômicas e sociais que preten-

de defender.

O presidente da Comissão Organizadora do Partido Nacionalista, Sr Nemo

Canabarro, disse que a nova agremiação pretende lutar contra a expansão do totalitarismo e da estatização e a ocupação da grande economia nacional por empresas estrangeiras ou estatais.

## EM TORNO A DISTENSÃO

ESP-6/5/75

### Para Bonifácio, o controle é de Geisel

Ao defender a tese de que a distensão política tem sua dinâmica regulada pelo presidente da República, o líder da Arena na Câmara, deputado José Bonifácio, advertiu ontem que o apelo à imaginação política criadora não confere aos que atenderem à sugestão do general Geisel o poder de ditar regras de comportamento.

Para o líder, feita esta ressalva, as sugestões e pronunciamentos da classe política são válidos e devem ser estimulados, "mas não se pode perder de vista que devem representar para o presidente simples informes com base nos quais e, no momento oportuno, as decisões relativas à denominada distensão política serão tomadas por quem de direito: o próprio presidente.

Bonifácio salientou — como tem feito em diversas oportunidades — que "nunca é bom demais lembrar que Geisel, pela visão de conjunto que tem de todo o quadro institucional, é insubstituível na tomada de decisões que, pela própria gravidade dos assuntos que envolve, não pode ser delegada".

Analisando o recente discurso do senador Teotônio Vilela, o parlamentar frisou que não há razão para temores na medida em que nem mesmo a oposição contesta a formação democrática do presidente da República. Para ele, quando se diz que as coisas virão a seu tempo, isso não significa uma protelação indefinida, "mas a espera de melhor oportunidade para a tomada de decisões". "Acredito — enfatizou Bonifácio — que a normalização democrática não só virá como também virá durante o governo do presidente Geisel".

#### REPERCUSSÃO

Enquanto isso, no Senado, o ambiente entre os arenistas é de franca reserva, quando não de hostilidade, com relação ao recente discurso do senador Teotônio Vilela. O senador Dinarte Mariz, por exemplo, não faz segredo de que, ao cumprimentar seu colega de Alagoas, disse-lhe: "Com todo o respeito por suas posições, mas também com toda a franqueza, foi o melhor discurso de oposição feito este ano".

Um vice-líder da Arena no Senado disse estar informado de que o pronunciamento de Vilela não teve boa repercussão junto ao Palácio do Planalto. Outro frisou que o senador alagoano incorrerá em erro ao insinuar que Geisel enfrenta dificuldades junto ao próprio sistema revolucionário e que, por isso, a distensão política não se estaria processando no ritmo desejado.

Dinarte Mariz salientou ainda que o simples fato de o presidente da República haver pedido a Vilela que, com seu discurso, não caracterizasse uma cisão partidária, nem hostilizasse a liderança do senador Petrólio Portella, revela dois outros aspectos: a formação democrática de Geisel para liberar o representante arenista

para o discurso e a sua discordância pelos conceitos emitidos no pronunciamento.

#### OFENSIVA

Por sua vez, o deputado João Gilberto (MDB-RS) disse ontem que o País está assistindo "a mais uma investida da extrema-direita com intenções subversivas, que mistura os interesses do Partido Comunista com a luta de homens sérios e responsáveis para resolver problemas internos do País".

Para o parlamentar gaúcho, "esta arremetida de um setor direitista transparece no esforço de ridicularizar pessoas e instituições, desde os panfletos anônimos e em xerox, a que a imprensa tem feito alusão, até nas constantes investidas dos órgãos de comunicação, baseados em boatos ou mensagens de duvidosa validade".

"Isso — destacou — contrasta, porém, com o fato de que nos últimos anos ninguém foi preso ou processado por ligações com organizações de extrema-direita ou por atos que tenham representado pressões sobre a legalidade vigente, enquanto há sempre cuidado extremado em relação ao que se poderia caracterizar como organizações de esquerda: muitos presos, sob acusação de ligação a estas, alguns absolvidos em tribunais, outros condenados pela Lei de Segurança Nacional.

Segundo João Gilberto, "os extremismos não têm tido tratamento igual neste País, embora geralmente citados nos pronunciamentos como inimigos da nacionalidade. Talvez por esta omissão, haja crescimento da pressão psicossocial dos radicais da direita".

"A imprensa sem censura — frisou — poderá, e isto é alarmante para muitos setores, a qualquer momento, levantar o véu sobre escândalos, atos corruptos ou ilegais onde eles existirem". O deputado citou o exemplo do Rio Grande do Sul, "onde a redução das restrições à liberdade de imprensa nos últimos meses representou o consequente surgimento de denúncias de distorções existentes em setores ligados à administração pública. Assim, a imprensa livre haverá de ser inoportuno fantasma para quem porventura se desgarrar da proibidade administrativa ou da ação dentro dos limites da lei e da justiça".

O parlamentar foi apertado pelo deputado Adhemar Ghisi, vice-líder da Arena, que observou que o discurso que fazia "já evidenciava o clima de paz, ordem e respeito à vontade popular que existe, implantado no País no governo do presidente Geisel".

Segundo Ghisi, todos os elementos punidos pela Revolução eram subversivos, corruptos ou terroristas "que muito mal fizeram e continuam ainda a fazer a este País. O governo, certamente, não pode cruzar os braços diante da ação desses grupos". Para ele, e essa a segurança que permite um clima de paz e harmonia à

## Thales faz sugestões à oposição

ESP-3/5/75

O secretário-geral do MDB, deputado Thales Ramalho, vê duas alternativas de procedimento para o partido da oposição, tendo como finalidade contribuir para a distensão política: o oferecimento de uma emenda global à Constituição em vigor, propondo, em linhas gerais, o retorno à Carta de 1967, pela qual a Revolução se institucionalizou, naquele ano, e, um plano mais flexível de retorno gradual aos preceitos consagrados por aquela Constituição, especialmente no capítulo relativo às garantias e direitos individuais, envolvendo contatos com todos os setores interessados na matéria ou com responsabilidade no processo político, inclusive militares.

A rigor — e é Thales Ramalho quem admite — Trata-se de o MDB oferecer ao governo

uma faixa comum de interesses na qual o diálogo possa se processar, sem abrir mão de seu programa e de seus compromissos com o povo. Por esta razão, a alternativa se verifica mais quanto ao estilo de atuação em busca da distensão, do que propriamente quanto às sugestões do partido para que esta se torne possível.

Para Thales Ramalho, o encontro do ponto de equilíbrio entre liberdade e segurança constitui o desafio maior a ser superado e, neste particular, se a oposição está inteiramente aberta ao diálogo e receptiva às sugestões dos setores competentes, nem por isto pode abrir mão de valores básicos, entre os quais, o restabelecimento da plenitude do "habeas corpus", que considera um pré-requisito para um entendimento mais amplo.

## DISTENSÃO DEVE CONDUZIR A ESTADO DE DIREITO

ESP-10/5/75

"Distensão política que não conduz ao Estado de Direito não terá sentido e será inocua pela própria ausência de finalidade". A afirmação foi feita ontem pelo deputado Fernando Coelho (MDB-PE), para quem "a distensão gradual somente pode representar um processo tendente a um objetivo, um meio, nunca um fim em si mesmo".

Já o senador Paulo Brossard (MDB-RS) enfatizou que "a normalização democrática terá que vir, de uma vez e imediatamente. Gradualmente, a prestações, não virá porque, daqui a um século, os detentores do poder e aqueles que servem o poder, em quaisquer circunstâncias, não de proclamar que o País ainda não está preparado para viver um regime de legalidade".

"Não pode haver — ressaltou Fernando Coelho — Estado de Direito sem legalidade, democrática, segundo a idéia que representa uma conquista da nossa civilização e do estágio de pensamento jurídico e político do nosso tempo. Assim, uma ditadura pode estar assentada em leis existentes, impostas pela minoria à maioria mas, na medida em que o poder do governante não repousar na vontade popular, jamais será um Estado de Direito".

Para o deputado pernambucano, a crise institucional em que se encontra o País, em consequência da vigência do AI-5 e dos instrumentos de exceção, somente poderá ser superada com a instauração de um regime de plena legalidade democrática "com base numa ordem jurídica estável, que assegure ao povo, através dos seus representantes legitimamente elei-

tos, o exercício do poder, que permita o funcionamento do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, harmônicos e independentes, e que respeite os direitos individuais".

"Distensão — asseverou Fernando Coelho — importa em evolução para esse estado, nunca em estratificação e permanência do regime excepcional existente, nem em involução para um regime em que sejam assentados os instrumentos que comprometem a autenticidade do regime representativo, a ordem jurídica estável e o equilíbrio dos poderes".

Segundo ele, o Estado de Direito não pode existir pela metade: "As variações que pode suportar sem que se descaracterize, são meramente acidentais, como as que distinguem a monarquia inglesa do sistema republicano norte-americano ou o parlamentarismo do presidencialismo democrático".

O senador Paulo Brossard foi mais radical: "Ou existe vontade de restaurar, no País, o regime da lei ou então há apenas palavras vazias de sentido". "Esta idéia — acentuou — de conservar os chamados instrumentos de exceção, que são apenas a institucionalização do arbítrio, mostra que nunca se chegará à normalização constitucional. Cumpre limpar toda a área, de outra forma, a parte infectada comprometerá todo o organismo".

Brossard afirmou que "isto vai cair como caiu o Estado Novo que caiu de repente, embora ninguém o pudesse prever". O senador manifestou sua antipatia com relação à palavra "distensão", como também em torno da "abertura". Para ele, "a abertura não abriu coisa nenhuma".

# SENADOR DEFENDE FIM DA EXCEÇÃO

ESP-13/05/75

A institucionalização do regime brasileiro, como alternativa ao retorno ao Estado de Direito, foi proposta pelo senador Teotonio Vilela, Arena de Alagoas, ao defender a "necessidade de se romper este longo e ilógico regime de transitoriedade em que estamos vivendo".

Nesse processo, segundo Teotonio Vilela, a extinção do Ato Institucional n.º 5 seria "uma providência automática", embora tenha o senador ressalvado que a discussão institucional não deve se manter, basicamente, em termos de sua revogação ou não:

"O AI-5 é uma consequência do arbítrio, da mesma forma que o arbítrio é uma consequência da transitoriedade política brasileira. De maneira que, manter ou não manter o Ato, carece de posicionamento anterior que defina o que se entende por juridicidade e legitimidade, em face do Estado de Direito. É evidente que, sendo o Ato uma excepcionalidade e sendo minha posição claramente liberal, desde ainda que a intenção oficial se accentue no sentido do aperfeiçoamento das estruturas democráticas, que poderá e deverá nos levar à normalidade jurídico-constitucional, o Ato automaticamente deve ser extinto".

## REFORMAR A CONSTITUIÇÃO

O senador Teotonio Vilela considera necessária, dentro do processo de institucionalização, a reforma da Constituição, pois esta providência seria "o caminho pertinente à solução do impasse criado pela transitoriedade". No entanto, acredita que a reforma, no contexto atual, deveria ser feita através de emendas e não pela revisão de todo o texto constitucional, pois, por etapas, "haveria menos tumulto político e seria mais rápido, além de haver um consenso parlamentar já indicativo da preferência pelas emendas".

Do qualquer maneira, considera Vilela que, na reforma constitucional, o importante é "contornar o arbítrio, ou mesmo removê-lo, pois o arbítrio é a pedra no meio do caminho, o resto são amenidades". Recordando a recente intervenção em Rio Branco, acrescentou o senador que "um dos graves aspectos do AI-5 sobre a vida nacional está precisamente na tentação que oferece de se resolver as menores coisas com os recursos de última instância".

"Quando se cuida de substituir o arbítrio por mecanismos jurídicos não totalitários, o pensamento a predominar não é o de satisfação por se opor a alguma coisa, mas o de gravitar em torno das normas jurídicas ocidentais ou da teoria dos direitos subjetivos das democracias ocidentais que influenciariam a nossa cultura; como também de evitar certa incrível tendência de estatiza-

ção do direito, como se o direito não obedecesse à estabilidade de critérios éticos, "longamente urdidos no curso da civilização", como revelam os mestres, até se constituírem em valores inabaláveis e normativos, aceitos pelo consenso universal".

Destacou o senador que a sua defesa do Estado do Direito, "em que repousa a tranquilidade democrática", não implica "na negação da existência de um Estado Legal no País", acrescentando que "o que se confunde, para efeito público, é o princípio da juridicidade com o princípio da legalidade". Acrescentou que o "aperfeiçoamento das práticas democráticas" é uma tese permanente do próprio presidente Geisel, e que "isto só pode significar a procura do Estado do Direito, para a legitimidade das tradições brasileiras".

O que não tem mais sentido, na opinião de Vilela, seria uma regressão político-institucional ou, então, deixar como está para ver como fica, "segundo a filosofia do comodismo irresponsável". Para escapar dessa omissão, conforme o Senador, é preciso que o Congresso, o Governo e os políticos decidam logo pela evolução institucional, sob pena de "termos que responder pelo presente no futuro, o futuro que pouco se vê, apegados que estamos a uma política da oportunidade e não da estabilidade".

## O POVO E OS PARTIDOS

O senador Teotonio Vilela acredita na validade do bipartidarismo, alegando que a prova dessa validade está nas eleições de 15 de novembro do ano passado, quando "os votos nulos diminuíram em 80 por cento em relação ao pleito de 1970". Acrescentou que "as eleições de 74 comprovaram e mostraram a atração popular pelo pleito e, por extensão, foi a própria valorização pelo povo da vida partidária".

De qualquer modo, ele prefere considerar qualitativo e não quantitativo o problema da existência de partidos, mesmo porque a criação de novas associações dependeria de "maior ou menor flexibilidade legislativa".

"Mas não resta dúvida de que o florescimento de mais partidos não é propriamente um palpito político. Sobretudo, seria um surgimento determinado pela aglutinação de idéias. No meu entender, o pluripartidarismo, repito, não é a preocu-

pação maior, mesmo porque escapa a uma justificativa isenta de argumentos reais. Já vivemos tão absorvidos pelo subjetivismo das coisas que o interessante, talvez, fosse cuidar mais das matrizes do que dos filhotes".

A opção entre parlamentarismo e presidencialismo é outra questão considerada secundária no momento por Vilela, pois "como estamos vivendo sob o presidencialismo, será com ele que iremos solucionar, agora, o impasse entre o Estado de Direito e o Estado Legal".

"Por que aumentar ainda mais o leque de nossas preocupações? Se a discussão pode ser adiada, o bom senso aconselha que não se toque na matéria". — ponderou o senador.

Ainda para o futuro, em sua opinião, deve ser colocada a discussão em torno da mudança do sistema de eleição, afirmando que "na altura dos debates sobre o panorama político-institucional, o veto distrital pode e deve esperar também outras soluções políticas, das quais emergirão veredas mais claras sobre sua apreciação".

"O voto distrital é matéria a ser considerada com mais sensibilidade localista do que mesmo nacional. Nem sempre o que é bom a um Estado, em matéria dessa ordem, é bom a outros. E desde que não existe prioridade em torno do caso, mas conveniências discutíveis, seria o caso de não valorizar tanto a periferia em prejuízo do centro" — acrescentou.

No entanto, em torno de eleições diretas ou indiretas, Teotonio Vilela considera as primeiras uma determinação democrática, a qual, evidentemente, apoio". A excepcionalidade de execução direta vive por força da conjuntura", explicou o senador, acrescentando que "respeito, diante de fatores concretos, a discussão quanto à eleição presidencial ser ou não direta".

## O PAPEL DAS FORÇAS ARMADAS

A posição das Forças Armadas é definida pelas constituições democráticas segundo Teotonio Vilela, mas o senador reconhece que a ampliação das funções militares deve ser realisticamente aceita em face da existência mundial de um surto de violência. Assim, para assegurar a liberdade e a ordem, concorda que os militares participem das decisões políticas superiores, não apenas como um poder moderador, mas atuante.

Explicou que, por tudo isso, "hoje o papel constitucional das Forças Armadas é maior do que antes".

"Elas que constituíam ontem em guarda serena da nacionali-

dade, em poder moderador, tantas e tantas vezes chamadas a resolver desavenças internas passageiras, recolhendo-se, em seguida, ao regimentalismo dos quartéis. Criou-se, no entanto, na vida moderna, um estilo de desavença permanente, um estado de violência latente contra a qual a lei, pura e simplesmente, não é bastante senão para autorizar e legitimar a dinâmica de ação das Forças Armadas contra os profissionais da violência, ou seja, toda a espécie de terrorismo".

Proseguiu afirmando que "trata-se de fenômeno social de caráter universal, já suficientemente estudado por políticos, sociólogos, psicólogos e antropólogos, à luz de certas conveniências do progresso".

"A sobrecarga do poder, pela queda do tradicionalismo das chefias extra-oficiais ou pela queda das chefias sociais, naturalmente constituídas e reconhecidas, necessita de uma atenta, pronta e eficaz ação das Forças Armadas. Esse estado de alerta e, digamos mesmo, de guerra, implica necessariamente uma movimentação ostensiva, autonomia de ação, uma série de quesitos antes descuidados pelo formalismo liberalizante estático. Defendo o liberalismo, mas não o lirismo repoussante. Ou estamos na crista dos acontecimentos ou seremos arrastados por eles. Nosso destino não é lutar para servir aos inimigos da liberdade, mas para sustentar a liberdade, irmã da ordem".

Nesse sentido, segundo Teotonio Vilela, o papel das Forças Armadas deixou de ser "o de simples poder moderador, mas é também um papel participante nas decisões de cúpula do poder político".

"O ativismo das minorias é de tal forma impressionante que, de certo modo, no mundo externo, o ativismo ocupa mais espaço nas preocupações internacionais do que mesmo o desenvolvimento e a guarda da maioria que trabalha, pensa, ama sua pátria. Em todos os países, essas minorias, representadas por centenas de formas de descontentamentos atentatórios à normalidade social, luta aberta ou solertemente dentro de programas ininterruptos" — acrescentou.

Esse fenômeno, segundo o senador, criou a necessidade de uma nova interpretação da presença das Forças Armadas "ao lado da lei, com a lei e pela lei, nos acontecimentos da vida nacional". Como a "violência tornou-se uma instituição permanente", ele acredita que "só outra instituição pode contê-la, aliando o exercício dinâmico da lei ao exercício dinâmico da força".



— Coluna do Castello —

A distensão JB.  
desacelerada 37/5/75

Brasília — Quatorze meses de política de distensão não esgotaram os esforços do General Ernesto Geisel para conduzir o país a um estado de direito, mas o fato é que os acontecimentos ocorridos entre a eleição de 1974, que apresentou resultados surpreendentes para o sistema, e a instalação dos trabalhos parlamentares, que a Oposição tentou transformar num motor de explosão dos controles político-militares, produziram um desaceleramento na execução do projeto. Não se pode falar propriamente em recuo, pois a distensão aí está nos debates do Congresso e na liberdade com que a imprensa, ou pelo menos uma seção importante da imprensa, passou a examinar o quadro institucional. Embora nem sempre sejam suscetíveis de sondagem as reações militares ou a temperatura nos quartéis, o fato é que se identificou a emergência de apreensões desencadeadas pelo ritmo com que, entre novembro e abril, se tentou ampliar a faixa de terreno limpo pela estratégia da distensão. A distensão não acabou. Ela aí está, mas o ímpeto dos que tentaram aprofundar as aberturas do Governo Geisel está contido por algum tempo ou por um tempo cuja duração será ditada pela paciência com que os comandos políticos souberem encaminhar o assunto sem ferir as linhas de defesa do sistema.

Definiram-se por um ano ou dois os limites da abertura política e o Governo não pretende estimular ou permitir transposições perigosas. Já se sabe que o instrumental revolucionário, o Ato 5 e as leis de exceção, como o Decreto 477, a Lei de Segurança Nacional e a Lei de Imprensa, não sofrerão alterações na sua vigência ou na sua forma. Continuação a integrar o arsenal de segurança que pretende "ordenar a liberdade" por conta própria e não precisamente no sentido em que usa essa expressão o Senador Teófilo Vilela. Também nesse período que vem pela frente não se realizarão reformas constitucionais nem se examinarão propostas de uma revisão global das instituições políticas. Uma ou outra alteração legislativa poderá ser adotada desde que não alcance o cerne do regime que tem seu ponto de equilíbrio na Constituição de 1969 balanceada pelos superpoderes do Ato 5. Os direitos humanos não serão tema de estudo aprofundado e tudo quanto ocorrer nessa área será reflexo de uma atitude das próprias autoridades incumbidas da segurança na medida em que se ajustem gradualmente às recomendações do Governo para evitar abusos na repressão e para seguir, no possível, os procedimentos judiciais.

No que se diz acima está contida uma linha de restrições capaz de levar ao ceticismo senão ao desespero alguns setores parlamentares. As direções partidárias, notadamente a da Oposição, estarão livres contudo para formular as aspirações que representam no Congresso, e a parte da imprensa beneficiada pela suspensão da censura continuará a dissentir em tese os problemas e a utilizar sua faculdade de crítica no âmbito do Poder Civil e desde que isso não represente um desafio ao regime tutelar sob o qual vivemos. Nunca esquecer que o Presidente da República, nesse regime, é concomitantemente chefe de um processo revolucionário, logo solidário com ele, embora tenha como meta a conciliação entre forças nacionais com vistas à normalização institucional, ou seja, a cessação do processo revolucionário em benefício do triunfo dos princípios que transformaram numa revolução o movimento de março de 1964.

Não será pouco, todavia, que se prosiga no debate e no aliciamiento de uma opinião, de cuja mobilização irá depender em parte fundamental o êxito final da política do General Geisel. Nos pronunciamentos recolhidos pela imprensa dentre pessoas de maior qualificação intelectual e moral do Brasil não há vozes dissonantes quanto a necessidade da retomada do estado de direito mediante a supressão dos atos de exceção. A viabilidade do esforço do Presidente da República em conjugar essa tendência da opinião nacional com as preocupações das Forças Armadas está no fato de que a todos se afigura imprescindível a abordagem permanente do problema da Segurança Nacional. A subversão deixou de ser uma ameaça esporádica para tornar-se, no Estado moderno, uma ameaça latente e duradoura. O reconhecimento desse fato torna permeável a todos os políticos liberais a idéia de dotar o Governo dos meios constitucionais e legais de defender as instituições nas emergências criadas pelas irrupções terroristas que se alastram por nações vizinhas.

No momento, o Governo tende a assegurar aos militares que jamais agirá levemente, pretendendo pautar sua marcha pelo prudente gradualismo de que até aí não saiu o Presidente da República, malgrado alguns ensaios, dentro do Governo, de precipitar o exame de questões institucionais. O General Geisel certamente terá tranquilizado os comandos militares e, mediante a persistência do debate, assegura aos civis que a política de distensão não é uma política de faz-de-conta, mas o caminho pelo qual se poderá chegar ao estado de direito.

Carlos Castello Branco

O DEBATE VAGO

A distensão política permanece no ritmo acentuadamente mais lento em que entrou há dois meses, desde que se fizeram nítidas as perigosas contrapressões de que falava, já no ano passado, o presidente Ernesto Geisel. Alimenta-se apenas dos debates permitidos no Congresso e na imprensa. E, salvo acidentes, assim continuará até 1976: se tudo correr bem, a espera da melhoria na situação econômico-financeira e a recuperação eleitoral da Arena firmariam no próximo ano o clima que, pela discussão dos problemas político-institucionais, se pretende estar preparando para um avanço efetivo na liberalização do regime.

Por enquanto, o Governo não teria iniciativas a tomar nesse sentido. A oposição, por sua vez, recuou bastante, após os primeiros ensaios, teme-

Visão, 26 de maio de 1975

rosa de contribuir para que aumentem as dificuldades enfrentadas pelo presidente da República. E a Arena se dedica a exercício de respostas formais ao MDB e de apoio não menos formal ao Executivo. Persistem, em consequência, as apreensões nos meios políticos. Os dirigentes parlamentares começam a expressar o temor de um retrocesso decorrente da prolongada imobilização do debate a nível meramente acadêmico. A discussão desligada da realidade, que não chega a conclusões práticas, "encerra o perigo de projetar a falsa impressão de que o Congresso tenha possibilidade de promover alguma reforma", observa o senador Accioly Filho, presidente da Arena do Paraná.

O debate político é importante na medida em que abre perspectivas de consequência.

NOTAS E INFORMAÇÕES

ESP-13/5/75

O caminho a seguir

Não estaríamos na reta final que leva à marca de grande potência e nem seríamos, portanto, uma nação em plena vitalidade criadora, se não vivessemos tão apaixonadamente o processo das nossas instituições políticas.

Embora o problema institucional tenha sido colocado com o próprio movimento revolucionário que fez cessar a vigência da Constituição de 1946, sua acuidade atual deriva daquele embate entre realidade e legalidade que nos custou o 13 de dezembro de 1968. Ajustando por um ato de império a teoria política aos fatos políticos, o texto constitucional legado pelo marechal Castelo Branco não poderia resistir à mutilação de um de seus princípios fundamentais, como era o da inviolabilidade do mandato parlamentar.

Na realidade, nem ele resistiu nem tampouco o seu herdeiro. O impedimento por doença e, logo em seguida, a substituição do marechal Costa e Silva por uma Junta Militar, primeiro, e pelo general Emílio Garrastazu Médici, depois, trouxeram consigo uma nova Constituição, que é a que ainda hoje em dia rege os destinos do País.

É a partir daí que o debate institucional adquire aquela espécie de consciência da necessidade que o torna obrigatório a leigos, a juristas, a parlamentares, a cidadãos cónscios de seus direitos e deveres políticos. Que País somos, que País queremos ser?

O debate em torno do "modelo político brasileiro" não faz senão traduzir a última desilusão da opinião pública quanto à Constituição reformada de 1969. Sobre esse "modelo político" já se teceram teias de acrisolada fé revolucionária e outras em que a simpatia pelo regime mal se disfarça em contestação. A expressão assinala como poucas a fase de transição que o País atravessa, por natureza ambígua, por essência indefinida. Se estamos em transição para a fase pós-industrial do desenvolvimento econômico, nada mais natural que o desenvolvimento social e o político experimentem o mesmo impulso dinâmico.

Assim colocada, a questão parece curial. E logicamente o seria se se pudesse dizer que na base do desenvolvimento econômico nacional esteja uma reforma da estrutura da nossa economia. Ora, não incidiria em erro quem dissesse que, se a economia nacional cresceu nas proporções de todos conhecidos, tal se deu mediante uma ação deliberada de trabalho consciencioso, sobre uma estrutura já dada e inalterada. Em resumo, o modelo econômico brasileiro segue na sua evolução as coordenadas da civilização onde imperam a livre iniciativa e a economia de mercado. Como se justificaria o anseio de sermos originais no talhe de um modelo político para o Brasil?

O ex-ministro Oswaldo Trigueiro aclara bem este ponto. Na área política não há lugar para largos vãos da imaginação.

A conclusão do ex-ministro do Supremo Tribunal é a de todos os homens de bom senso: nossos problemas políticos somente serão superados pelo exercício da política, com base na interação entre a história e as realidades sociais. Como s. exa. diz, "a prática da verdadeira democracia pressupõe elevado grau de civilização, que não estamos impedidos de atingir. Mas esse estágio de desenvolvimento político não se alcança apenas com a repetida substituição das leis fundamentais e, muito menos, com a elaboração de planos abstratos, que venham aumentar a distancia que, entre nós, separa o país legal do país real".